

Comité Central decidiu

Vamos a votos!

O Comité Central do PCP, na sua reunião de terça-feira passada, decidiu prosseguir até às urnas com a candidatura comunista. António Abreu, em declaração entusiasticamente saudada, apelou a todos os militantes e a todos os apoiantes da candidatura «para que não faltem no dia 14 com o seu voto e para que participem activamente nas próximas iniciativas da campanha».



Comício com Carlos Carvalhas e António Abreu
Sexta-feira, 12, às 21 horas, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa



Entrevista com
Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada
**Uma aventura...
literária**

Págs. 14/19

Porto

2001

CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

Depoimentos de

José Luís Borges Coelho, maestro e membro do Conselho de Administração da Sociedade Porto 2001, Pedro Burmester, músico e membro da Comissão Executiva da mesma sociedade, e Helder Pacheco, professor universitário e investigador das tradições populares do Porto.

Entrevista com
Jorge Sarabando e Rui Sá Págs. 15 a 18

CGTP anuncia novas lutas

Por melhores salários

O dia de luta nos sectores têxteis, a 26 de Janeiro, é a primeira das acções que a Comissão Executiva da CGTP-IN anunciará segunda-feira para este início do novo ano.

Pág. 9

Crimes da NATO

A monstruosa mentira

Responsáveis políticos evocam desconhecimento dos perigos do urânio empobrecido, mas a documentação disponível sobre o assunto tem mais de 17 anos. A NATO pode e deve ser acusada de crimes contra a humanidade.

Pág. 19

Euro-exército

Um perigo em marcha

Seria surpreendente que os dirigentes da União Europeia, na medida em que a sua capacidade de intervenção a favor dos monopólios se alarga, não desejassem contar com a sua própria força armada...

Págs. 24 e 25

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A. - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:

avante.pcp@mail.telepac.pt

Web:

http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção -
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,

S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU

50 números: 23 000\$00

*Enviar para

Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



O Comité Central do PCP decide a ida de António Abreu a votos

Resumo

3 Quarta-feira

António Abreu, candidato do PCP às Presidenciais, encontra-se com Frente Anti-Racista • Trabalhadores da Câmara do Porto ocupam os Paços do Concelho, exigindo do Presidente esclarecimentos sobre a sua transferência para empresas municipais • NATO «lava as mãos» e remete para os Governos a investigação das consequências da utilização de urânio empobrecido...
• ... mas, a pedido da Itália, o Conselho Atlântico e o Comité Político da NATO marcam discussão relativa a esta questão • Yasser Arafat aceita «com algumas reservas» o plano de paz americano para reiniciar negociações com Israel.

4 Quinta-feira

António Abreu visita Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações em Lisboa • É extinta a Fundação para a Prevenção e Segurança • A Câmara Municipal de Lisboa exerce direito de preferência para a compra do cinema São Jorge • Liga Árabe manifesta o seu apoio à posição palestina no que se refere a «Jerusalém e à soberania palestina sem ambiguidades e sem confusões sobre a Esplanada das Mesquitas» • Rende-se, após oito horas, o homem que se havia barricado na RTP, ameaçando matar-se ou rebenatar com a RTP.

5 Sexta-feira

Emissário israelita a Washington, Gilad Sher, propõe a Clinton a entrega da Esplanada das Mesquitas a uma terceira parte • A capital do Equador, Quito, continua desde ontem paralisada por greves nos transportes e manifestações de estudantes, descontentes com o aumento do preço dos bilhetes • Austrália e Nova Zelândia proíbem importação de carne europeia • Mau tempo causa fortes inundações, particularmente no Minho, Porto, Gaia e Santarém • Uma embarcação com dois pescadores desaparece ao largo na Fuzeta.

6 Sábado

Governo ignora crise do urânio e mantém plano de envio de mais soldados para a Bósnia-Herzegovina dentro de um mês • Em visita ao Hospital Reynaldo dos Santos, em Vila Franca, o deputado comunista Bernardino Soares exige a construção de um novo Hospital • Representantes negros

protestam na sessão do Congresso dos Estados Unidos realizada para proclamar os resultados da eleição presidencial • Investigadores da Universidade Livre de Bruxelas identificam um dos genes responsáveis pela diabetes • Temporal continua a fazer subir as águas no distrito de Santarém, onde há povoações isoladas e alagadas, ferrovias cortadas e estradas interrompidas.

7 Domingo

Surgem em Portugal novos casos de morte e doença com origem possível no urânio empobrecido • Palestinos e israelitas reúnem no Cairo com o chefe da CIA para discutir questões de segurança • O coordenador da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, Fernando Ventura, em entrevista ao Diário de Notícias, promete não poupar dinheiro e defende a entrega de «seringas a granel» • Comerciantes das zonas mais atingidas pela cheia do rio Douro iniciam limpeza dos edifícios, duvidando de um possível apoio governamental.

8 Segunda-feira

António Abreu visita vários concelhos do distrito de Setúbal • Ministro da Defesa afirma, em entrevista à SIC, que o Governo sabia que a NATO bombardeou o Kosovo com munições de urânio empobrecido... • ... enquanto Jorge Sampaio diz não ter tido conhecimento desses relatórios • O presidente da Junta de Freguesia de Bigorne muda de posição e defende a construção do aterro sanitário do Vale do Douro Sul • Encontro Nacional de Direcções Associativas de estudantes decidem iniciar um processo de contestação nacional com expressão pública no início de Março • Forças leais ao Governo da Costa do Marfim fazem fracassar uma tentativa de golpe de Estado conduzida por soldados revoltosos.

9 Terça-feira

Comité Central do PCP decide a ida às urnas do seu candidato, António Abreu • O ministro Jaime Gama afirma que o Presidente da República, Jorge Sampaio, tinha conhecimento dos relatórios que alertavam para o perigo dos efeitos do urânio empobrecido • Uma iniciativa de protesto reúne, em Paranhos, um grupo de pais e amigos dos soldados prestes a partir para os Balcãs • Crise da BSE leva, na Alemanha, à demissão dos ministros da Saúde e da Agricultura.

Aconteceu

Militares do Chile admitem crimes

A hierarquia militar chilena acaba de reconhecer pela primeira vez, em 27 anos e num relatório entregue ao Presidente Ricardo Lago, o envolvimento das Forças Armadas chilenas na eliminação de centenas de opositores políticos, na sequência do sangrento golpe de Estado liderado em 1973 por Pinochet para derrubar o Governo democraticamente eleito presidido por Salvador Allende. Entretanto, Pinochet não compareceu no passado domingo no Hospital Militar de Santiago, onde deveria ser recebido pelo juiz Juan Guzmán Tapia, para ser submetido a exames médicos e a um interrogatório pelo seu alegado envolvimento na execução de 75 opositores políticos por uma unidade militar conhecida por «caravana da morte». Estes exames de saúde mental e neurológicos resultam das manobras dilatórias sucessivamente interpostas pela bateria de advogados que procuram evitar o julgamento do ditador que, ao faltar arrogantemente aos exames médicos, mais uma vez desafiou a justiça do país.



RPT «sequestrada»

Na passada quinta-feira um indivíduo, Manuel Subtil, barricou-se numa casa de banho da sede da RTP em Lisboa, na Av. 5 de Outubro, ameaçando «fazer explodir» o edifício. Estava acompanhado por duas mulheres (a «ex» e a actual esposa) e duas filhas menores, deixando sair estas duas últimas para «irem almoçar». Dado o alarme, a polícia instalou um aparato dispositivo de 200 homens que isolou o quarteirão enquanto a RTP dava o acontecimento em directo numa emissão contínua que durou desde cerca das 10 da manhã até às 16 horas, altura em que o alegado «bombista» e «suicida» se entregou, verificando-se que não tinha qualquer bomba em seu poder. Subtil afirmava «protestar» contra uma reportagem da RTP emitida há 10 anos denunciando alegadas fraudes deste empresário em negócios de legalização de portugueses indocumentados em França, reclamando ainda contra a morosidade dos tribunais portugueses. Segundo os jornais, Manuel Subtil é detentor de um extenso rol de burlas praticadas tanto em França como em Portugal, o que não impediu que o «sequestrador» saísse aclamado pelo público e transformado numa figura mediática. Ouvido na Judiciária, foi libertado e aguarda em liberdade a instauração de um processo ao seu acto «bombista».



Chuvas e derrocadas assolam o continente

O território continental foi esta semana assolado por chuvas desencadeadas por duas correntes frias, provocando inundações e algumas derrocadas de vulto, nomeadamente em monumentos como as muralhas de Monção e do castelo de Santarém. Todas as bacias hidrográficas do continente transbordaram das suas margens, quer pelas chuva copiosa que se abateu sobre o território durante dias seguidos, quer pelas descargas das barragens nacionais e internacionais que inter-

ceptam os seus cursos. O Norte foi particularmente afectado, com consequências desastrosas em Ponte de Lima - que ficou alagada -, bem como no Ribatejo, onde a bacia hidrográfica do Tejo inundou ou deixou isoladas diversas localidades, como sempre acontece em situação de cheias. Desde o rio Minho, passando pelo Douro, o Mondego, o Tejo, o Sado e até ao Guadiana - para falar-mos apenas nos principais cursos de água - tudo transbordou e causou inundações em

todos os aglomerados populacionais ribeirinhos. Há a lamentar duas mortes, uma na região de Montemor-o-Novo e outra na de Santarém, ambas provocadas pela imprevidência de se tentar atravessar caminhos inundados, tendo as vítimas sido arrastadas pelo turbilhão das águas. Graves, igualmente, foram os danos registados em partes significativas das muralhas de Monção e do castelo de Santarém, que abateram em consequência do aluimento das barreiras de terra em que assentavam.

Racismo na Microsoft

Sete funcionários e ex-trabalhadores da Microsoft apresentaram uma queixa colectiva por discriminação racial contra a Microsoft, de Bill Gates, na qual reclamam à empresa 5000 milhões de dólares (cerca de 1064 milhões de contos) de indemnização. O grupo de queixosos acusou a empresa de tratar esses trabalhadores com «mentalidade de plan-

tação», em referência ao tratamento que recebiam há dois séculos os escravos negros das plantações de algodão do país. Reclamam ainda que os executivos da empresa não lhes deram as promoções que mereciam, pagaram-lhes menos que aos brancos e foram perseguidos e ameaçados de represálias quando se queixaram.

Mais portugueses para o Kosovo

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), convocado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, deliberou por unanimidade que será mantida a participação de militares portugueses nas operações da NATO nos Balcãs, o que inclui o envio próximo de mais um contingente português

para o Kosovo. A polémica sobre a contaminação radioactiva das tropas expedicionárias nos Balcãs e, nomeadamente, a crescente exigência nacional de se congelar a participação portuguesa pelo menos enquanto não surgirem resultados concretos das análises sobre a radioactividade nesta região, não

parecem ter pesadão no CSDN, que se limitou a exigir a «garantia» de que as tropas portuguesas passarão a estar equipadas com material que «detecte a radioactividade» e faça a «prevenção» da toxicidade. O CSDN integra as chefias militares, representantes do Governo, do PS e do PSD.

Crónica Internacional

• Ângelo Alves

«Cooperações» forçadas

Realizou-se no passado fim-de-semana, em Casablanca (Marrocos), a 3.ª Conferência Euromediterrânica de Partidos de Esquerda.

Esta iniciativa realizou-se num momento em que a paz e a segurança na região são ameaçadas constantemente por várias situações de tensão, que não sendo novas, conhecem novos e preocupantes desenvolvimentos.

Surge desde logo o conflito que opõe Israel, com o apoio dos EUA, aos países árabes, particularmente ao povo palestino.

O conflito entre Israel e os países árabes trata-se na verdade de sucessivas guerras e ocupações israelitas, que se prolongam, e que, designadamente depois de 1967, resultaram na ocupação de territórios na Síria, e na manutenção da tutela político-militar israelita na quase totalidade dos territórios em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Leste. Apesar dos diversos «acordos de paz», apesar das resoluções do conselho de segurança da ONU (nomeadamente as 242 e 338), apesar da política belicista de Israel representar um claro atentado ao direito

internacional, a convivência e o apoio dos EUA, da União Europeia e das suas principais potências continuam a ser um dos factores fundamentais da manutenção de uma situação de tensão, ilegalidade e insegurança na região do Médio Oriente.

Do lado norte do Mediterrâneo, a situação nos Balcãs continua a representar um outro foco de enorme tensão. Os EUA e a NATO continuam a ocupar o Kosovo e a fomentar a amputação da Jugoslávia. A política dos EUA, da NATO e da União Europeia para o território é um dos exemplos claros da tentativa de controlo político, económico e

militar de toda a zona dos Balcãs através de uma política de intervenção militar. As sucessivas mentiras e ocultações por parte da NATO e a situação actual na região, nomeadamente os recentes desenvolvimentos relacionados com a divulgação da generalizada utilização de grandes quantidades de urânio empobrecido nos «bombardeamentos humanitários especialmente cirúrgicos», pondo em evidência a natureza criminosa e a hipocrisia do imperialismo, são uma das muitas possíveis provas de que os interesses económicos e geo-estratégicos foram os reais objectivos da guerra nos Balcãs.

A ocupação de quase metade de Chipre por parte da Turquia, país membro da NATO, e aliado especial dos EUA e das principais potências imperialistas da Europa, confirma igualmente as intenções de dominação imperialista na zona do Mediterrâneo. Há mais de 25 anos que Chipre segue sangrando, dividido pela terrível ocupação que viola frontalmente os princípios em que assenta o direito internacional. Também aqui a política de convivência da União Europeia e o apoio dos EUA, são factores determinantes para a negação dos direitos de unidade e integridade territorial de Chipre.

A situação no Sahara Ocidental é mais um perigoso foco de tensão que vive a região e que o PCP salientou em Casablanca. Apoiado principalmente pela França e a Espanha, Marrocos sabota o referendo que o Conselho de Segurança da ONU decidiu, criando assim condições para fazer regressar a guerra ao Sahara e lançar todo o Magrebe num clima de guerra.

Vários outros exemplos poderiam ser dados, mas o que importa reter da situação de instabilidade que vive hoje a região euromediterrânica reside no facto das políticas das principais potências imperialistas, nomeadamente dos EUA e das principais potências europeias que condicionam a política externa da União Europeia, teimarem em concretizar os seus perversos objectivos de neocolonização da zona sul do Mediterrâneo e do Médio Oriente. Com efeito, a opinião de vários partidos presentes em Casablanca acompanhou a análise do PCP de que, quer no campo da suposta cooperação económica, quer no campo militar e geo-estratégico, são unicamente os interesses do grande capital transnacional e das principais potências imperialistas que estão por detrás de acordos hipócritas de «cooperação» com os países menos desenvolvidos da zona euromediterrânica.

Se no plano internacional o PCP continua a pautar a sua intervenção pela denúncia destes objectivos, importa continuar o trabalho, no plano nacional, de esclarecimento, mobilização e dinamização dos movimentos de massas que combatam estas políticas. Pela paz, solidariedade e verdadeira cooperação, contra as políticas neocolonialistas da União Europeia, que são objectivamente um impedimento ao tão necessário desenvolvimento económico e social de muitos países da zona do Mediterrâneo, é fundamental continuar e intensificar a luta!

As políticas neocolonialistas da União Europeia são um impedimento ao desenvolvimento económico e social de muitos países da zona do Mediterrâneo

Editorial

REDOBRADO EMPENHO

O Comité Central decidiu: vamos a votos nestas eleições presidenciais. Esta decisão, entusiasticamente saudada a partir do momento em que o candidato comunista a anunciou na terça-feira ao princípio da noite, na sequência da reunião do CC, vai ao encontro das aspirações dos comunistas e dos simpatizantes do Partido e de todos aqueles que têm vindo a expressar o seu apoio à candidatura apresentada pelo PCP e que têm manifestado o seu acordo com os valores de esquerda que António Abreu trouxe a esta batalha política.

Manter a candidatura comunista surge ainda no prosseguimento da decisão tomada pela Direcção do Partido, em Setembro do ano passado, de participar nesta batalha «com a convicção de que a sua intervenção na campanha e processo eleitoral constituirá não só um factor de enriquecimento do debate democrático, mas sobretudo uma contribuição insubstituível para dar expressão à corrente dos que lutam por uma política de esquerda em Portugal».

E surge também na decorrência do que então fora considerado pelo Comité Central: «No actual quadro político e panorama de candidaturas anunciadas, a candidatura do PCP assume todas

Outros, porém - e não falamos daqueles que na própria noite da declaração do candidato apareceram na TV a desdizer o que haviam prognosticado - apressaram-se a «corrigir o tiro». Se a anunciada, por eles próprios, «desistência» lhes fez augurar - uma vez mais! - a «morte dos comunistas», a reafirmação do propósito do PCP em levar às urnas a candidatura que apresentou aos portugueses seria um sinal de «divisão», uma «derrota» de dirigentes face à «vitória» de outros, uma «sublevação das bases», uma «desorientação estratégica». E já nos vaticinam resultados, nos apontam «fascias» e nos auguram desastres.

Como se o PCP entrasse nas batalhas políticas à percentagem e não movido por valores, ideias e objectivos que têm como base essencial os interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo.

São essas ideias, valores e objectivos - as razões de esquerda de António Abreu que são as nossas - que unem todos os comunistas em torno da decisão do seu Comité Central e do seu candidato e os mobilizam em torno da candidatura e no trabalho de esclarecimento que prossegue até final de campanha.

O esforço será redobrado nestes dias que faltam. A campanha que, com grande dignidade, seriedade e força de convicção, António Abreu vem desenvolvendo, com o apoio dedicado da Direcção do Partido e de numerosas organizações e militantes em todo o País, entra na sua fase culminante em que é pedido a todos os comunistas um redobrado empenhamento.

A candidatura comunista, que tem dado uma valiosa contribuição para o enriquecimento do debate, expressando ideias e avançando propostas que correspondem às aspirações dos trabalhadores e que se integram numa política de esquerda necessária ao desenvolvimento do País e à defesa dos interesses nacionais, ao mesmo tempo que vem defendendo uma concepção das funções presidenciais distanciada e diferente da que tem sido a do actual Presidente, prosseguirá até às urnas.

«Com esta decisão», explicitou António Abreu, «queremos contribuir para uma mais alargada participação cívica e eleitoral e para dar corpo e voz à exigência de um novo mandato presidencial activamente vinculado aos valores e ao projecto constitucional e dotado de efectiva independência e espírito crítico em relação ao Governo.»

Numerosas são as tarefas em que os militantes do Partido estão empenhados. Mas esta, do esclarecimento e da mobilização nestes últimos dias da batalha eleitoral, apelando ao voto em António Abreu, participando e chamando a participar mais e mais amigos e simpatizantes nas iniciativas que o Partido promove e desenvolve por todo o País, divulgando e explicando aos trabalhadores e aos eleitores em geral os objectivos da candidatura do PCP, é a tarefa central para a qual todos os esforços devem convergir.

Vamos a votos com confiança.

«Com esta decisão», afirmou o nosso candidato, «os trabalhadores e o povo português encontrarão uma opção de voto que garante a defesa dos seus interesses e aspirações, por uma vida melhor, mais justa, e por um Portugal de progresso.»

“O Comité Central decidiu: vamos a votos nestas eleições presidenciais”

as prerrogativas e finalidades inerentes à lei eleitoral em vigor e propõe-se claramente sujeitar-se ao sufrágio popular.»

A reafirmação do propósito de levar até às urnas a candidatura comunista surge, no entanto, contrariando fortemente os prognósticos da maioria dos comentadores, dos jornais e de outras candidaturas, que apresentavam a «desistência» de António Abreu como um «dado adquirido», respondendo com confiança à pressão exercida sobre o PCP. Como salientou o candidato na sua declaração, «apesar de ter partido de uma situação em que o Partido Comunista Português tinha que dar resposta a outras importantes e exigentes tarefas, e num quadro em que a nossa candidatura foi sujeita a esforços para a sua descredibilização, a campanha gerou progressivo entusiasmo e criou grandes expectativas em relação a muitas pessoas que entenderam que se deveria defender um outro desempenho para a Presidência da República».

Essa pressão foi tão evidente que se tornou notada por quem não se mostrava nela empenhado. No dizer feliz de um editorialista do «Diário de Notícias», «o candidato do PCP vai ser, indiscutivelmente, a vedeta da campanha e terá atrás de si um partido mobilizado e disposto a dar uma resposta exemplar aos que andavam a tentar “comprar” os votos dos pobres órfãos comunistas».

Actual

No mínimo

• José Casanova

Recapitulando: o governo dos EUA, na exclusiva defesa dos seus interesses e enquanto líder assumido da «nova ordem mundial», ordenou, a dado momento, o bombardeamento da Jugoslávia. O pretexto invocado foi o habitual: defesa da «democracia», da «liberdade», dos «direitos humanos» e a NATO foi encarregada de proceder à operação – com o acordo e o apoio servis dos governos da Grã-Bretanha, da Espanha, da Itália, da França, de Portugal...

A operação, por si só, constituiu um acto de frontal desrespeito pelo direito internacional mas o facto de nela terem sido utilizadas bombas de urânio empobrecido conferiu-lhe a dimensão criminosa dos mais bárbaros actos de terrorismo.

A utilização dessas bombas foi silenciada pela generalidade da comunicação social: o «Avante!» ficou praticamente sozinho na denún-

cia da barbaridade cometida (como já acontecera aquando da matança do Golfo).

Agora, as mortes de militares que estiveram na zona atingida por essas bombas sucedem-se, os casos de leucemia detectados multiplicam-se e a verdade começa a emergir. Apesar disso, o Governo português vem assumindo uma posição que se situa ao nível da que tomou quando decidiu enviar soldados portugueses para uma guerra em defesa dos interesses dos EUA: o Primeiro-

Ministro debate-se com a cruel dúvida sobre se sim ou não o estado de saúde dos quatro soldados portugueses (um dos quais já faleceu) tem alguma relação com o facto de terem estado na zona em que caiu a maior parte das bombas de urânio empobrecido. Guterres precisa de provas científicas de que há uma relação directa entre os casos de leucemia

detectados nos soldados portugueses (e em mais cinco dezenas de soldados de outros países) e o facto de todos eles terem estado nessa zona... E decidiu que, enquanto as provas não chegam, os soldados portugueses devem continuar no Kosovo e, em finais deste mês, mais 400 para lá seguirão!

Os bombardeamentos da NATO sobre a Jugoslávia constituem um crime agravado com o facto de se ter tratado de uma guerra química. A situação das vítimas directas dessa acção criminosa – os militares portugueses e de outros países e as populações da região (das quais quase ninguém tem falado) – impõe que o Governo, enquanto espera pelas provas científicas, mande regressar todos os militares portugueses e cancele a partida dos 400 anunciados; decida a saída de Portugal da NATO e exija a dissolução dessa organização; e proponha a punição dos principais responsáveis pelos crimes cometidos. No mínimo.



E esta, hem?

• Margarida Folque

António Abreu desenvolveu uma campanha séria mas aos *media* isso pouco interessou, pois, à partida, tinham decidido tratar-se de uma «candidatura para desistir». Enganaram-se mas o mal é deles.

O candidato do PCP percorreu o país: contactou as camadas mais desfavorecidas da população; visitou inúmeras instituições de que dependem a melhoria de vida dos portugueses; constatou a inexistência de infra-estruturas decisivas para o progresso e o desenvolvimento de Portugal; ouviu as reclamações dos que mais sofrem na pele as consequências da tão glorificada «globalização» e das políticas neoliberais impostas pelos três ou quatro magníficos que pontificam na União Europeia; denunciou a submissão a essas políticas do Governo português que agradece honrado o facto de partilhar dessa grande ceia de que apenas come as migalhas.

António Abreu demarcou-se das outras candidaturas, falou sem tibiezas sobre as actuações que critica na Presidência de Jorge Sampaio e enunciou com firmeza tudo o que para os comunistas deveria ser a actuação de um Presidente da República. Nunca criou a ilusão de poder vir a ser eleito; nunca defendeu qualquer medida que considerasse impossível de cumprir; nunca se deixou arrastar por jogos de baixa política; nunca se arrogou detentor da verdade absoluta. Limitou-se a esclarecer os eleitores sobre as posições da sua candidatura, mobilizando-os para as impor-

tante eleições que se realizam no próximo domingo. Foi sério, honesto e didáctico em toda a sua campanha. Talvez de mais, dirão alguns. E é possível que tenham razão. Talvez o PCP tivesse diariamente direito a mais «tempo de antena» se em vez de propostas inventasse «factos políticos», lavasse roupa suja, chafurdasse no lamaçal que faz o gáudio da comunicação social.

Mas, nesta campanha eleitoral, aos *media* apenas interessava saber se o candidato do PCP ia ou não desistir. E mesmo perante a sua constante afirmação de que iria às urnas, a pergunta persistia. Até que António Abreu decidiu não voltar a responder a tal pergunta.

Certos, porém, como estavam de que António Abreu iria desistir a favor de Jorge Sampaio, foram antecipadamente preparando o eleitorado comunista e não comunista para essa eventual desistência, que beneficiaria não se sabe quem. É um erro generalizar, mas a verdade é que de todos os actos há que tirar ilações objectivas e, neste caso, objectivamente nada foi inocente.

Talvez a decisão tomada na terça-feira pelo Comité Central de ir a votos seja, agora, uma «notícia» por que não esperavam! E não esperavam porque ainda não perceberam que os comunistas, apostados sempre em servir e não em servir-se do povo, não medem a sua razão por número de votos mas pela sua coerência, verticalidade e princípios.

E esta, hem?

Efeitos colaterais?

• Anabela Fino

Primeiro foi a «Síndrome do Golfo», agora é a «Síndrome dos Balcãs». As semelhanças entre os dois fenómenos são por de mais evidentes: as vítimas estiveram todas num teatro de guerra onde foram abundantemente utilizadas armas com urânio empobrecido, apresentam problemas de saúde com sintomas idênticos, e os casos mortais devem-se às mesmas deficiências e/ou insuficiências.

Dizem alguns especialistas da NATO, dos EUA e de outros países que não existe nenhuma prova científica que permita estabelecer uma ligação directa entre as duas síndromes e o contacto com urânio reciclado. Mesmo admitindo que isso fosse verdade, a questão de fundo permanece: um vasto número de soldados sujeitos a causas similares regista efeitos análogos. Porquê?

Será que durante os dez anos que separam os eventos que deram ori-

gem à misteriosa doença - ao contrário do que algumas declarações oficiais pretendem fazer - não se está perante nenhuma novidade - ninguém estranhou tanta coincidência e se interrogou sobre as suas causas?

É difícil acreditar em tamanha distração, sobretudo quando no meio tempo entre os «ataques cirúrgicos» ao Iraque e os «ataques humanitários» ao Kosovo foram detectados mais de 90 000 casos «inexplicáveis» em soldados norte-americanos que participaram na guerra do Golfo. É igualmente difícil conceber que, por mais silenciada que tenha sido, a dramática situação em que se encontra a população iraquiana, com centenas de milhares de vítimas mortais, tivesse passado despercebida. Nem o «maligno» senhor de Bagdad tem poder para provocar tantos casos de cancro e leucemia como os que continuam a matar milhares de crianças por mês.

Também não é crível que as mais de duas dezenas de mortes, uma trintena de casos de doenças cancerígenas

e mais de mil situações anómalas de menor gravidade agora vindas a público - tal é o balanço possível da «Síndrome dos Balcãs» no que toca aos militares ao serviço da NATO - sejam atribuídas ao acaso.

A verdade é que o acaso não tem nada a ver com esta história. Quem se preocupou e se deu ao trabalho de investigar não teve dificuldade em encontrar o fio da meada em que nos querem enredar os que agora alegam desconhecimento dos perigos ou os que se agarram como lapas à rocha da «prova científica» que dizem faltar. São desculpas de mau pagador, de quem acreditou no que quis e fechou os olhos à evidência, brincando de aprendiz de feiticeiro com a vida humana. Se isto não é crime contra a humanidade, não sei o que seja. Talvez ainda lhe chamem um efeito colateral... abrangente.



Frases

“Um dos graves erros do Governo é confundir economia de mercado com economia da anarquia, liberalismo com selvajaria, concorrência com cada um faz o que bem lhe apetece. E confundir regulação com paternalismo”

(Helena Garrido, Diário Económico, 09.01.01)

“O problema da contaminação de soldados europeus com urânio empobrecido (...) ameaça transformar-se num sério teste à solidez da Aliança Atlântica (...) No seu íntimo, essas vozes [de dirigentes europeus] sabem que estão a pagar o entusiasmo que os precipitou atrás de iniciativas unilaterais de Washington, sem cobertura das Nações Unidas”

(M. Bettencourt Resendes, Diário de Notícias, 07.01.01)

“Chegou o momento de não confiarmos apenas nos relatórios da NATO, chegou o momento de nós próprios fazermos as nossas verificações”

(António Guterres, Público, 07.01.01)

“As bonitas palavras de Guterres sobre as mentiras e omissões da NATO são, para já, apenas palavras. Os actos continuam a ser os mesmos. E mais quatrocentos soldados portugueses vão arriscar a vida na Bósnia”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 08.01.01)

“O ministro da Defesa, entalado entre um Presidente equívoco, um primeiro-ministro desinteressado e um chefe de Estado-Maior desastrado, não soube identificar o seu lugar nem a sua função (...) Como é agora cada vez mais o seu costume, o primeiro-ministro alheou-se brutalmente do problema”

(António Barreto, Público, 07.01.01)

“Queixam-se agora de que os americanos, usando munições de urânio, foram longe de mais? É como invocar a tempestade e depois queixar-se da força do vento. É fazer o mal e a caramunha”

(Jorge Morais, 24 Horas, 08.01.01)

“Para meia dúzia de abencerragens - como eu -, [Jorge Sampaio] era o símbolo da resistência académica a Salazar. Depois disso, nunca mais fez coisa de jeito e, como Presidente, não existiu”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 05.01.01)

“O eng.º [Ferreira do] Amaral é um candidato de opereta, com a barriga e a falsa ferocidade do estilo e a imensa importância que misteriosamente se atribui a si próprio. Ninguém sabe como ele apareceu à tona da farsa presidencial em exibição”

(Idem)

“António Abreu não terá, seguramente, um resultado menor do que Fernando Rosas, ou eu não me chame Miguel Sousa Tavares”

(Miguel Sousa Tavares, TVI, 09.01.01)

“A política agrícola portuguesa, desde a adesão à UE, é cristalina como água: consiste em entregar os melhores terrenos às celulosas, ao turismo e à especulação imobiliária, em importar de fora tudo o que se consome (...) e depois arranjar uns tantos privilegiados a quem se chama agricultores e por quem se distribuem os subsídios europeus para os compensar por nada fazerem ou nada serem capazes de fazer”

(idem, Público, 05.01.01)



António Abreu vai a votos

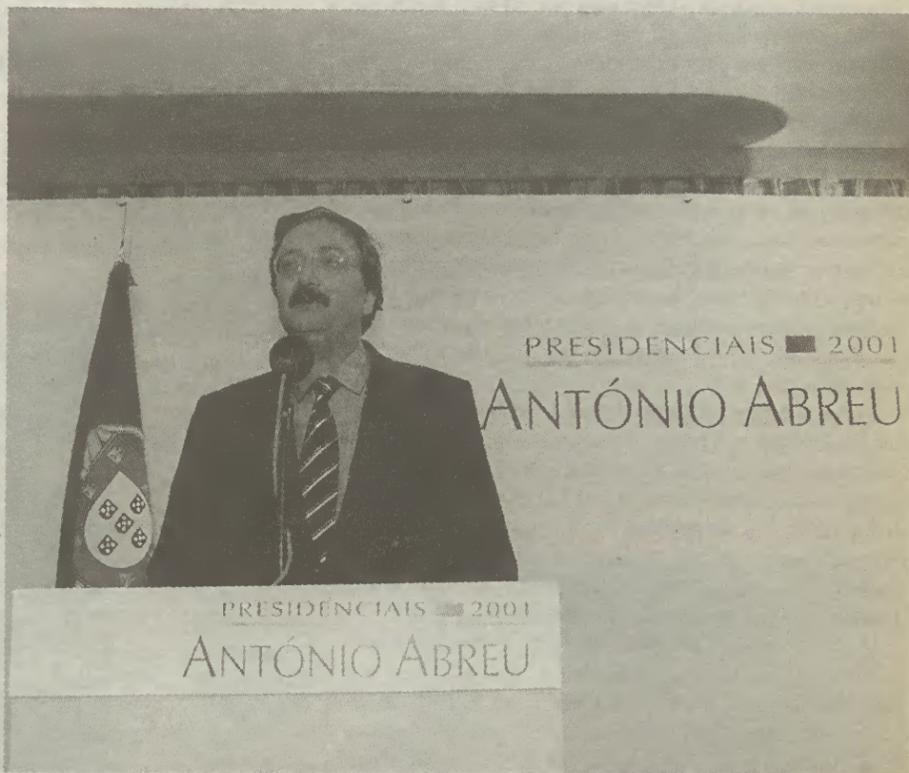
Assegurar os valores de esquerda

Na sua reunião de terça-feira, o Comité Central do PCP decidiu levar até urnas a candidatura de António Abreu.

No final da reunião, que durou todo o dia, o candidato proferiu uma intervenção em que explicou os motivos que levaram a esta tomada de posição.

Agora, apesar do curto espaço de tempo que nos separa do acto eleitoral, os comunistas irão despende ainda com mais entusiasmo todo o seu esforço e empenho para que, nestes últimos dias, a campanha de António Abreu – desenvolvida, como ele próprio afirmou, numa situação em que o Partido tinha que dar resposta a outras importantes e exigentes tarefas – possa dinamizar todos os militantes e evitar a abstenção de muitos portugueses que, não sendo comunistas, continuam a ver no PCP o partido mais consequente na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos ideais de Abril.

Entretanto, o candidato do PCP prosseguirá nos próximos dias a sua acção de contacto com as populações e apoiantes, encerrando a campanha com um grande comício na sexta-feira, à noite, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa.



Declaração de António Abreu

O Comité Central do Partido Comunista Português, com a minha participação e opinião, examinou o percurso e desenvolvimento da campanha eleitoral.

Apesar de ter partido de uma situação em que o Partido Comunista Português tinha que dar resposta a outras importantes e exigentes tarefas, e num quadro em que a nossa candidatura foi sujeita a esforços para a sua descredibilização, a campanha gerou progressivo entusiasmo e criou grandes expectativas em relação a muitas pessoas que entenderam que se deveria defender um outro desempenho para a Presidência da República.

Tal como sempre afirmei, a decisão sobre a ida às urnas seria assumida nesta reunião. Foi o que aconteceu.

Quero neste momento informar os portugueses que a decisão tomada é a ida às urnas no próximo dia 14.

Com esta decisão queremos assegurar a presença no momento do voto, dos ideais, das propostas e dos valores de esquerda, que apresentámos durante a campanha.

Com esta decisão queremos contribuir para uma mais alargada participação cívica e eleitoral e para dar corpo e voz à exigência de um novo mandato presidencial activamente vinculado aos

valores e ao projecto constitucional e dotado de efectiva independência e espírito crítico em relação ao Governo.

Com esta decisão, os trabalhadores e o povo português encontrarão uma opção de voto que garante a defesa dos seus interesses e aspirações, por uma vida melhor, mais justa e por um Portugal de progresso.

Apelo a todos os militantes, a todos os apoiantes da minha candidatura, para que não falem no dia 14 com o seu voto e para que participem activamente nas próximas iniciativas da campanha.





Aumentos injustificáveis

Os aumentos de preços de bens e serviços essenciais anunciados na semana passada, designadamente os que se referem à electricidade e aos combustíveis, mereceram de imediato um comentário do Gabinete de Imprensa do PCP.

O PCP manifesta-se contra estes aumentos de preços, que oneram uma vez mais os orçamentos familiares, e entende ser «necessária uma nova política para os serviços públicos que garanta a sua qualidade e desenvolvimento e que não agrave as injustiças e corrija as existentes».

Para o PCP, o aumento da electricidade em mais 1,2% «é uma decisão escandalosa num quadro em que a EDP tem acumulado lucros de mais de 100 milhões de contos anuais», sendo que os consumidores domésticos em Portugal «pagam um preço de energia eléctrica dos mais caros da Europa», muito mais caro, por exemplo do que em Espanha, apesar de os rendimentos dos trabalhadores e da população portuguesa serem muito inferiores. Assim, numa situação «já de si penalizadora» para os portugueses, enquanto em Espanha os preços da electricidade baixam, em Portugal eles aumentam mais uma vez.

No que diz respeito ao gás de uso doméstico, os comunistas lembram que, a pretexto dos preços do petróleo, «ele sofreu durante o ano 2000 sucessivos aumentos» que, em alguns casos, atingiram mais de 40%. Daí que, agora, com a redução do preço do petróleo, «não só não sejam aceitáveis novos aumentos» para o gás natural e para o GPL «como se imponha uma redução significativa de preços», quer destes tipos de gás quer do gás butano e propano.

Os novos aumentos dos preços dos combustíveis - 4% para o gasóleo, 2,7 e 2,8 para as gasolinas - com o impacto que têm na economia e na vida nacionais não parecem, pois, justificar-se no momento em que, simultaneamente, «se verifica uma tendência para a baixa dos preços do petróleo no mercado internacional e uma subida da cotação do euro».

O Governo pode invocar o estabelecimento de compromissos com as empresas petrolíferas que tiveram durante vários meses consequências negativas no orçamento, diz o PCP, mas a realidade «é que o preço do petróleo, comparado com alguns meses atrás, baixou mais de um terço no mercado internacional e o euro valorizou mais de 13% relativamente ao dólar». Aceitável seria não um novo aumento de preços mas o «acompanhamento da situação» e «uma avaliação da sua evolução».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Aníbal Marques Nunes de Castro

Faleceu, no dia 8 de Janeiro, com 87 anos de idade, o camarada Aníbal Marques Nunes de Castro, operário reformado natural de Almada. Membro do Partido desde 1980, estava actualmente organizado na freguesia de Porto Salvo.

Horácio Filipe da Silva

Faleceu, no dia 5 de Janeiro, com 85 anos, o camarada Horácio Filipe da Silva, aposentado da profissão de Escrivão de Direito. Militante antifascista de longa data, estava organizado na freguesia de Marrazes, Leiria, tendo sempre granjeado grande estima quer a nível profissional quer pelas suas convicções de democrata coerente. Participou antes do 25 de Abril nas lutas da CDE, passando, após essa data a militar no MDP-CDE e, mais tarde, no PCP.

Maria Celinda Dias Carvalheiro

Com 85 anos de idade, faleceu, na Figueira da Foz, a camarada Maria Celinda Dias Carvalheiro. Membro do Partido desde 1978, foi uma militante activa e empenhada até ao fim dos seus dias. Tratava-se de uma camarada muito respeitada e digna de admiração pela actividade antifascista que sempre desenvolveu.

Maria do Rosário Araújo Pereira

Faleceu, no dia 2 de Janeiro, com 73 anos de idade, a camarada Maria do Rosário Araújo Pereira. Membro do Partido desde 1978, militava na freguesia de Rio de Mouro, Sintra, onde tinha a responsabilidade dos Fundos.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

António Abreu sublinha afirmação crescente das Escolas Profissionais

Potenciar escolas públicas

António Abreu não pára. Visita a Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações, desloca-se a Aveiro, Coimbra, Braga, Alentejo e Setúbal, debate as presidenciais com estudantes de Lisboa, participa, juntamente com Carlos Carvalhas, numa sessão pública no Porto, perante uma assistência de cerca de 400 pessoas.

Na sua visita à Escola Profissional, o candidato do PCP valorizou o ensino profissional que, apesar da sua relativa «marginalidade» face à estrutura do ensino em Portugal, revela uma importância cada vez maior, já que produz «formações adequadas quer às necessidades da vida económica e social quer às necessidades educativas de um crescente número de jovens estudantes».

Apesar de o Ensino Profissional vir, lentamente, a superar o estigma de «Segunda Escolha», urge eliminar «o insuportável equívoco, de raiz claramente ideológica» quanto a um ensino de «primeira» - o académico - e um outro que é tido como «soluções de recurso para o insucesso» - o ensino profissional.

Na verdade, afirma Abreu, as Escolas Profissionais têm-se credibilizado crescentemente no mercado de trabalho, apresentando um cada vez mais elevado grau de empregabilidade dos seus estudantes. Contudo, as Escolas Profissionais são, na sua

maioria, de iniciativa privada, restringindo-se a iniciativa pública «à área das escolas agrícolas, à E.P.P.E.T. e pouco mais» quando, «no interesse do desenvolvimento económico e social do País», urgia desenvolver a sua intervenção nas áreas do ensino profissional, a quem competiria «a formação profissional em áreas mais «estabilizadas» e mais

Há indefinição e falta de rigor no tratamento do ensino tecnológico



Uma enorme assistência ouviu interessada António Abreu no Porto

estruturantes», deixando-se à iniciativa privada «a resposta mais dirigida às necessidades regionais e a interesses mais «localizados»», numa ligação à comunidade que se revelaria mutuamente útil.

Projecto do Governo é omissivo

Impõe-se, pois, diz António Abreu, potenciar as capacidades e competências de escolas públicas com tradição na área de formação profissional (Marquês de Pombal, a Afonso Domingos, a Machado de Castro, a Fonseca Benevides) e ser-lhes reconhecido o estatuto de «escolas especializadas», como já acontece nas escolas da área artística, capitalizando a sua ligação quer ao tecido económico quer ao ensino superior.

Entretanto, nenhuma destas opções transparece no projecto de reforma do ensino secundário em curso no Ministério da Educação, omissivo quanto ao papel do subsistema das escolas profissionais já existentes. Este projecto «pulveriza» a formação profissional em 17 cur-

garantia quanto ao equipamento adequado às propostas avançadas. Ou seja, pode traduzir-se por novos «falhanços» como os que constituíram as anteriores experiências das «vias profissionalizantes» e dos cursos técnico-profissionais.

Para António Abreu, «a indefinição e falta de rigor com que são tratados os cursos tecnológicos na proposta da reforma em curso ameaça lançar, mais uma vez, milhares de estudantes para um «beco sem saída»», o que impõe, desde logo, um debate público e alargado sobre a componente e inserção do ensino profissional no sistema público do ensino.

Por fim, o candidato do PCP voltou a sublinhar a necessidade de assegurar de modo estável o financiamento público às escolas públicas e profissionais já existentes, de

reconhecer o seu estatuto de escolas públicas assim como os financiamentos adequados para o conjunto do ensino profissional para que possam cumprir o papel que, nos discursos políticos, lhe é reconhecido.

Portas do Sol

Muralhas caem por chuvas e «negligência»

A propósito da queda das Muralhas das Portas do Sol, a Comissão Concelhia de Santarém do PCP, tendo embora em conta as consequências das chuvas e intempéries, considera que não podem deixar de ser atribuídas responsabilidades à incúria e ao desleixo dos sucessivos governos do PSD e do PS e, particularmente, à gestão municipal socialista.

É que, em 1983, um relatório elaborado por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, depois de estudos relativos à instabilidade da encosta que então se

desmoronou sobre a Estrada Nacional 114, previa o agravamento da situação, caso não fossem tomadas medidas.

Treze anos mais tarde, em 1996, quando a situação se repetiu, os técnicos insistiram em seria necessário «desviar as águas pluviais e os esgotos lançados na encosta para reduzir os efeitos instabilizadores do escoamento artificial».

Apesar destes relatórios, os vários governos mostraram-se incapazes de implementar as medidas necessárias para salvaguardar o património classificado desde 1917 que

são as Muralhas das Portas do Sol. Quanto à maioria socialista do Executivo Municipal, demonstrando «enorme negligência e irresponsabilidade», nem sequer foi capaz de pressionar o Governo do PS para que os valores orçamentados no PIDDAC, em 1999 para as muralhas, fossem utilizados.

Os comunistas, para quem os resultados da gestão socialista da Câmara Municipal de Santarém têm-se traduzido pela «delapidação e a destruição do património público», esperam agora que a queda das Muralhas das Portas do

Sol não sejam motivo para justificar a queda da candidatura de Santarém a património mundial.

Por seu lado, o PCP, através da deputada Luísa Mesquita, apresentou na Assembleia da República um requerimento ao Governo solicitando, com urgência, informações «sobre as medidas tomadas e as verbas previstas no Orçamento do Estado para 2001 para defesa deste património classificado» e sobre quais as «garantias de segurança que podem ser dadas à população da cidade de Santarém».

MONTIJO Saúde vai mal...

O concelho do Montijo vai mal em termos de saúde. O Hospital e as actuais extensões e Centro de Saúde não respondem às necessidades, sendo que as freguesias de Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes viram inviabilizadas pelo PS as extensões do Centro de Saúde, propostas pelo PCP para introdução no PIDDAC, bem como a construção de um novo Hospital no Montijo.

Por proposta da CDU, a Assembleia Municipal tinha entretanto aprovado uma moção que solicitava ao Governo a construção do Hospital e recomendava à Câmara a disponibilização de um terreno para o efeito.

Porém, denuncia a Concelhia do PCP, apesar do orçamento «record» de 8 milhões de contos (quatro vezes superior ao anterior) permitido à Câmara Municipal pela construção da Ponte Vasco da Gama, nada se alterou, tendo a presidente da Câmara considerado, em Dezembro, que a proposta do PCP para a construção do Hospital não fazia sentido, «porque não existe terreno disponível!»

«O problema não é falta de terreno mas sim de vontade política», dizem os comunistas que, não excluem que alguma «febre eleitoral» faça o PS mudar de opinião.

AVIS ... ou piora...

Também o concelho de Avis tem vindo a sofrer a retirada sucessiva de direitos na área da saúde, decidida pela ARS do Alentejo e da Sub-Região de Portalegre, em convívio com o Governo.

Foi o encerramento do serviço de internamento do Centro de Saúde, a retirada do funcionamento das urgências durante 24 horas ou o não preenchimento do quadro clínico, deixando desprotegidas as populações. Agora, a situação foi agravada pelo facto de ter sido impedido a um profissional que se vai especializar prestar serviço no concelho, sem que em seu lugar tenha sido colocado outro profissional que dê continuidade aos cuidados de saúde que vinham a ser prestados.

A Comissão Concelhia de Avis do PCP, a quem cabe a denúncia, alerta, pois, a população para que não permita mais esta afronta que lhe é feita.

OEIRAS ... sem ver melhoras

Por sua vez, uma delegação do PCP entregou, na terça-feira, ao Ministério da Saúde um documento sobre a situação da Saúde no concelho de Oeiras e as propostas do PCP no sentido de melhorá-la.

O documento entregue pela delegação - constituída por Arnaldo Pereira, vereador da CDU na Câmara Municipal de Oeiras, e Joaquim Vieira Cotas, deputado municipal do concelho - foi elaborado pelos comunistas após um conjunto de visitas feitas no último trimestre de 2000 a todas as unidades de saúde - Centros de Saúde e Hospitais - existentes no concelho.

ISEU Câmara não responde

O Executivo Concelhio de Iseu do PCP entregou em Dezembro na Câmara Municipal uma carta com um conjunto de propostas relativas ao Plano de Actividades de 2001.

O PCP sublinha, entretanto, o facto de não ter sido atendido na solicitação que fez ao presidente da Câmara de Iseu para a entrega de uma cópia da proposta que iria ser discutida na Assembleia Municipal. Assim, mesmo ignorando o conteúdo do Plano de Actividades, o PCP não abdica de dar o seu contributo.

As propostas dos comunistas vão, entre outras, do ambiente ao saneamento básico, à Educação e Desporto, aos Transportes Públicos ou à Habitação.

Temos tanto que fazer!

De repente, a comunicação social dominante calou. O 16.º Congresso do PCP, pelo seu êxito, pela grande afirmação do projecto e da identidade comunista acabou por silenciar os cenários apocalípticos perspectivados. Mas calaram por pouco tempo.



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

Aproveitando a campanha eleitoral para as presidenciais, fizeram a barreira à candidatura de António Abreu, centrando de mil e uma maneiras a pergunta «do vai ou não vai a votos», desvalorizando a elevada e qualificada contribuição do camarada António Abreu, a inestimável promoção de valores democráticos e de esquerda que diferenciam o PCP.

Mas tudo aquilo que o 16.º Congresso deliberou como linhas de trabalho e de acção, tudo aquilo que são propostas dos comunistas portugueses para um novo rumo na política nacional provoca urticária à direita e aos «fazedores» de opinião.

desactivação da Siderurgia Nacional.

O desmantelamento dos Estaleiros Navais da Margueira constitui uma acusação ao PS, pelas responsabilidades do Governo presente e pelo papel dos seus governos no passado, quando devolveram a Lisnave (e milhões de contos) aos Melos.

No plano social e de política salarial, o Governo quis dar a força do exemplo ao capital e às grandes confederações patronais através da imposição de aumentos salariais inaceitáveis para a Administração Pública.

A indiferença e a irresponsabilidade do Governo perante o conflito que se deu entre os trabalhadores da mina de Neves Corvo e a Administração desta empresa de capitais públicos, ou mesmo perante a posição antinegocial e discriminatória da Adminis-

ciados para bloquear a contratação e tentar aplicar salários baixos com as «costas aquecidas» pelo Governo PS.

Não haverá caminho mais sólido e seguro do que aliar a negociação à luta, luta que coloca como condição primeira o esclarecimento e o envolvimento dos trabalhadores.

A questão dos salários continua a ser um factor determinante para os trabalhadores, já que é dele que depende muito da sua vida.

Quando pensamos que centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado, jovens trabalhadores do comércio e dos serviços vivem com o salário mínimo nacional, então coloca-se às suas organizações definir como prioridade o desenvolvimento da acção e da luta reivindicativa. Opção e orientação afirmadas pela CGTP-IN.

Naturalmente, para os mais de 700 trabalhadores da Siderurgia Nacional ameaçados de despedimento colectivo, do que se trata agora é de lutar pelos seus postos de trabalho e pelos seus direitos adquiridos. Para cerca de um milhão de trabalhadores com vínculo precário e para os milhares de desempregados, a questão prioritária é assegurar ou conseguir o emprego.

Centenas de milhares de trabalhadores vivem com o salário mínimo nacional



Só que apesar dos silenciamentos e para além das presidenciais, o pulsar da vida e dos problemas vão convocar os comunistas para a acção e intervenção políticas e sociais. E uma das tarefas principais apontadas pelo Congresso passa pelo desenvolvimento de uma activa iniciativa política e da luta de massas.

O Governo PS persiste na sua política económica e social classista, manifestada na destruição e desmantelamento do Sector Empresarial do Estado - designadamente pela via da privatização total dos sectores da comunicação, energia, cimento e do papel -, por novas privatizações no sector aéreo e ferroviário, pela

tração da TAP, que escolhe os salários dos trabalhadores como bode expiatório da gestão desastrosa e das medidas liberalizadoras, reflectem a natureza e os objectivos de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores.

Que terão estes de fazer?

Agir e intervir

A fase crucial das negociações da contratação colectiva aproxima-se. Milhares de cadernos reivindicativos foram aprovados e apresentados em empresas de diversos sectores. É incontornável que as confederações patronais irão orientar os seus asso-

Mas a luta por melhores salários transforma-se numa questão transversal em relação ao conjunto dos direitos do trabalho e elemento que potencia o desenvolvimento da consciencialização de classe dos trabalhadores.

Os comunistas que integram o grande colectivo unitário do movimento sindical e das comissões de trabalhadores, os que aprovaram as grandes decisões do 16.º Congresso, designadamente as que correspondem às aspirações e reivindicações dos trabalhadores valorizarão tanto mais este Partido e o seu projecto quanto mais eles se ligarem aos destinatários principais da nossa acção e da nossa luta.

Enfermeiros

«A promiscuidade entre os sectores público e privado é reconhecidamente um dos maiores "cancros" que existe na saúde.» Esta acusação é dos Sindicatos dos Enfermeiros Portugueses que acusam também o Governo de ser conivente com esta situação. Estas críticas vêm expressas no documento do sindicato a propósito da demissão do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia do Porto por parte da ministra da Saúde, por alegada promiscuidade entre os dois sectores.

O SEP/CGTP-IN defende a clara separação dos dois sectores, de forma a que possam coexistir mas «sem que um – o privado – destrua o outro – o Serviço Nacional de Saúde». A demissão do Conselho de Administração do IPO «deita por terra a teoria da própria ministra da Saúde que diz ser preciso alterar o Estatuto Jurídico dos Hospitais para poder responsabilizar os maus actos de gestão», afirma o SEP.

Mineiros

Os mineiros da Somincor, de Neves-Corvo, recusaram, no passado dia 5, os aumentos salariais propostos pela administração, embora tenham considerado globalmente aceitável a proposta avançada como base negocial.

Eduardo Lázaro, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira (STIM), explicou à Lusa que os trabalhadores consideram estar em presença de uma base negocial aceitável mas pretendem ainda esclarecer aspectos relacionados o «subsídio de fundo» e com o «aumento mínimo», considerando insuficiente a proposta de cinco mil escudos. Em plenário realizado no refeitório da mina durante duas horas e que contou com a presença do secretário-geral da CGTP-IN, Carvalho da Silva, os trabalhadores decidiram aguardar nova ronda negocial. Carvalho da Silva assinalou que os trabalhadores da Somincor vêm, pela primeira vez, «preto no branco, o fim da laboração contínua e a garantia de aumentos salariais mínimos», embora alguns pontos fiquem longe das reivindicações.

Açores

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, iniciou, na passada terça-feira, uma visita de trabalho à Região Autónoma dos Açores. A visita, com a duração de quatro dias, contemplará as três maiores ilhas do arquipélago, Terceira, Horta e S. Miguel e as suas realidades socioeconómicas. O dirigente da central sindical dará preferência às questões laborais e aos encontros com trabalhadores e sindicalistas das três ilhas. Encontros com autarcas e outros representantes da realidade açoriana estão também previstos.

Sindicatos da construção civil denunciam aumento da precariedade e do recurso a trabalhadores clandestinos

Exploração a crescer

Ao crescimento do sector das obras públicas não corresponde a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Em vez disto, o aumento da clandestinidade de imigrantes, completamente à mercê dos patrões e das máfias.

Em conferência de imprensa, a Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção assinala que, nos últimos anos, o sector da construção civil tem sido «o grande motor da economia nacional». Este crescimento, patente ao nível das obras públicas, tem sido acompanhado pelas actividades adjacentes ao sector, como por exemplo o comércio de materiais – o consumo de cimento tem vindo sempre a crescer, bem como o do aço, que voltou a subir.

Outros aumentos significativos têm-se verificado, nomeadamente do número de licenças concedidas, de fogos de habitação e de concursos de obras públicas adjudicados – Metro do Porto, Porto 2001, Barragem do Alqueva, Euro 2004, são alguns dos exemplos. «Como é do conhecimento geral, com o aumento do volume de obras, teve lugar o aumento da precariedade e da utilização de mão-

-de-obra clandestina», acusa a Federação.

Realidade chocante

Este último aspecto assume contornos particularmente graves. O recurso à mão-de-obra barata, portuguesa ou estrangeira, é uma realidade em franca expansão neste sector. O número de trabalhadores com contratos a termo, a «recibos verdes» e clandestinos aumenta de ano para ano. No ano de 1999, por exemplo, em 552 mil trabalhadores, 145 mil eram estrangeiros clandestinos, 167 mil *liberais* («recibos verdes») e 190 mil trabalhavam com contratos a termo (ver quadro).

No que respeita aos clandestinos, e não havendo ainda estatísticas do ano passado, a federação afirma que, com os dados recolhidos no

terreno, é possível avançar que «a precariedade e a clandestinidade têm sido a nota dominante, chegando a atingir casos extremos com os novos fluxos migratórios vindos do Leste Europeu». Estes trabalhadores clandestinos, para além de serem explorados por quem os utiliza – com a agravante de, muitas vezes, serem ameaçados com a denúncia ao Serviço de Estrangeiros – são, em muitos casos, extorquidos e manipu-

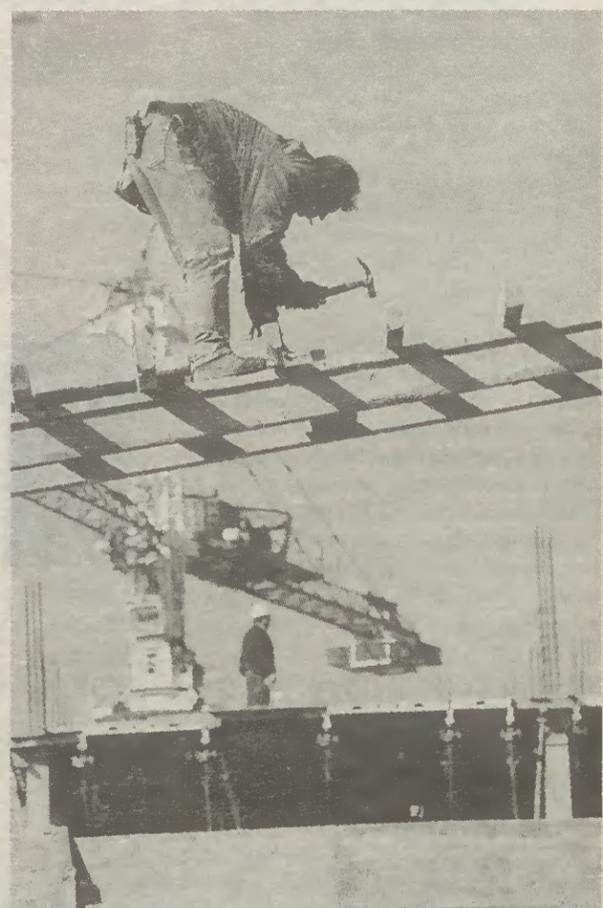
lados por máfias organizadas com ramificações em vários países, dos quais Portugal não é excepção.

«A Federação e os sindicatos do sector, para mini-

mizar tal situação, têm reclamado junto das autoridades portuguesas medidas para que sejam passados contratos de trabalho aos imigrantes que são vítimas de tal exploração», afirma-se no comunicado de apoio à conferência de imprensa. Nesse documento, a federação «defende um sindicalismo de classe, onde não existam fronteiras para a defesa dos trabalhadores vítimas da exploração», e defende que no milénio que agora se iniciou «não pode haver lugar à escravatura».

Para melhorar

Ao nível da sinistralidade, o sector da construção civil é,



As questões da segurança, para além da precariedade e da clandestinidade, também preocupam os sindicatos

como afirma o documento da Federação, um «sector de ponta». A juntar a isto, a baixa formação profissional é outra das questões que preocupam os sindicatos da construção.

Para fazer face a tudo isto, a estrutura sectorial da CGTP-IN, aponta como **prioridades** para o próximo ano:

- lutar por melhores salários (em Portugal são os mais baixos da Europa), pela redu-

ção do horário de trabalho e por regalias sociais;

- combate ao trabalho precário e clandestino;

- combate à sinistralidade laboral, por melhores condições de higiene e segurança no trabalho;

- lutar pela regularização dos estrangeiros a trabalhar em Portugal;

- proporcionar formação profissional e sindical aos trabalhadores.

Mentiras oficiais

Altos responsáveis da Administração Central vieram a público com declarações que os representantes do movimento sindical se prontificaram a desmentir.

O Governador Civil de Setúbal contestou, na passada semana, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do distrito de Setúbal revelado pela União dos Sindicatos de Setúbal da CGTP-IN e que o «Avante!», na sua última edição, publicou.

A estrutura distrital da CGTP, que teve conhecimento das declarações do Governador Civil pela comunicação social, enviou nova nota à imprensa para responder ao representante do Governo no Distrito.

«O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do distrito de Setúbal era em Novembro de 2000 (último mês disponível) de 33.603», insiste a União, que diz que «o senhor Governador Civil quando põe em causa a credibilidade da informação da USS/CGTP-IN, o que na realidade está a fazer é pôr em causa o Instituto de Emprego e Formação Profissional», entidade responsável pelos dados citados na primeira nota da União dos Sindicatos de Setúbal. Para mais, o Governador Civil foi várias vezes informado por aquela estrutura sindical que os números eram do IIEFP.

«O Director-Geral das Florestas minimizou, deliberadamente, os graves problemas com que se defronta o Corpo Nacional da Guarda Florestal», acusa a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, da CGTP. Este responsável pelo corpo nacional da Guarda Florestal escondeu, em entrevista à TVI, que mais de 100 dos 700 efectivos que constituem aquele corpo estão sem trabalhar.

Mentiu também, segundo a FNSFP, ao dizer que estão apenas quatro meses de ajudas de custo em atraso (quando estas não são pagas desde Junho) e ao dizer que se trata de um problema pontual quando data já de 1999 a dificuldade em manter regularizados este tipo de pagamentos.

«O Director-Geral das Florestas, ao intervir da forma como o fez, em frente das câmaras da televisão, não foi capaz de mostrar solidariedade para com os membros do Corpo Nacional da Guarda Florestal», preferindo a solidariedade para com o Governo que, conhecendo a actual situação, pouco tem feito para a ultrapassar, acusam os sindicatos.

Para além destes problemas, a Federação da Função Pública salienta ainda o facto de 18% das viaturas de policiamento do CNGF não estarem a funcionar por falta de verbas para a sua reparação.

Contratos

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul propõe, para dois sectores, uma série de medidas com vista à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Para o sector das **Madeiras**, o sindicato propõe um aumento nunca inferior a 10 mil escudos mensais para todos os trabalhadores. Esta análise baseia-se na constatação, expressa num documento de reivindicações para o ano 2001, que existem «condições económicas, no plano sectorial, para garantir um crescimento real dos salários» de forma a aproximá-los dos salários médios europeus.

As reivindicações para este sector não se limitam à questão salarial. A exigência da redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, incluindo pausas, a fixação do valor do subsídio de refeição e outras regalias

como a tolerância de ponto nas vésperas de Natal e Ano Novo e a consagração do direito a cinco faltas, seguidas ou intercaladas, por nascimento de filhos.

Para o sector da **Construção Civil**, o sindicato afirma, num comunicado, que os trabalhadores deste sector «nacionais ou imigrantes, vão lutar por melhores salários e por uma vida digna», e exigem aumentos nunca inferiores a 9 mil escudos, independentemente do nível em que se encontre o trabalhador. Também aqui a fixação do horário de trabalho semanal máximo nas 35 horas é uma das principais exigências do sindicato.

A fixação do subsídio de refeição em 970 escudos, do período anual de férias em 25 dias úteis e as promoções obrigatórias dos trabalhadores são as outras reivindicações para o ano que agora começa.

Ocupação de mão-de-obra

	1990	1992	1995	1997	1999
Total	365.900	344.400	337.000	399.200	552.200
Contratos a termo	122.956	137.815	101.600	171.410	190.500
Trabalhadores permanentes	60.427	55.022	47.600	45.214	49.200
Trabalhadores clandestinos	104.367	57.146	88.200	92.100	145.110
Trabalhadores a recibo verde	65.080	77.613	99.600	90.476	167.390

Fontes: Relatório Banco de Portugal, Quadros de Pessoal e Balanços Sociais, Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção

CGTP anuncia novas acções Por melhores salários

O dia de luta nos sectores têxteis, a 26 de Janeiro, é a primeira das acções que a Comissão Executiva da CGTP-IN anunciou, segunda-feira, para este início do novo ano.

A acção reivindicativa e os processos de negociação colectiva decorrem num momento em que, por um lado, se interioriza nos trabalhadores a noção de que são mal pagos e têm direito a melhores condições, enquanto, por outro lado, se verifica uma «pressão enorme» para prosseguir a política de baixos salários e os patrões não manifestam nenhuma disponibilidade para aumentar a parcela de riqueza destinada a remunerações do trabalho.

Esta ideia foi exposta por Carvalho da Silva, que falou aos jornalistas sobre as conclusões da primeira reunião deste ano da Comissão Exe-

cutiva, na qual estiveram igualmente em análise as eleições presidenciais e, com especial destaque, a reforma fiscal. A luta nos têxteis foi apresentada pelo secretário-geral da CGTP como uma resposta que se estende a outros ramos de actividade (reafirmando a Intersindical Nacional que não considera encerrado o processo negocial na Administração Pública, onde vai continuar a apresentação de reivindicações).

Foi sublinhado o facto de **58 por cento** dos trabalhadores das indústrias têxteis, de lanifícios e vestuário auferirem vencimentos equivalentes ao **salário mínimo**

nacional, sobre o qual os representantes patronais teimam em aumentos de apenas 4 por cento, quando «a ladainha da crise é uma falácia», face aos resultados das empresas.

Para **dia 26** – como anunciou também a Fesete/CGTP, ao divulgar a resolução aprovada pelo plenário geral de sindicatos, no dia 3 – será convocada uma greve de 24 horas «para todos os sectores e empresas onde não sejam negociados novos salários para 2001, com início a 1 de Janeiro». O plenário denunciou o bloqueio da negociação colectiva por parte das associações patronais dos têxteis, vestuário, malhas, lanifícios, têxteis-lar e cordoaria. «Para termos melhores salários e melhores condições de vida temos que lutar», apela a federação, que exige um aumento mínimo generalizado de 8 contos.

Naquela data, adiantou Carvalho da Silva, terá lugar uma **concentração, em Guimarães**, com participação de trabalhadores de outros ramos de actividade do distrito de Braga. O secretário-geral da *Inter* informou que acções semelhantes estão a ser preparadas para outros locais, abrindo

também o mês de Fevereiro.

A CGTP condenou veementemente a «hipocrisia e chantagem» de figuras «com posições muito fortes do ponto de vista económico» e exigiu «medidas firmes e exemplares», por parte da administração e da justiça fiscais, para que a **Reforma Fiscal** «passe do

papel para o terreno». Algumas peças fundamentais para tal, como a Lei do Património, deverão ser apresentadas pelo Governo até final de Janeiro, informou Maria do Carmo Tavares, que, com Carlos Trindade e Deolinda Machado, acompanhou Carvalho da Silva na conferência de imprensa.

A crise dos têxteis «é uma falácia»

Reflectir as lutas nas presidenciais

Manuel Carvalho da Silva deu conta da preocupação da CGTP face ao «quadro de desvalorização» que marcou a campanha para as eleições do próximo domingo, uma vez que tal significa «desvalorizar a função presidencial», e apelou a que se insista no «esforço para valorizar» o acto eleitoral e «ajudar a criar um quadro de mais forte responsabilidade» no próximo mandato do PR.

Quanto ao sentido de voto, a central reafirmou a posição aprovada no último plenário

nacional de sindicatos: «*O voto dos trabalhadores terá de incorporar, inequivocamente, um sentido de correspondência com os seus legítimos anseios de mais justiça social, de respeito pelos seus direitos sociais e laborais na sociedade e, em particular, nos locais de trabalho, de melhoria das suas condições de vida e de trabalho, em suma, um voto que traduza a exigência de compromissos políticos que possam sustentar uma política de esquerda que promova o desenvolvimento e a justiça social.*»

Empresas municipais contestadas no Porto

Cerca de meio milhar de trabalhadores da Câmara Municipal do Porto «invadiram» no passado dia 3 a sede da autarquia portuense, em protesto contra a criação de empresas municipais, proposta pelo PS.

Os trabalhadores reclamam do presidente da Câmara garantias de verem consagrados os seus direitos e exigem a alteração do **estatuto de pessoal** das empresas municipais, aprovado na Assembleia

Municipal com os votos do PS.

Tal estatuto consagraria diferentes situações laborais para os trabalhadores autárquicos. Por um lado haveria trabalhadores que teriam ingresso nos quadros das

empresas municipais; por outro haveria trabalhadores requisitados, pagos com recibos das respectivas empresas municipais, mediante acordos com a Caixa Geral de Aposentações e com o Centro de Cultura e Desporto; e por fim haveria uma condição de trabalhador destacado, a trabalhar para a empresa municipal com o salário pago pela Câmara.

Ameaças escondidas

A indignação dos trabalhadores surge a partir do inquérito, promovido pela Câmara, que questionava a possibilidade de os trabalhadores aceitarem a integração no quadro nas empresas municipais, sem clarificar que essa mesma integração acarretaria, com a passagem do regime público para o privado, uma

significativa perda de direitos – sobretudo os de saúde e aposentação, entre outras regalias.

O inquérito abria ainda as portas, subrepticamente, à possibilidade de instauração de um regime de polivalência no trabalho, que não é permitido na Administração Pública, e punha também em causa a semana de trabalho de 35 horas. Persistia a dúvida igualmente sobre a condição que assumiriam os trabalhadores que não aderissem ao novo estatuto.

Como consequência da acção de protesto levada a cabo no dia 3, o presidente da Câmara reuniu com os trabalhadores e com o STAL. Nuno Cardoso com-

prometeu-se a, nas próximas duas semanas, debater com os trabalhadores e o sindicato a criação das empresas municipais e o estatuto.

O coordenador da Direcção Regional do Porto do STAL considerou importante a reunião tida com os trabalhadores e com o presidente da Câmara. Ao «Avante!», **João Avelino** disse esperar «que nestes 15 dias se concretize a comunicação contínua entre o responsável máximo da autarquia e o sindicato, como legítimo representante dos trabalhadores, no sentido de se encontrar uma solução capaz para este problema».



Como o diálogo não chegou aos trabalhadores, foram os trabalhadores à procura do diálogo, ocupando os Paços do Concelho

Vitória na Beira Aguieira

Professores e trabalhadores não docentes da Escola Profissional Beira Aguieira (Mortágua e Penacova) receberam sexta-feira os quatro salários em atraso, informou o Sindicato dos Professores da Região Centro, que considera ser esta «uma importante vitória da luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos, o SPRC e o CESP».

Foram igualmente pagos os subsídios de formação dos alunos, refere o sindicato da Fenprof, salientando que esta «é a primeira vez, desde o final do ano de 1999, que os salários se encontram em dia» na escola e que, «alcançado plenamente» o objectivo da luta, foi desconvocada a greve marcada para os primeiros três dias desta semana.

Na nota que distribuiu à comunicação social, o sindicato afirma que, com esta vitória, «fica também claro que não tinham razão aqueles que, em vários momentos, falaram da inutilidade da luta dos professores da escola e da impossibilidade de resolver a situação dos salários em atraso». Entretanto, do Governo vai continuar a ser reclamado um subsídio extraordinário que permita à Escola Profissional Beira Aguieira liquidar outras dívidas e ganhar «plena tranquilidade». «Não será um comportamento novo, já que em 1999 o Governo adoptou idêntica solução na Escola Profissional de Viseu», recorda o sindicato.

Forte adesão à greve no IRS

A greve do pessoal das carreiras específicas do Instituto de Reinserção Social, na sexta-feira, teve uma adesão de cerca de 90 por cento, informou Paulo Taborda. Este dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores disse à Agência Lusa que a adesão à greve foi muito boa, mas os seus efeitos não se sentiram muito no exterior porque os trabalhadores asseguraram os serviços essenciais. «A segurança não foi posta em causa, mas os jovens não tiveram ocupação de tempos livres e, nalguns casos, as refeições tiveram de ser servidas por pessoal superior», afirmou.

Os cerca de **300 trabalhadores** do IRS desempenham funções em **14 centros educativos**, «substituindo os pais» dos jovens internados. Ajudam-nos nos estudos, na ocupação dos tempos livres e tomam conta deles de modo a evitar conflitos. O Governo empossou quinta-feira 131 novos técnicos, que estão a receber formação antes de começar a trabalhar, mas para o STFPSA/CGTP este número ainda é insuficiente.

Os trabalhadores reivindicam a revisão das carreiras, de acordo com a legislação que foi aplicada à Função Pública há cerca de dois

anos, a aplicação do suplemento de risco e o reforço do pessoal. Pretendem ainda a integração dos auxiliares técnicos de educação e dos técnicos de orientação escolar e social, cujas carreiras foram extintas, nas carreiras de técnico profissional de reinserção social e de técnico superior de reinserção social, respectivamente. Estas novas carreiras substituem as anteriores e os funcionários que iniciam agora função ganham pelo menos mais 30 contos que os colegas com experiência de muitos anos de trabalho.

Durante a greve os trabalhadores reuniram em plená-

rio nacional, no qual aprovaram uma moção em expõem as suas razões e dão um mês ao Governo para que tome medidas no sentido de resolver a situação. Se não for pelo menos marcada uma reunião com o sindicato, será convocada uma greve de três dias para Fevereiro.

Cerca de uma centena de trabalhadores **concentram-se junto ao Ministério da Justiça**, para acompanhar uma delegação que se deslocou ao gabinete do ministro para entregar a moção e um conjunto de presentes simbólicos, representando cada uma das reivindicações apresentadas.



CDU suscita protesto unânime na Assembleia Municipal de Matosinhos

Leça com Petrogal!

A refinaria de Leça faz falta a Portugal, afirmam comunistas e aliados, enquanto Narciso Miranda e o PS perspectivam o encerramento.

A Petrogal atravessa hoje um processo de reestruturação preocupante. Após a fusão com a Gás de Portugal e a anunciada nova privatização, aumentam os apetites de domínio pela transnacional italiana ENI e é manifesta a disponibilidade do Governo para entregar a empresa ao capital estrangeiro.

Contra este comportamento colaboracionista insurgiram-se, na última sessão da Assembleia Municipal de Matosinhos, os eleitos da Coligação Democrática Unitária, solicitando esclarecimentos sobre o real estado da Petrogal e exigindo a defesa deste sector estratégico. Apesar da moção ter recolhido a unânime aprovação da Assembleia Municipal, o presidente da Câmara, Narciso Miranda, demonstrou claramente as suas intenções em relação à Refinaria de Leça da Palmeira, perspectivando, tal como o Governo do

partido de que é dirigente, o seu encerramento.

Caminhos e interesses

Os eleitos da CDU referem que a situação da Petrogal vai piorando significativamente. O

Governo e Câmara não desistem do encerramento

desmembramento da companhia, com a pretendida autonomização das refinarias, extinção de vários serviços e criação de outras empresas, prossegue o chamado «emagrecimento estrutural», com uma redução significativa de postos de trabalho, o qual nada tem a ver com as necessidades da empresa ou com os interesses do País, sendo sobretudo ditado por razões políticas e interesses financeiros estranhos à economia nacional.

Ao nível da própria estratégia de desenvolvimento das infra-estruturas da refinaria, o panorama existente

justifica também sérias preocupações. Está praticamente suspenso um plano de investimentos para o período de 2000-2005, da ordem dos 50 milhões de contos, indispensável ao desenvolvimento do complexo industrial da refinaria. O projecto «monobóia», que custou cerca de 6 milhões de contos à empresa, continua paralisado.

A situação da Petrogal, confirmando-se a inépcia governamental, não tem mais a prometer aos trabalhadores do que incerteza e insegurança, denuncia a CDU, notando que, todavia, aqueles estão determinados a garantir os seus direitos e, em primeiro lugar, os postos de trabalho. Os reformados e pré-reformados estão também preocupados com o futuro dos complementos das pensões. Estas preocupações estendem-se, da mesma forma, aos cuidados de saúde. Apesar da intervenção da IGT, continua a haver trabalho irregular na Petrogal e vai sendo implementada uma política de precarização de novos contratos de trabalho.

Importância estratégica

Para a CDU de Matosinhos, torna-se imperioso assumir claramente que o Norte e o País precisam da Refinaria de Leça, como parte de uma grande empresa ao serviço do País e da economia nacional.

A Refinaria de Leça é um grande complexo industrial, que produz uma vasta gama de produtos, como gás butano e propano, nafta química, gasolinas, combustível para a aviação, gasóleos, fuelóleos, asfaltos, óleos-base, lubrificantes, benzeno, tolueno, ortoxileno, solventes alifáticos, parafinas e enxofre, entre muitos outros.

A Refinaria de Leça é, salienta a CDU, estratégica, porque contribui decisivamente para a auto-suficiência energética do País, no que respeita aos derivados do petróleo, sendo ainda responsável por largos milhões de contos de vendas de produtos para exportação. É também factor de

desenvolvimento e equilíbrio social, porque assegura permanentemente a actividade de mais de 640 trabalhadores, integrados nos seus quadros, de 250 contratados através de empresas prestadoras de serviços e de cerca de 800 transportistas. Durante as paragens técnicas necessárias à manutenção geral das instalações, e que por norma se efectuam de 3 em 3 anos, trabalham diariamente, durante dois meses, mais de três mil pessoas.

A Refinaria de Leça é essencial para o Norte, porque a sua actividade incide num alargado contexto económico e social que incorpora um elevado e diversificado número de bens adquiridos diariamente, como em serviços, fornecidos, por exemplo pela APDL, e influencia decisivamente o desenvolvimento comercial e industrial do Norte. Desta refinaria depende o rendimento de milhares de

famílias do Grande Porto e Norte. É um valor de futuro, porque fomenta e aplica novos saberes, em áreas tão relevantes como as novas tecnologias, protecção ambiental e qualidade. No seu grupo de complexidade e num conjunto de 70 refinarias europeias, a Refinaria de Leça da Petrogal, de entre 17 índices avaliados, está em primeiro lugar em 11 deles.

Na realidade, salienta a CDU, o complexo industrial da Refinaria de Leça é parte integrante de uma empresa nacional estratégica e fundamental para o desenvolvimento económico do País. A coligação PCP-PEV defende que os portugueses e, em particular, o povo do Norte, e a sua economia, não têm que ser prejudicados com os excedentes de capacidade de refinação da UE e, pelo contrário, têm que poder usufruir de infra-estruturas de qualidade em sectores estratégicos.

Erros do Governo agravam crise na TAP

É hora de parar e reflectir

Confirmam-se as piores expectativas quanto ao processo de segmentação e privatização da TAP e à opção pela aliança estratégica com a Swissair/Sair Group.

Todos os dados disponíveis concorrem no sentido de evidenciar, dando razão às denúncias e alertas do PCP, que as decisões do Governo colidem com o interesse nacional, com os interesses dos trabalhadores e o futuro da empresa.

A esta conclusão chegaram os deputados comunistas que inte-

graram, em representação do PCP, a comissão parlamentar de inquérito à TAP, cujos trabalhos terminaram ontem com a votação do relatório final. Não um, aliás, mas dois relatórios, já que os dois relatores indicadores pelo PS e pelo PSD, em virtude de não terem chegado a acordo entre si quanto ao texto final, optaram por apresentar cada um o seu.

Conhecido, à hora de fecho da nossa edição, era o sentido de voto dos deputados comunistas quanto ao relatório subscrito pelo deputado do PS. Um voto decididamente contra,

como salientou, em declarações ao «Avante!», Lino de Carvalho, porque se trata de um texto que «branqueia as responsabilidades do Governo e das administrações pela crise que a TAP está a atravessar», não se interrogando sequer sobre as condições em que ocorreu o processo de pri-

vatização e a escolha da Swissair como parceiro estratégico.

Já no que se refere ao relatório rubricado pelo deputado do PSD ainda não era conhecido o sentido de voto de Lino de Carvalho e de Honório Novo. Muito embora reconheçam que vai mais longe nas críticas quer ao Governo quer às administrações e que questiona as opções tomadas em matéria de parceria estratégica, aqueles deputados consideram que o texto não responde a muitos outros aspectos considerados importantes pela bancada comunista. Críti-

cam sobretudo o facto de o relatório não abordar o plano estratégico e de saneamento económico e financeiro, enquanto ignora, por outro lado, a forma pouco transparente como a TAP foi avaliada. Os deputados comunistas não aceitam igualmente que o texto não questione nem faça referência à documentação interna da própria TAP que põe em causa decisões das últimas administrações e do Governo. Daí, aliás, terem apresentado várias propostas de alteração, de cuja aceitação faziam depender sua opção por um voto a favor ou de abstenção.

Num extenso documento de 17 páginas, divulgado na passada semana, no qual desenvolvem exaustiva e pormenorizadamente as principais questões que têm estado no centro das atenções, e em que manifestam a sua preocupação pelo rumo dos acontecimentos, os deputados comunistas consideram ser necessário proceder a uma «pausa e uma nova reflexão que reequacione todo o processo, tendo em conta que o Estado não pode deixar de ter presente o interesses estratégico da empresa».

Populações beneficiadas com medida proposta pelo PCP

Alargar passe social à Grande Lisboa

A Assembleia da República apreciou na passada semana um projecto de lei do PCP que confirma o passe social como título universal de transportes, tornando-o válido em todos os percursos efectuados por empresas públicas e privadas em toda a Área Metropolitana de Lisboa. A submeter à votação no próximo dia 18, esta é uma medida de excepção alcance social que, entre outros objectivos, visa reduzir os gastos das famílias com transportes, assim contrariando os contínuos e gravosos aumentos dos custos do passe ocorridos ao longo dos últimos anos.

Na base desta iniciativa legislativa está a consideração de que o passe social intermodal - criado há 24 anos como um factor de inegável justiça social -, carece de remodelação para que continue a cumprir os seus objectivos iniciais.

A bancada comunista vai mesmo mais longe e entende, como frisou no debate o deputado Joaquim Matias, que a promoção e o desenvolvimento do passe social são indissociáveis da promoção e desenvolvimento do próprio serviço público de transportes colectivos.

E a melhoria destes, entendida pelo PCP como «urgente e indispensável», dependendo essencialmente da vontade política, é já hoje, na sua óptica, claramente possível com um maior aproveitamento das infra-estruturas

existentes, independentemente daquelas que estão em fase de execução ou projectadas.

Trata-se, no fundo, com este diploma, de contribuir para uma política que promova a utilização dos transportes públicos, política esta que do ponto de vista de Joaquim Matias não tem existido. A prová-lo estão as opções de sucessivos governos no sentido da privatização de empresas públicas de transportes ou do seu desmantelamento, sem que isso se traduzisse em qualquer benefício para as populações ou para a melhoria da qualidade de vida em meio urbano.

Pelo contrário, como lembrou Joaquim Matias, as empresas de transporte público, orientadas exclusivamente pelo lucro, acabaram pura e simplesmente com todas as carreiras que não lhes davam a rentabilidade pretendida, proibiram o uso dos passes, deixando isoladas totalmente ou em grande parte do dia importantes aglomerados populacionais a quem não restou outra alternativa que não fosse recorrer ao transporte individual.

Lembradas pelo parlamentar do PCP foram ainda as restrições à mobilidade das populações e a falta de complementaridade entre os diferentes modos de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe mais de uma centena de passes diferentes, 53 dos quais só na cidade de Lisboa, por combinação de vários operadores.

PCP exige regresso dos militares no Kosovo Urânio queima Governo

O Grupo Parlamentar do PCP exige o «completo apuramento por entidades independentes» de todas as consequências resultantes da utilização no Kosovo de munições de urânio empobrecido.

Esta posição da bancada comunista, que reclama simultaneamente a «safda imediata dos militares portugueses» em missão naquela província da Jugoslávia, foi assumida pelo deputado comunista João Amaral em declaração política proferida na passada semana, no decorrer da qual responsabilizou particularmente o primeiro-ministro e o ministro da Defesa pelos riscos que correm os militares portugueses que prestaram ou prestam serviço no Kosovo.

«As responsabilidades fulcrais são do poder político, a começar pelo Governo, continuando pelo Conselho Superior de Defesa Nacional presidido pelo Presidente da República e terminando em todas as forças políticas que deram um cheque em branco para que Portugal intervisse naquela guerra», sublinhou o parlamentar do PCP, antes de criticar também o Chefe do

Estado Maior do Exército por afirmações que em sua opinião foram «inadequadas e inaceitáveis» e lhe retiraram as condições para continuar a exercer o cargo.

«Depois das declarações que fez, o País não entenderia que uma alta figura militar, com os preconceitos e ideias feitas que o general Mar-

tins Barrento demonstrou, pudesse continuar a manter as altas responsabilidades que detém incluindo na condução do processo relativo à análise da situação dos militares portugueses no Kosovo», sustentou João Amaral.

Um «espectáculo degradante e desprestigiante para o visado e para as Forças Armadas», assim classificou ainda o deputado do PCP os factos que envolveram os órgãos de soberania na questão da demissão do general Barrento. Verberado foi sobretudo o ministro da Defe-

As responsabilidades fulcrais em todo o processo são do poder político, a começar pelo Governo



Tropas portuguesas estão vulneráveis a perigos que o Governo ignorou ou escondeu

sa, a quem acusou de alijar as suas responsabilidades, exigindo por fim que seja posto termo a «esta indigna discussão pública e a este vergonhoso esquema de passaculpas».

Para o Grupo Parlamentar do PCP resulta ainda claro que o Governo, diga o que disser, «já provou que não tem meios para garantir à opinião pública nacional que o uso militar do urânio empobrecido não pode provocar situações de doença e lesões capazes de inclusivamente causar a morte».

E perante a existência de riscos, para os quais desde há muito houve quem chamasse a atenção, qual foi a atitude do Governo? Segundo João Amaral, «das duas uma», qualquer delas pouco abonatória: «ou o Governo sabia desses riscos e então incorreu numa gravíssima

responsabilidade que terá de pagar por inteiro (incluindo por não ter informado a Assembleia da República e o País e, pior ainda, por não ter informado os militares que mandou para o Kosovo); ou a NATO reservou essa informação e então cabe perguntar que organização e que triste papel faz então nela um país como Portugal, que se queira soberano e digno de respeito».

Sinistralidade laboral Reparar os danos com justiça

O Grupo Parlamentar do PCP defende a adopção de medidas que conduzam à redução da sinistralidade laboral e a criação de um novo quadro legal que repare com justiça os danos causados por acidentes de trabalho. O tema, suscitado por uma petição apresentada pela CGTP, esteve em debate na passada semana. Não obstante a aprovação em 1997 de legislação apresentada pelo Governo sobre a matéria, depois de várias iniciativas legislativas do PCP com idêntico fim, a verdade é que as soluções encontradas ficaram aquém (e por isso tiveram na altura o voto contra do PCP) do que era exigido para reparar as injustiças que se abatem sobre as vítimas do trabalho.

Daf que a bancada comunista exija a revisão do texto legal, como sublinhou a deputada comunista Odete Santos, por entender que o mesmo continua a padecer de inadequação, isto é, privilegia os «interesses das seguradoras sobre o direito que cada trabalhador tem a ser considerado como um ser humano cuja dignidade não pode ser espartilhada dentro dos interesses privados».

Odete Santos, a este propósito, chamou a atenção para a insanável contradição entre o discurso das seguradoras - invocando alegados prejuízos no ramo de trabalho - e a sua prática de manterem a todo o custo sob a sua alçada a reparação dos acidentes de trabalho, evitando a sua transferência - que é a solução justa - para a Segurança Social.

E percebe-se porquê, conforme explicou a deputada do PCP: só nos primeiros nove meses de 2000 o «ramo não vida, sobretudo o sub-ramo de acidente de trabalho, foi o que principalmente alimentou o mercado segurador nacional». Dito de outro modo, «registou uma produção de 92,5 milhões de contos, 32,8 por cento acima dos 69,7 milhões de 1999».

Lucros chorudos que ainda por cima foram conseguidos sob o beneplácito do Governo que, por negligência, não regulamentou atempadamente a Lei safda em 1997, o que fez com que muitos trabalhadores entretanto vítimas de acidentes de trabalho não beneficiassem das melhorias nela contempladas.

Por melhores salários contra a precarização

A Assembleia da República debateu uma petição da Frente Comum de Sindicatos da Função Pública que exige o termo do trabalho precário no Estado. No texto da petição, entrado no Parlamento em 1996, solicita-se a adopção de medidas de política salarial e legislativa que garantam a estabilidade do emprego. O facto de manter actualidade, quatro anos depois de ter sido entregue, como observou o deputado comunista Alexandrino Saldanha, constitui em si mesmo «um libelo acusatório à acção do Governo do PS na política remunerativa e na gestão dos recursos humanos na administração pública».

Em causa está o sistema retributivo criado em 1989 que, para cerca de dois terços dos trabalhadores da função

pública, está baseado num índice 100 que, na altura, estava 12 por cento acima do salário mínimo nacional, estando hoje cerca de 11 por cento abaixo desse salário.

O que tem levado, por força de adaptações aos escalões e índices mais baixos de algumas carreiras, à distorção e subversão da lógica da sua evolução e do seu equilíbrio relativo, com a consequente «descredibilização do sistema retributivo».

Ao ponto de o desajustamento do sistema e da desvalorização da grelha salarial, como exemplificou o parlamentar do PCP, levar a que sejam abertos concursos para os quais não surgem concorentes, como tem sucedido na categoria de electricista ou na carreira de informática.

E que está na base da justa

reivindicação dos trabalhadores e suas estruturas representativas no sentido do valor do índice de referência (100) ser pelo menos igual ao do salário mínimo nacional, o que implica uma adaptação do actual sistema retributivo ou a criação de um novo.

A precariedade e instabilidade de emprego que atinge muitos trabalhadores da função pública foi também comentada em termos muito críticos por Alexandrino Saldanha. Para o deputado comunista existe manifesta falta de vontade política e capacidade por parte do Governo para resolver o que considerou ser um «escândalo social» e que é de todo incompatível com uma «administração moderna, competente e eficaz ao serviço dos cidadãos».



Trabalhadores lutam pela justiça social contra a precarização

Património cultural

A deputada comunista Luísa Mesquita teceu duras críticas à proposta de lei do Governo que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. «Insuficiência e ineficácia» nas medidas políticas propostas pelo Executivo foi um dos aspectos apontados ao diploma, em debate na semana transacta, cujo conteúdo classificou ainda de «vago, ambíguo, generalista e algumas vezes conceptualmente contraditório e desactualizado».

Um exemplo, entre os vários citados pela deputada do PCP, prende-se com a inventariação, enquanto «instrumento de defesa dos bens culturais». Enquanto a nota preambular do diploma afirma o carácter imprescindível deste meio, o articulado legítima que os bens culturais pertencentes a privados só sejam objecto de inventariação com o consentimento dos proprietários.

Sem críticas não passou também uma outra proposta de lei - o regime fiscal do património cultural -, por, em síntese, na opinião de Luísa Mesquita, limitar-se à concessão de incentivos e à concessão de isenções, o que na prática significa uma «penalização aos cofres dos municípios».

Gestão urbana da Expo

O regime jurídico da empresa a constituir pela Parque Expo e pelas autarquias de Lisboa e Loures para fazer a gestão urbana da zona de intervenção da Expo 98 esteve em debate no Parlamento. De acordo com a proposta de lei governamental, os dois municípios e a Parque Expo constituirão entre si «uma entidade de tipo empresarial com esse fim exclusivo, à qual será atribuída, por decisão dos municípios e mediante contrato de concessão de serviço público, a responsabilidade de administrar o domínio público municipal e garantir a prestação de um conjunto de serviços urbanos essenciais naquela área».

A empresa terá assim a competência de gerir a recolha de resíduos sólidos, a disciplina de ocupação dos espaços públicos, o trânsito e os estacionamento em áreas públicas. Sob a sua responsabilidade ficará ainda a galeria técnica que alberga as concessionárias da água, luz, telecomunicações e o transporte de lixos domésticos. Levantada pela deputado comunista Honório Novo, que chamou a atenção para a necessidade de que esta «solução empresarial seja balizada por alguns princípios orientadores», foi entretanto a questão de saber se esta é uma solução transitória até que no futuro possa vir a ocorrer a plena integração daquela área na gestão dos dois municípios ou, pelo contrário, se se pretende que a actual concessão venha a ser eventualmente definitiva.

Barreiro Subsídios para associações

A Câmara Municipal do Barreiro aprovou a atribuição de um subsídio de 3 mil contos destinado ao apoio a actividades, no âmbito do Projecto de Animação do Bairro das Palmeiras.

Esta verba visa a promoção de diferentes actividades, nomeadamente na creche, Centro de Actividades Infantil Comunitário e no ATL, valências que envolvem cerca de 80 crianças residentes no Bairro, com idades até aos 10 anos.

A autarquia considera que o movimento associativo tem vindo a reforçar o seu nível de intervenção e tem vindo a apoiar clubes e colectividades do concelho que fomentam a acção cultural, recreativa e desportiva da população e estimulam vivências sociais que contribuem para a intensificação das relações entre os indivíduos e para a sua intervenção sociocultural na vida do Barreiro.

Loures apoia trabalho social

A Câmara de Loures assinou treze protocolos para cedência de instalações a instituições que desenvolvem trabalho social no concelho, nomeadamente a Cruz Vermelha Portuguesa, a Pastoral dos Ciganos e os Alcoólicos Anónimos.

Os espaços que a autarquia vai ceder a mais de uma dezena de organizações não governamentais (ONG) e instituições de solidariedade social estão localizados em bairros de realojamento, onde os técnicos podem estar junto da população. Pretende-se desta forma ajudar as pessoas que foram realojadas a inserirem-se na comunidade.

Neste quadro, serão cedidas instalações na Quinta do Mocho (Sacavém), Bairro de Santo António (Camarate), na Quinta da Fonte (Apelação) e Quinta das Sapateiras (Loures).

Serão também cedidos espaços a instituições religiosas, católicas e evangélicas.

O valor dos espaços cedidos está calculado em cerca de 120 mil contos.

Almada Metro Sul do Tejo

Ciclovias, zonas pedestres, lagos, fontes e cascatas artificiais são algumas das obras de requalificação urbana previstas no concelho de Almada no âmbito da construção do metro ligeiro de superfície da Margem Sul.

As obras deverão arrancar em 2002 e junto à Oficina da Cultura, um dos locais centrais de Almada, vai surgir uma grande escadaria com uma cascata. Propostas que, nas palavras da presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa, «partem da ideia de que a ligação dos concelhos ribeirinhos era feita por rio».

Neste momento decorre a fase de concurso público internacional para a concepção, construção, exploração, financiamento e manutenção do MST.

Esta rede de metrô será construída em, três etapas, servindo os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro.

Segundo a Secretaria de Estado dos Transportes, os trabalhos da primeira fase do MST deverão iniciar-se ainda este ano e estar concluídos em 2004, incluindo as ligações Corroios (Seixal) - Cacilhas - Pragal - Universidade Nova/Monte de Caparica (Almada).

A segunda e terceira fases, cujos prazos de execução estão por definir, abrangem, respectivamente, as ligações Corroios - Fogueiteiro (Seixal) e Fogueiteiro - Seixal - Barreiro - Lavradio.

Compete às autarquias que integram a Comissão de Acompanhamento do MST (Almada, Seixal, Barreiro e Moita) apresentar os projectos dos arranjos exteriores do canal do metro e dos espaços adjacentes.

Mau tempo afecta produção de azeite

O mau tempo afectou a produção de azeitona na Beira Interior, atingindo este ano em algumas zonas menos de metade da colheita da anterior campanha, prejudicando também a qualidade e a quantidade de azeite.

Na zona da Cova da Beira, a produção em quantidade será idêntica à anterior campanha, mas a qualidade é ligeiramente inferior. Mais a norte, na ligação da Beira Alta com Trás-os-Montes e junto à fronteira com Espanha, a produção foi este ano muito inferior ao ano passado, e a qualidade é também inferior, devido ao mau tempo. Em Vila Velha de Ródão, região do sul das Beiras, o clima não afectou muito a produção, e a sensibilização dos produtores para o tratamento dos olivais, através da Associação dos Produtores de Azeite da Beira Interior, contribuiu para que a qualidade não fosse inferior.

A Cooperativa do Fundão, que abrange toda a Cova da Beira e tem cerca de 1750 associados, registou este ano mais produção de azeitona a norte da Gardunha e menos nos olivais a sul.

Apesar da menos produção registada este ano, os olivicultores da Beira queixam-se da «invasão» do azeite oriundo da Espanha, que é vendido no mercado português e exportado como sendo de produção nacional.

Tempestade por todo o País
põem a nu muitos problemas

À mercê do mau tempo?

A tempestade que se fez sentir por todo o País, traduz-se em elevados custos sociais. Um processo que ainda está longe de terminado e faz ressaltar graves debilidades nas mais diversas áreas.

Por todo o País, em particular no norte e centro, a tempestade que se fez sentir a semana passada fez estragos visíveis.

Os que seriam inevitáveis, da subida das águas às muitas árvores arrancadas às barras marítimas encerradas. Mas

também os que reflectem – agravando-os – problemas que se arrastam, solicitações sem resposta, promessas por cumprir. E os exemplos abundam – das salas inundadas do hospital de Seia, à derrocada da muralha de Santarém, passando pelo encerramento forçado do Jardim de Infância de Eiras.

As regiões do Minho e Trás-os-Montes foram as zonas mais afectadas pelo mau tempo. Dezenas de estabelecimentos comerciais e casas inundadas, mesmo alguns casos de fábricas, em Trás-os-Montes.

No concelho de Valdevez, a zona mais afectada voltou a ser o Bairro da Valeta, numa cena que se repete sempre que chove com mais intensidade e já esteve mesmo na origem de uma ameaça de boicote às próximas eleições presidenciais.

O rio Douro galgou as margens, inundando uma vez mais as zonas de Miragaia e da Ribeira, no Porto. Várias pessoas – aqui como em outras localidades – tiveram que ser retiradas das suas casas e realojadas, em virtude das inundações.

No leito do Tejo, dezenas de estradas, nacionais e municipais, ficaram submersas. Reguengo do Alviela, Caneiras e Valadas ficaram isoladas.

Uma situação que viria depois à afectar mais outras três povoações. Em Quebradas, Santarém, toneladas de terra ameaçaram cair sobre diversas habitações, o que obrigou ao realojamento de mais de duas dezenas de famílias.

Os estragos registados reflectem também os problemas que se arrastam

No norte e centro houve várias estradas encerradas ao trânsito e foram interrompidas várias ligações ferroviárias.

De Seia a Santarém

Em Vilarinho, freguesia de Cacia, Aveiro, desmoronou-se parte de um conjunto de barracas, onde vivia uma família de oito pessoas. Ninguém ficou ferido porque, no momento do desabamento, a família tinha acabado de sair de casa. Um pequeno exemplo a testemunhar de que são em geral as famílias e pessoas mais vulneráveis quem mais sofre com as intempéries. É a dimensão social das perturbações naturais.

Essa mesma dimensão fez-se uma vez mais sentir das mais diversas formas.

No hospital de Seia a água caiu em abundância nos serviços de Raio X, nas enfermarias de cirurgia de mulheres e enfermarias de medicina de homens e mulheres, e na copa da cozinha.

Entretanto, a degradação das instalações era já do conhecimento da ARS/Centro e teriam sido prometidas medidas para resolver as carências existentes.

A cobertura do edifício hospitalar data de 1930, quando entrou em funcionamento, nunca tendo sido realizadas obras de profundidade.

Em Santarém ruiu parte da muralha citadina. Uma situação para a qual já várias entidades de há muito vinham alertando, como lembraram «Os Verdes» na Assembleia da República.

A muralha, classificada como monumento histórico desde 1917, é a memória da conquista do primeiro rei português, D. Afonso Henriques, e foi a primeira zona de defesa casteleja de Portugal.



A tempestade tem elevados custos

Jardim de Infância de Eiras

Degradação à vista

O Jardim de Infância de Eiras, do Agrupamento Horizontal de Escolas de Coimbra, frequentado por cerca de 40 crianças, foi obrigado a encerrar portas a semana passada devido ao mau tempo.

Uma situação denunciada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), que critica a forma como o Ministério da Educação e algumas autarquias constroem ou adaptam alguns edifícios escolares, que não conseguem resistir a situações climatéricas imprevistas. Frequentemente estes edifícios, «além de não estarem adaptados às novas exigências pedagógicas e metodológicas do processo ensino-aprendizagem», não são capazes de resistir ao frio, ao calor e, actualmente, ao excesso de pluviosidade que se tem registado.

No caso concreto do Jardim de Infância de Eiras, o SPRC conta, em comunicado, a situação do edifício é grave, sendo visíveis «as infiltrações e o seu elevado estado de deterioração, bem como de muito material didáctico existente».

Na sequência de uma visita de dirigentes sindicais ao edifício, o sindicato dos professores exige a rápida intervenção da Câmara Municipal de Coimbra, que já conhece a situação, de forma a «encontrar as soluções para dotar o Jardim de Infância de Eiras dos meios necessários para que a actual situação não volte a verificar-se».

Por seu turno, a directora do Jardim lamentou o seu encerramento e a degradação

que o edifício e material didáctico estão a sofrer, tanto mais que se trata de «um Jardim de Infância muito bem equipado e no qual são desenvolvidos inúmeros projectos educativos».

Uma situação tanto mais grave quanto a Câmara já tinha sido alertada para a situação do imóvel. Já no período do Natal, o Jardim esteve encerrado dois dias devido a problemas idênticos.

Estudantes de Trofa protestam

Greve numa escola alagada

Os alunos da escola secundária de Trofa estiveram em greve segunda-feira, como forma de protesto pela situação de degradação em que se encontra a sua escola.

Como se explica no panfleto distribuído, a escola não tem condições. Chove dentro das salas de aula, na cantina, no bar, na sala do conselho executivo. O ginásio está alagado.

Uma situação insustentável que leva os alunos a exigir uma escola digna e condições para estudar.

Em nota de imprensa sobre a situação desta escola, o colectivo da Trofa da Juventude Comunista Portuguesa lembra que, há um mês, divulgou uma nota criticando o presidente da Comissão Instaladora do Município de Trofa por der declarado que no Concelho existem todas as condições materiais e humanas nas escolas.

Na mesma semana «voou» o telhado de um dos pavilhões. Agora «voou» o telhado

de outro pavilhão e cerca de 90% das salas não oferecem condições de segurança para que aí decorram aulas.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a requerer, na Assembleia da República, explicações sobre as condições em que se encontra esta escola.

A JCP lembra que a Direcção Regional de Ensino tem responsabilidades nesta matéria e sublinha que é urgente a solução deste problema.



Derrocada ameaça Santarém

«Os Verdes» reúnem Conselho Nacional

Eleições e Kosovo na ordem de trabalhos

As eleições presidenciais, a presença militar portuguesa no Kosovo e os perigos de contaminação, a política de imigração, foram os grandes temas em debate na reunião do Conselho Nacional de «Os Verdes», realizada sábado passado.

Estas e outras questões - como os impactes das intempéries que atingiram o país - foram de seguida transmitidas ao primeiro-ministro por uma delegação do Conselho Nacional que, aproveitando a quadra festiva, se deslocou à residência oficial do chefe de Governo para cantar as *Janeiras*.

No apelo à participação nas eleições presidenciais, «Os Verdes» lembram três princípios que consideram essencial salvaguardar - o respeito pela separação de poderes; o cumprimento dos preceitos constitucionais, em particular os relativos aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; o aprofundamento da democracia participativa, designadamente através da descentralização.

A intervenção da NATO no Kosovo e as revelações sobre os perigos de contaminação que lhe estão ligados, foi outro tema desta reunião do Partido Ecológico, que reafirmou as suas críticas ao Governo português por ter desvalorizado e ocultado esses perigos e exigiu o regresso imediato dos militares e agentes de segurança portugueses. «Os Verdes» consideram ainda que a NATO, como responsável pela utilização de armamento que «põe em risco durante gerações o direito à vida de cidadãos indefesos»,

NATO põe em risco o direito à vida de cidadãos indefesos

deve ser julgada por crimes contra a humanidade.

Em comunicado de imprensa, os ecologistas acusam o Governo de ter acordado tarde e exigem a exoneração do Chefe do Estado Maior do Exército.

O Conselho Nacional manifestou, por outro lado, uma enorme preocupação com a situação dos imigrantes no nosso país, reafirmou a sua oposição à lei de estrangeiros aprovada pelo Governo e sublinhou a «urgência da definição e concretização de uma política de imigrantes capaz de garantir a sua integração harmoniosa na nossa sociedade e por fim à marginalização a que estão votados».

As muralhas de Santarém

Os preocupantes impactes das intempéries que atingiram o país, evidenciando «a falta de ordenamento do território, o sistemático ignorar das situações de risco, a fragilidade dos sistemas de prevenção», foi outra das questões abordadas. E que se interliga com uma iniciativa dias antes proposta por «Os Verdes», de deslocação de uma delegação de deputados, representantes das Comissões Parlamentares

de Ambiente, de Educação e Cultura e do Equipamento, a Santarém, com o objectivo de verem no concreto a destruição das barreiras e muralhas da cidade.

Em intervenção na Assembleia da República, no passado dia 4, a deputada Heloísa Apolónia lembrou que o aluimento de parte do Monte de Alcáçova e parte da muralha histórica ocorre «depois de anos e anos de degradação progressiva perfeitamente visível e dos consequentes alertas de várias entidades e organizações».

Informações atempadas não faltaram. Heloísa Apolónia referiu, em particular, que o LNEC «elaborou estudos e relatórios que sempre apontavam para a urgência de uma intervenção adequada designadamente com a drenagem das águas pluviais, com o saneamento básico com implicações nas encostas, com a limpeza das linhas de água que jorram pelas barreiras da cidade, com a reabilitação para sustentar essas mesmas barreiras, com controlo do espaço urbanístico que pesa sobre as encostas do planalto scalabitano e com intervenção urgente pela passagem do comboio junto ao planalto de Santarém».

Perante todos estes alertas a resposta do Governo e das diversas entidades responsáveis foi a passividade.

Face à situação actual, a proposta de «Os Verdes» é «investir urgentemente sobre a globalidade das encostas, sob pena de ameaça séria de derrocada de boa parte de Santarém e da consequente ameaça de pessoas e bens».

A Neves-Corvo e as «forças da ordem»

• José Martins

A Administração da EP SOMINCOR, Sociedade Mineira de Neves-Corvo S.A., em vésperas da passagem do novo milénio, decidiu brindar os trabalhadores de todo o País com uma prosa, de página inteira no Diário de Notícias, de publicidade paga com o dinheiro dos contribuintes, isto é de todos nós, para justificar das razões que motivaram o despedimento dum delegado sindical, da instauração de 218 processos disciplinares, da delapidação do património público e da intolerável falta de diálogo.

A peça, autêntico registo ao disparate e à hipocrisia, é paradigmática da total insensibilidade e do desprezo com que as administrações, nomeadas e da confiança do Governo, olham os trabalhadores e as suas organizações de classe e como encaram os seus direitos constitucionalmente consagrados.

A Administração desta empresa pública vem «atirar areia para os olhos da opinião pública» e tentar, em desespero de causa, limpar-se das graves responsabilidades que contraiu com o seu autismo e arrogância.

É assim que num, simples, conflito de ordem laboral onde intervêm como partes antagonicas, os mineiros e uma administração em representação da política do Governo/PS, é essa Administração e Governo que têm a faculdade de requisitar e ordenar às **Forças de Segurança Públicas** para imponem a sua ordem e aplicarem a sua lei.

Este é o exemplo, mais demonstrativo e elucidativo, do que significa e é na prática a instrumentalização e governamentalização dos **serviços públicos de segurança**. Não é, com estes métodos muito pouco transparentes que o Governo garante a tão apregoada justiça social, a beatífica paixão pelo diálogo, a insistente e apregoada estabilidade política e a necessária isenção e dignificação das Forças de Segurança.

Imperativos de isenção, igualdade, imparcialidade e cumprimento escrupuloso das leis e determinações judiciais a que as Forças de Segurança estão vinculadas ética e constitucionalmente, incluindo as *forças de reserva* às ordens dos Comandantes-Gerais, mas que o *demasiadamente* fácil e permissivo **processo de requisição de forças pelas entidades privadas**, coloca muitas das vezes as Forças de Segurança ao serviço de interesses estranhos à génese da sua missão fundamental e prioritária - o interesse e a segurança pública.

A existência de fortíssimos efectivos do Batalhão Operacional, pertencentes ao Regimento de Infantaria da GNR, em operações tipificadas como militares, e com meios e efectivos desajustados e desproporcionados a um **simple e perfeitamente legal quadro de intervenção dos trabalhadores**, suscita sérias e legítimas apreensões. O recurso frequente às Forças de Segurança, para dirimir conflitos de ordem laboral e social, e o poder discricionário e administrativo que os comandantes e o Governo detêm no accionamento da força pública para aquilo que definem, eufemisticamente, como acções de «manutenção da ordem» (quase sempre, excessivas e de legalidade duvidosa), e ainda pelos efeitos devastadores que tais acções têm na imagem da Polícia e na relação cidadão/agente, colocam na ordem do dia a necessidade e o imperativo democrático da limitação destes poderes, dando à **figura da requisição da força pública o imprescindível enquadramento judicial**, assim como da respectiva **judicialização no controlo do accionamento e emprego das forças de segurança**.

É sintomático que numa altura em que as televisões, alinhadas umas pelas outras, pretendem fazer a agenda (in)cultural das famílias portuguesas, com programas onde a futilidade, o dinheiro fácil, a imbecilidade e a rasquice mais abjecta são transmitidos em doses maciças e nas horas mais nobres de emissão, centenas de trabalhadores e suas famílias em situação dramática, lutando com determinação, persistência e coragem contra uma Administração prepotente e obscura, não tenham o direito à natural informação, digna desse nome, sendo os acontecimentos relegados, propositadamente, para a indiferença e para a quase total omissão. O contraste é flagrante e ofende.

Dada a manifesta incompetência e sobrançeria com que a Administração da EP SOMINCOR de Neves-Corvo agiu e deu provas na gestão deste conflito laboral, restalhe o simples e misericordioso acto de demissão; e como o Governo do PS tem responsabilidades graves na criação desta situação, que não podem ser escamoteadas, sugere-se ao Primeiro-Ministro que poupe o País a mais uma novela trágico-cómica das demissões em avulso e, por favor, demitam-se todos em bloco.

Mesmo sem sondagens nem referendos, o País ficaria agradecido.



Alberto da Silva

A RUA DA FELICIDADE

«A rua da felicidade»

«A Rua da Felicidade» é a primeira obra de ficção de Alberto da Silva, colaborador do «Avante!» sob o heterónimo Manoel de Lencastre.

Editado pela Editorial «Escritor», o romance conta com um prefácio de Lufs de Sousa Rebelo e será lançado na próxima terça-feira, pelas 18.30 horas, na FNAC/Chiado.

A apresentação será feita por Urbano Tavares Rodrigues, da Faculdade de Letras de Lisboa.

O protagonista desta primeira obra de ficção de Alberto da Silva é Portugal das décadas de 40 e 50. O romance apresenta-nos um vasto painel da sociedade e dos conflitos que nela se dirimiam num Portugal triste submerso na ditadura. Nele se movem algumas personagens marcantes, quer pela sua crueldade, quer pelo seu humanismo, firmeza de carácter e luta contra o ambiente pesado. Com resultados dramáticos. Numa escrita que Lufs de Sousa Rebelo classifica como «realismo lírico».



Entrevista com Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada

Uma Aventura literária



Pedro



Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada são um fenómeno da literatura infantil-juvenil portuguesa. No Verão, chegam a receber mil cartas por mês e nem por isso deixam de responder a todas. Depois do grande êxito da série televisiva «Uma Aventura», preparam-se para publicar mais um volume desta colecção. Em entrevista ao *Avante!*, as escritoras falam de hábitos de leitura, do ensino e contam como se escreve livros de sucesso.

– Há poucos hábitos de leitura em Portugal, mas muitas crianças e adolescentes lêem, senão diariamente, com muita regularidade. O que leva os mais novos a ler?

Ana Maria Magalhães – As crianças estão a ler muito mais, porque os professores estão a fazer um grande esforço nesse sentido. Antigamente, os professores do primeiro ciclo limitavam-se a dar a matéria. Agora procuram promover o gosto pela leitura e isso está a dar os seus frutos. Muitos adultos têm uma baixa escolaridade. Há muita gente da minha geração que tem a quarta classe e não teve acesso a livros, não teve oportunidade de adquirir esse gosto.

Os adolescentes são outro caso, por estarem a atravessar um período em que a própria vida se torna muito mais interessante do que a vida dos outros, a dos romances. Há muitos grandes leitores aos 10 anos que aos 14 lêem pouco, mas que depois retomam os hábitos de leitura que adquiriram. Se estiverem bem enraizados, mesmo que não tornem a ter uma leitura tão frequente como tinham aos 10 anos, o livro é algo que lhe é familiar, um objecto apetecível, não têm medo nem vergonha de entrar numa livraria.

O panorama em Portugal está a melhorar muito, porque os professores estão a trabalhar nesse sentido. No meu tempo era ao contrário, dizia-se que só se lia em férias, o tempo de aulas era para estudar. Coisa que eu não praticava...

Isabel Alçada – Por outro lado, a atitude perante a leitura mudou. Os adultos incentivam a leitura dos filhos, gostam que as crianças tenham livros, compram... Ainda que eles não sejam leitores, têm uma atitude positiva em relação aos mais novos. A minha expectativa é que esta geração que agora está no primeiro e no segundo ciclos se transformará em adultos leitores, num número superior ao actual.

– Consideram, portanto, que há um incentivo à leitura?

IA – Há. Outro dia li uma frase muito engraçada num livro sobre a leitura, que dizia que nunca tantos literatos escreveram tantas linhas sobre a falta de hábitos de ler. Antes ninguém se preocupava se se lia ou não, era natural que um pequeno grupo lesse e o resto da população não lesse. Hoje, a expectativa é tão grande que se dá o fenómeno inverso: «Ainda é pouco, temos de ir mais longe.» Parece que o caminho, embora progressivo, ainda é lento, queremos mais.

AMM – Antes do 25 de Abril, ler era quase subversivo. Se uma pessoa de uma profissão manual fosse um grande leitor, provocava desconfiança. Um carpinteiro a ler Eça de Queirós, por exemplo. Hoje as pessoas entendem que, seja qual for a profissão, todos têm a obrigação de ler e ler livros de grande qualidade.

– Como vêm os jovens de hoje? Na vossa condição de professoras e escritoras, conhecem melhor os jovens do que muitos pais.

IA – A nossa atitude é extremamente positiva. As gerações mudam em alguns aspectos, mas há características que ficam. Nós temos muita atenção: como é que eles são, como estão, o que lhes agrada.

– E como os conhecem melhor, também os compreendem melhor.

IA – Exactamente. Como convivemos muito com os jovens, vamos vendo em que é que as coisas vão mudando. Não fazemos uma avaliação negativa, pelo contrário. Muitas vezes o que acontece é que os adultos, quando olham para os mais novos, não encontram os traços positivos que as pessoas da minha idade tinham, logo pensam que não têm nenhuns. Isto não é verdade, têm outras características. Em relação à leitura têm muito interesse, por exemplo. Diz-se que os jovens hoje não se preocupam pelas questões sociais, mas viu-se a mobilização em relação a Timor ou a fenómenos que reconhecem que são problemas da humanidade, como as questões do ambiente.

AMM – Fala-se muito na delinquência e na toxicod dependência, mas em Portugal nunca houve tantas escolas de música ou grupos de teatro como há hoje. Nunca se visitou tantos museus, nunca houve tanta gente a aprender dança ou a fazer desporto...

– Concordam que os jovens são alvo de apelos cada vez maiores ao consumismo, bem como a uma deseducação crescente, em que, por exemplo, se sabe mais da guerra do Vietname do que da guerra colonial portuguesa?

AAM – Hoje há muita informação. As pessoas têm pelo menos quatro canais de televisão, mas se calhar está um excelente programa à meia-noite no canal dois e os jovens estão na cama ou optaram por ver outra coisa. Agora há escolha e isso tem vantagens e desvantagens. Tenho muitos alunos, mesmo de classes desfavorecidas, que têm tv cabo e ficam com 47 canais em casa. É bom ter a escolha, mas ordená-la e fazer com que funcione é mais complicado.

A televisão muitas vezes deseduca. Somos absolutamente contra a violência e a linguagem grosseira. Quando se vê um programa com essas características em família, torna-se vulgar. Depois como é que o professor convence que não se pode dizer aquelas palavras na escola ou que não se deve tomar certas atitudes?

IA – O facto de haver quatro canais não diversificou mais, pelo contrário uniformizou. A concorrência levou a uma restrição de

modelos dos programas, em vez de um alargamento de modelos. Mas há um outro fenómeno: o poder crítico das pessoas aumentou, em relação à desmontagem do que passa na televisão e àquilo que consomem. As pessoas vêem, mas acham que não presta. Nem todos...

AMM – As casas são muito pequenas. Não era suportável uma família viver em três assoalhadas se não houvesse esta janela que permite ir para o Brasil. Quando saiu «Uma Aventura no Egipto», recebemos uma carta de um rapaz de 10 anos a dizer que tinha gostado muito porque já tinha visto no canal «História» um programa sobre a descoberta do túmulo de Tutankamon. Está tudo à disposição. Se alguns só se concentram em programas «rascas», outros de vez em quando vêm-nos para desopilar mas acabam por ir bater noutros canais. Se estivesse na minha mão impedir programas muito violentos ou muito ordinários, eu impedia.

IA – A televisão pública não os devia transmitir. Devia apresentar programas que, a pouco e pouco, iam conquistando público, com a função de divulgar e aumentar o número de pessoas a ver coisas interessantes. A minoria ia largando. Se a televisão do Estado tivesse dez por cento de share com programas de qualidade, não interessava se 90 por cento estivesse a ver porcarias. Já era muito bom aqueles 10.

– Quais são os grandes problemas com que os jovens têm de lidar?

IA – Primeiro, há uma diversidade tão grande de escolhas de cursos que os jovens ficam por vezes perplexos e, no momento de escolha, não conseguem conciliar muito bem a ligação da via escolar à via profissional. Segundo, o problema da habitação é gravíssimo. As pessoas não encontram casa, ficam a viver com os pais. Terceiro, há o impedimento de se autonomizar, o que passa por estas duas questões.

AMM – Nos mais novos, acho que é a tentação e a facilidade com que se pode chegar à toxicod dependência. Está à mão, se a pessoa está triste ou não está suficientemente divertido. É muito fácil. Se só existisse droga no alto dos Himalaias, alguns lá iriam, mas a maior parte não ia lá. Mas a droga está em cada esquina. É muito fácil a pessoa experimentar por graça e depois ficar agarrado.

IA – Há muita gente que está informada dos riscos, mas as pessoas mais tentadas são as mais inseguras, que têm problemas familiares ou que não conseguem ter êxito em nada.

AMM – Há muitos jovens informados, mas muitas vezes a informação confunde-os. Tenta-se desmistificar a droga e culpabiliza-se o tabaco e o álcool, como se fumar um cigarro ou beber tivesse as mesmas consequências.

● Isabel Araújo
Branco

texto

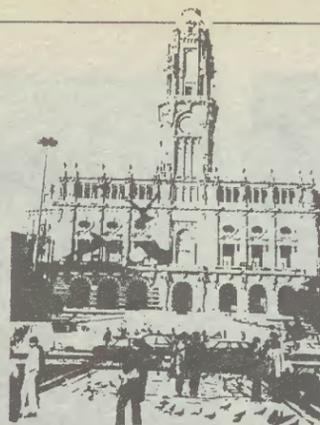
● Jorge Caria
fotos

Os adultos incentivam a leitura dos filhos, gostam que as crianças tenham livros, compram... Ainda que eles não sejam leitores, têm uma atitude positiva em relação aos mais novos

Isabel Alçada



Porto



2001

Pouco tempo após o anúncio do Porto Capital Europeia da Cultura 2001,

o facto mereceu a alguns comentadores de serviço umas quantas dúvidas sobre as reais possibilidades de organizar um evento desta natureza e sensibilizar os portuenses para ele. Pois será agora, ironicamente num momento em que as ruas e praças do centro se assemelham a uma cidade bombardeada, que ninguém ignora afinal a realidade *Porto 2001*.

A requalificação urbana e a edificação de equipamentos culturais que, durante anos, os executivos autárquicos do PSD e do PS não souberam ou não quiseram levar a cabo absorverão a principal fatia do orçamento da Capital da Cultura e levaram a cidade até esta abrupta metamorfose que a tem vindo a caracterizar. Será esta a razão por que aos olhos de muitos comerciantes, que têm vivido com intensidade e preocupação este processo de recaracterização urbana, os principais responsáveis se arriscam a ficar nos anais do burgo não como eméritos astrónomos e distintos engenheiros, mas como peritos em arqueologia urbana ou coveiros do comércio.

E, afinal, que raízes florescerão desta tumultuosa aventura? Com que cara se apresentará o Porto à cultura e à sua gente neste início de século? Algumas zonas nobres requalificadas, uma Casa da Música cuja inauguração em 2001 se encontra irremediavelmente comprometida — tal como preocupante se afigura o seu posterior aproveitamento e gestão —, uma grande e moderna Biblioteca, um renovado Museu Soares dos Reis, obras no Auditório Carlos Alberto e, por último, um programa de eventos que, pese embora algumas nuvens negras, se espera venha a contribuir para a promoção cultural das populações do

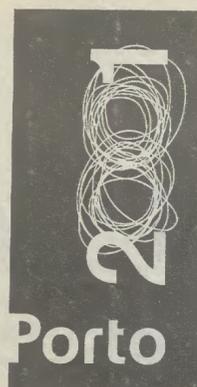
Porto e dos concelhos envolventes e traga uma lufada de modernidade autêntica aos mais diversos espaços da cidade.

Se existe certa unanimidade em relação à qualidade e pertinência da programação na área da Música, muitos agentes culturais não têm escondido críticas e algum desencanto no que respeita às realizações previstas quer para as áreas da Dança, do Audiovisual e até do Teatro, quer para os domínios do Pensamento, da Ciência e da Literatura, ou no que respeita ao Envolvimento da População. A escassez de meios é notória, afectando o trabalho dos programadores, e as opções feitas nesse quadro afiguram-se claramente discutíveis. São tecidas críticas à não promoção de um real envolvimento das escolas e do movimento associativo e foram muitos os agentes culturais que não foram ouvidos, subsistindo dúvidas quanto a um efectivo reforço da imagem da cidade, encarada enquanto comunidade com um património e uma identidade cultural próprios, mas também como pólo do necessário diálogo entre culturas e diferentes modos da sua produção e fruição.

O futuro poderá dizer se as «pontes para o futuro» e para outros espaços culturais serão, de facto, lançadas; e também se o comboio do *Porto 2001* passará ou não ao lado dos restantes municípios da Área Metropolitana. Para avaliar o Porto destes final e início de século, e sobretudo para pensar a importância que a realização da *Capital Europeia da Cultura* assumirá para a Cidade Invicta, convidámos alguns intelectuais portuenses: **José Luís Borges Coelho**, maestro e membro do Conselho de Administração da Sociedade Porto 2001, **Pedro Burmester**, músico e membro da Comissão Executiva da mesma sociedade, e **Hélder Pacheco**, professor universitário e investigador das tradições populares do Porto, aceitaram responder às perguntas do *Avante!*. **Jorge Sarabando** e **Rui Sá**, respectivamente, membro da Assembleia Municipal e vereador da Câmara Municipal do Porto, discutem também, em entrevista ao *Avante!*, a acção da CDU na preparação do *Porto 2001* e na defesa dos interesses da população portuense.

A poucos dias da abertura do *Porto Capital Europeia da Cultura 2001*, atentemos para ver o que irá ficando da espuma mediática dos dias que se avizinham: sobretudo na expectativa de que a realidade desmintas os receios, para bem do Porto e do seu povo.





Avante! – Como é que interveio a CDU neste processo de atribuição da Capital Europeia da Cultura 2001 ao Porto? Que características deve ter uma iniciativa desta envergadura?

Jorge Sarabando – Congratulamo-nos, naturalmente, e desde o primeiro momento procuramos que a nossa intervenção desse um contributo positivo para ser uma iniciativa bem sucedida. 2001 é uma oportunidade a não perder.

A CDU interveio, de imediato, com um elevado sentido de responsabilidade, com a busca do rigor, com exigência, desde logo na Câmara, onde era, então, vereadora a Camarada Ilda Figueiredo, e na Assembleia Municipal.

Além das intervenções na Câmara, promovemos encontros públicos, conferências de imprensa, e três reuniões extraordinárias da Assembleia Municipal, uma das quais sobre o impacto das obras na vida da cidade. Nela, a CDU propôs 15 Recomendações que, se tivessem sido adoptadas, em vez de rejeitadas pela maioria PS, teriam evitado seguramente muitos dos transtornos e prejuízos causados à população e, em particular, aos comerciantes. Eram medidas de planeamento, coordenação, segurança, informação, limpeza, fiscalização e acompanhamento municipal, cuja falta é hoje bem visível.

O Porto vive um momento decisivo. A cidade dispõe de um bom conjunto de espaços e equipamentos vocacionados para a actividade cultural e artística, comprados ou remodelados nos últimos anos (alguns estão ainda em obras), a que só faltava uma instalação dimensionada e condigna para uma orquestra sinfónica.

Também é verdade que a Câmara deixou perder o Museu Etnográfico, não foi capaz de instalar o Museu da Literatura, permitiu a transferência para Gaia do TEP, não deu resposta a muitas solicitações de grupos de teatro e colectividades culturais.

Por outro lado, o Porto dispõe de qualificadas escolas artísticas, de muitos jovens talentos que se vão revelando, de grandes artistas, de muitos activistas e produtores culturais com valia, alguns dos quais foram voando para Lisboa, onde os seus méritos poderiam ser melhor reconhecidos e aproveitados.

A cidade, o rio Douro, constituem um cenário vivo, o melhor dos espaços para um grande projecto colectivo que permitirá, depois de anos de estagnação, iniciar um novo ciclo da vida cultural na cidade.

Nós entendemos a cultura como uma componente estratégica



e estruturante no desenvolvimento da cidade e da região. Como podíamos deixar de nos empenhar, mesmo na oposição à actual gestão municipal e ao governo, numa realização feliz da 2001?

Rui Sá – A CDU apoiou desde a primeira hora a candidatura considerando que o Porto possuía um conjunto de instrumentos e tradições culturais que justificavam essa candidatura mas também porque esse poderia ser um projecto mobilizador capaz de originar um salto quantitativo e qualitativo na vida cultural da cidade e na criação de novos públicos.

A preparação da Capital Europeia da Cultura acabou por ser algo tumultuosa, com a demissão de Artur Santos Silva e com os conflitos entre a Câmara e a Sociedade Porto 2001. Sem dúvida que foi até um factor de atraso na concretização de diversos projectos, mas a preocupação dos eleitos da CDU foi sempre no sentido de procurar sanar conflitos, tentando que a iniciativa fosse efectivamente uma demonstração da capacidade e das competências que existem na cidade do Porto.

Temos a consciência profunda de que o inêxito do Porto 2001 nunca seria apenas o inêxito da Câmara ou do município, da Sociedade Porto 2001 ou de um ou outro protagonista. Seria antes o inêxito de toda a cidade e da sua população que nos últimos tempos tem visto o seu orgulho ferido sucessivamente por episódios lamentáveis cuja responsabilidade pode ser atribuída, no fundamental, aos autarcas e responsáveis políticos do PS e do PSD.

No sentido de se procurar rapidamente uma forma de funcionamento que não pusesse em risco os prazos de realização do Porto 2001 foi fundamental o papel que tivemos na convocação de reuniões extraordinárias da Câmara e da Comissão Executiva da Porto 2001 e que possibilitaram reatar diálogos, esclarecer dúvidas e sanar alguns dos conflitos latentes.

Av! – A poucos dias da inauguração oficial do Porto 2001 vemos, na realidade, uma cidade que se

O Porto chega efectivamente ao final do século XX com alguns problemas estruturais complexos, parte dos quais é consequência de factores exteriores. Com um processo de **desindustrialização** como o que afectou a maioria das grandes cidades industrializadas da Europa e dos Estados Unidos da América, o Porto foi perdendo muitas dezenas de unidades industriais.

Tendo sido uma cidade com cerca de 60 por cento da população dedicada à indústria, o Porto praticamente não possui hoje qualquer ligação a esse ramo de produção. Por outro lado o Porto sofre um processo de **descomercialização**, visível pela perda de centenas de lojas de pequeno comércio, fruto de uma asfixia da actividade comercial provocada pela cintura de grandes superfícies existentes em torno da cidade. Por fim, o desinvestimento sistemático pela parte do poder central ao longo dos anos em projectos que a Câmara não pode por si realizar — exemplos da habitação, saneamento básico ou requalificação urbana —, dada a disparidade entre o orçamento da autarquia municipal e o investimento que exigem estas realizações, explica o atraso do Porto em algumas áreas. Em meados do século XX, como consequência deste referido

desinvestimento central fomos assistindo a uma erosão empresarial — banca, seguros e unidades industriais —, num processo de centralização cujos efeitos ainda se fazem notar. Tudo isto foi levando à tragédia de desertificação do centro do Porto e à degradação do seu parque habitacional nas zonas mais antigas. Os sucessivos projectos de re-urbanização têm sobretudo levado à deslocação das populações para a periferia e à sua guetização e não têm contribuído para revitalizar as zonas centrais da cidade. O Porto vai assim atravessando, neste fim e início de século, alguns problemas estruturais complexos, não deixando todavia de se fazerem sentir alguns sinais animadores de recuperação. É pois necessário atacar de frente e aproveitar ao máximo os investimentos para a iniciativa **Porto Capital Europeia da Cultura 2001** com sentido de permanência, como os da Casa da Música, da Biblioteca Municipal, dos vários museus, afinal tudo aquilo que se designa por requalificação urbana. Em segundo lugar a realização **Porto 2001** pode ser entendida como um factor de melhoria da qualidade de vida das populações. Tratando-se da maior manifestação cultural jamais ocorrida no Porto, a cidade poderá viver a cultura de

forma intensa e beneficiará certamente dos equipamentos a ser edificados. Estas são sinergias que se criam e que se devem aproveitar numa estratégia de rejuvenescimento da cidade, sendo que o Porto tem cerca de 5 a 10 anos para sair do plano inclinado em que se encontra. Será também através da valorização da universidade, das suas formas de produção de conhecimento, que se levará à constituição de uma massa crítica e ao desenvolvimento da cultura, tendo em conta o potencial contributo das várias dezenas de milhares de alunos do ensino superior a estudar no Porto. É indispensável que a cidade se constitua como o centro cultural dinâmico que deixou de ser e o **Porto 2001** pode ser o projecto estrutural que potencie o seu renascimento.

A programação cultural

Em relação à música, o programa é francamente bom, ao nível dos melhores na Europa. Igualmente bom parece ser o das artes plásticas, com o senão de ser esquecida uma justa homenagem ao maior vulto português da pintura do séc. XX, Júlio Resende. A programação na área do teatro parece ser também de grande qualidade mas orientada para público com tendência prévia para o seu

Entrevista com Rui Sá e Jorge Sarabando

Uma oportunidade a não perder

encontra em pouco menos que estado de sítio, sobretudo na zona da Baixa. Sendo que a requalificação urbana é assumida como um dos prioritários objectivos do **Porto Capital Europeia da Cultura 2001**, consideram que a Câmara teve em devida conta os prazos necessários para a execução das obras e soube coordená-las com mecanismos de diminuição das dificuldades de circulação e da actividade comercial? Por que é que têm surgido tantos desentendimentos e sobressaltos?

RS – É evidente que a realização de obras na via pública causa sempre incómodos e transtornos às populações e às actividades económicas. Tivemos no entanto sempre consciência de que seria possível adoptar medidas com vista à minimização desses inconvenientes.

Nesse sentido, a CDU convocou, no início de 1999, dois anos antes do início da iniciativa, uma Assembleia Municipal extraordinária para analisar a forma como iriam decorrer as obras e onde apresentámos — como o Sarabando já teve oportunidade de referir — 15 medidas concretas para executar as obras salvaguardando os direitos dos munícipes. Todas as propostas foram rejeitadas pelo PS que procurou fazer crer que todas essas precauções estariam já a ser ponderadas. Não foi, infelizmente, o que se verificou, com os prejuízos daí decorrentes em termos físicos e psicológicos e da imagem da iniciativa e da própria cidade.

JS – A Câmara quis juntar à programação cultural, que é a linha dominante das «capitais culturais», a requalificação urbana e a revitalização económica, ou seja, fazer um «3 em 1».

Desta forma pretendia captar investimentos públicos de que a cidade estava há muito carecida e o poder central denegava e concretizar algumas das muitas promessas de obras que tardavam para além do admissível. Uma aposta arriscada que exigia uma postura diferente da que foi assumida. Por isso a CDU reclamou pluralismo, transparência, participação, operatividade.

Pluralismo, para que fossem envolvidas todas as sensibilidades políticas representadas nos órgãos municipais. Participação e diálogo, para a mobilização de artistas, de

produtores e agentes culturais, das escolas, associações, colectividades e empresas, para que ninguém que pudesse dar um contributo útil fosse marginalizado e ideias e propostas com interesse fossem ignoradas. Foi mesmo proposta a constituição de um Conselho Municipal de Cultura, que foi rejeitada pela maioria. O PS preferia o segredo dos gabinetes e as veredas do poder.

Transparência, para que houvesse uma clara delimitação entre o que é público e privado, uma clara definição sobre a proveniência e finalidade das verbas destinadas a cada um dos empreendimentos que integram o projecto. Operatividade, porque o tempo disponível era escasso e a morosidade das obras previsível.

Já então se temia por obras menos planificadas, soluções pouco ponderadas, atrasos excessivos, derrapagens financeiras e o que tem acontecido apenas comprova a justeza destas preocupações. Parte dos choques e desentendimentos explica-se pela falta de clareza quanto aos financiamentos e pela indefinição das responsabilidades.

Por isso a intervenção dos eleitos comunistas foi útil e oportuna tanto no plano municipal como no plano parlamentar, através da respectiva comissão, visando clarificar situações e comportamentos e superar dificuldades. Parece-me que algumas das ideias, propostas, preocupações manifestadas pela CDU acabaram por ser ouvidas.

RS – Temos a convicção de que na sequência do **Porto 2001**, a cidade ficará com um conjunto de espaços culturais de enorme importância e relevo para facilitar a prossecução de uma verdadeira política cultural. Se a CDU tivesse outro nível de responsabilidades na definição do programa de requalificação dos espaços culturais, as medidas adoptadas seriam claramente diferentes. É o caso, por exemplo, do Auditório Nacional Carlos Alberto, em que me parece notoriamente exagerada a dimensão da intervenção efectuada num espaço que só por questões conjunturais se transformou num dos grandes centros culturais da cidade do Porto.

Em relação à Casa da Música, o ideal seria que entrasse em funcionamento ainda este ano, no entanto as várias vicissitudes do projecto **Porto 2001** tornaram esse objectivo impossível de concretizar. Essa constatação levou-nos a defender que seria

mais vantajoso a sua conclusão apenas em 2002 mas cumprindo orçamentos e requisitos de qualidade que possibilitasse o funcionamento futuro deste importante equipamento.

Av! – Que avaliação fazem da programação cultural? E o que consideram ser o êxito efectivo do Porto 2001?

RS – O êxito do **Porto 2001** passará fundamentalmente pela manutenção e funcionamento regular de equipamentos culturais, pela criação de novas formas de dinamização e fruição cultural, pelo reforço de uma capacidade crítica cultural das populações. Esse é o meu entendimento essencial de um **Porto Capital Europeia da Cultura** bem sucedido.

JS – Desde o início o Porto 2001 foi entendido pela CDU como um projecto que, não se esgotando no efémero, deixasse marcas de transformação e melhores condições de desenvolvimento, um projecto de «pontes» — entre antigos e novos públicos, entre a cidade, a cultura e a escola, entre património e modernidade, entre a cidade, com a sua identidade, o País, a Europa e outros mundos a que Portugal está ligado.

Se da programação resultar o alargamento, rejuvenescimento e diversificação dos públicos, os espaços e equipamentos culturais estarem em plena actividade durante todo o ano, uma melhor ligação da escola com a cultura, o Património mais valorizado, se a Casa da Música não ficar simples casa de espectáculos e abrigo de uma orquestra e for antes um pólo dinamizador da vida musical, se a cidade ficar mais humanizada e o centro histórico menos desertificado, então teremos razões para nos congratularmos. Há, no entanto, lacunas, insuficiências, dúvidas sobre a política de preços. É cedo para fazer um balanço. Em 2002 veremos...



Av! – Como se explicam os protestos dos comerciantes que ainda recentemente originaram o que há muito não se via — uma grande manifestação desta classe junto aos Paços do Concelho?

RS – No fundamental, os protestos dos comerciantes são justos mas não podem ser desligados de uma visão mais ampla sobre a crise que o pequeno comércio atravessa no Porto. Essa crise tem origem na crise económica que afecta muitos milhares de cidadãos, na alteração de padrões de consumo e no cerco que inúmeras grandes superfícies e centros comerciais promoveram em torno da cidade. Também a desertificação do centro da cidade contribui para o enfraquecimento de muito do pequeno comércio tradicional. A lentidão com que as obras decorreram, muitas vezes fruto da falta de planificação e descoordenação existentes entre a Câmara, a Sociedade Porto 2001 e os empreiteiros, agravada pelo desrespeito pelas mais elementares regras de bom senso que deveriam ter norteado a implementação das obras, levaram à potenciação do desespero dos comerciantes, situação que deve ainda ser seriamente analisada. Cremos que será justo, face à dimensão efectiva da crise, ponderar medidas que permitam a revitalização do comércio tradicional na cidade do Porto e a ultrapassagem das consequências que estas obras acarretaram.

JS – É mais um exemplo da falta de participação e diálogo que iniquinou o processo. Obras descoordenadas, prazos largamente excedidos, falta de respeito pelos comerciantes e a população na execução das obras, problemas, muitos evitáveis nos acessos e nos estacionamento.

O comércio da cidade, que já sofria a concorrência das grandes superfícies e os efeitos da crise económica, é agora vítima da incúria de quem gera as obras. Há situações dramáticas e grande número de estabelecimentos condenado à falência.

Entretanto, a Câmara parece insensível a muitos alertas, queixas e pertinentes questões levantadas repetidamente, e em tempo, pelos comerciantes e suas associações. As suas atenções parece irem todas para as grandes empresas... Repare-se que a aplicação do programa URBCOM, necessário para a revitalização económica, precisa do acordo da

Associação de Comerciantes do Porto, um dos parceiros, que tem colocado muitas reservas e dúvidas, sem resposta. É uma situação muito preocupante e que, na Câmara, através do vereador Rui Sá, e na Assembleia Municipal, através da Comissão de Acompanhamento entretanto criada, seguimos atentamente.



das pessoas. Deve-se trabalhar para que o maior número de pessoas tenham acesso à vida cultural no Porto, porque é assim que a cultura seria chamada à sua verdadeira valorização.

*Professor universitário, investigador das tradições populares do Porto.

usufruto. Em relação ao Fantasporto, podemos admitir que a sua importância como evento marcante da vida cultural portuense já era reconhecida antes de ser incluída na programação.

No geral, a franja de população que frequenta os circuitos culturais vai encontrar uma programação de grande qualidade, mas que tipo de acesso à cultura terão os 50 ou 60 por cento da população que vive nos bairros sociais, o povo do Porto profundo? Como se há-de reconhecer esta gente nos estímulos culturais da programação do **Porto 2001**? Não se trata de levar a cultura ao Povo mas de reservar espaços para a sua manifestação cultural, para o exercício dos seus próprios espectáculos. E isto não é dividir a cultura entre cultura de qualidade e cultura **Big Brother!** Significa antes aproveitar o que existe da valiosa experiência cultural popular no Porto e que hoje se encontra em vias de extinção: das quinze romarias existentes no Porto só a de S. Bartolomeu se encontra integrada no panorama cultural; romarias como a de Santa Clara do Bonfim, com mais de duzentos anos, ou como a festa de S. Nicolau, com a tradicional chegada de S. Nicolau à Ribeira, aparentemente não suscitaram o interesse dos programadores. Em nome do Porto e do seu povo deveria ser pensado também um grande festival

de teatro amador, considerando o trabalho desenvolvido por alguns agrupamentos da cidade; um maior número de iniciativas teria necessariamente de ser pensado pelas associações e colectividades portuenses. É desta forma que o **Porto 2001** deve chamar à elevação a qualidade de vida



Foto de Hélder Pacheco

Porto
2001

Porto

2001

CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA



Requalificação necessária

● Pedro Burmester*

O Porto consagrou, nos princípios que dão forma ao Porto Capital Europeia da Cultura, uma componente pouco utilizada em outras realizações semelhantes: a da requalificação urbana. O exemplo de Glasgow é dos únicos que demonstrou a validade deste propósito. Esta seria portanto uma ocasião fundamental para se fazerem as necessárias obras na cidade, tornando-a mais aprazível para usufruto do lazer e da cultura.

Todavia alguns condicionamentos surgiram: desde logo o facto de só em Junho de 1998 se saber que tinha sido atribuída ao Porto a responsabilidade de realizar a *Capital Europeia da Cultura 2001*; depois traçaram-se objectivos a mais, irrealistas, que tiveram necessariamente de ser ajustados. Mas o *Porto 2001* acaba por ser um bom pretexto para captar apoios financeiros para as obras a efectuar, sobretudo as de renovação de infra-estruturas.

Considero que no início a tónica da Programação Cultural era excessiva. Seria preferível fazer menos e melhor, como aliás ajuizou uma posterior reavaliação do programa. O actual esquema faz justiça à evolução verificada no Porto, nos últimos 10 ou 15 anos, em termos de oferta cultural, criadores e equipamentos.

O Porto é uma cidade de granito, complicada de se transformar, parece que o solo não quer que lhe mexam. Logo, há menos tendência para a ligeireza, as coisas transformam-se mais lentamente mas melhor. E o *Porto 2001* deixará com certeza as suas marcas, tem condições para provocar uma dinâmica de exigência de qualidade na procura da cultura.

Política de preços e incorporação de eventos

Para já, estamos a dar atenção a uma política de preços que privilegia os pacotes de grupos, de famílias, entre outros a considerar. Procuramos evitar a gratuidade dos espectáculos, com natural excepção para os de rua ou outros, como em igrejas, por exemplo. Tentamos sobretudo operar com preços realistas: temos, só para referir um caso, concertos de orquestra a mil escudos.

Estamos convictos que o Porto vai ser uma cidade melhor, em termos da qualidade do espaço públicos, da sua oferta cultural e da possibilidade do seu usufruto.

Ao contrário de um comportamento individualista que, neste país, leva a que amiúde se olhe para o próprio umbigo, procuramos trabalhar a programação com os agentes culturais que diariamente laboram estas questões. Fomos tentando trabalhar com agentes de outras regiões e de outros países, procurando criar uma rede de contactos para futuras iniciativas.

Ao nível das grandes realizações culturais já existentes na cidade, entre festivais e eventos vários, a preocupação foi articulá-los com a programação do *Porto 2001*, tentando-lhes fornecer outro dinamismo.

Casa da Música

É certo que o primeiro pretexto para termos a Casa da Música foi a ausência de um local próprio para o ensaio e actuação da orquestra sinfónica. Todavia, no projecto deste edifício, quando se pensou, em particular, numa sala para a orquestra sinfónica não se pensou em apenas «mais uma sala». A Casa da Música foi pensada para muito mais. Temos aliás suficientes exemplos de edifícios cujo planeamento desorganizado e defeituoso leva a um subaproveitamento de espaços e equipamentos: não quisemos correr esse risco com a Casa da Música.

Temos hoje, no Porto, uma série de escolas de música que não conseguem impedir que os seus alunos esbarrem na ausência de saídas profissionais. Se bem que os melhores podem sair para o estrangeiro, uma grande maioria vê-se, por ausência de alternativas, na contingência de ter de leccionar. É também por essa razão que o projecto da Casa da Música pretende desenvolver diversos programas de cooperação com tais instituições de ensino musical.

Outro dos pilares do futuro funcionamento da Casa da Música será a implantação de um Estúdio de Ópera, com um modo de funcionamento realista, que permita manter uma estrutura fixa para estudos cénicos algo reduzida, mas que possa estar

vocacionado para realizações itinerantes. Fizemos, aliás, no passado ano, algumas experiências nesse sentido. Vamos contudo procurar trabalhar com o IPAE no sentido de alargar o número de espectáculos pelo país fora.

O Departamento de Projectos Educativos é outro dos alicerces da futura Casa da Música. Este departamento irá procurar desenvolver trabalho com escolas do ensino básico, algumas escolas de música e com públicos marginalizados da cena cultural. Estamos, por exemplo, a trabalhar com moradores do bairro de Aldoar e com crianças no sentido de proporcionar um maior envolvimento na preparação e participação em concertos. É exemplar o caso da preparação de uma ópera originalmente pensada para distrair as crianças no campo de concentração checo de Terezina, para a qual foram escolhidas 60 crianças de várias zonas do país. Pensamos que desta forma se pode despertar o interesse pelo fenómeno musical. Pretendemos sobretudo que este seja um trabalho continuado, com futuro, na medida em que os resultados são normalmente obtidos a médio prazo. Em relação ao financiamento da Casa da Música, esperamos que o Estado possa assumir uma significativa responsabilidade, procurando também atrair outros financiadores. Desde o princípio este empreendimento foi assumido em conjunto com o Ministério da Cultura, na altura da responsabilidade de Manuel Carrilho, pelo que esperamos que o Ministério seja o seu efectivo tomador. Será certo que não existem concordâncias em relação ao modelo jurídico a adoptar para a gestão deste equipamento, mas dada a obrigação do Estado em participar e garantir o seu funcionamento, a figura e o estatuto de serviço público poderiam não ser postas de parte.

No essencial esta Casa da Música será a *Casa das Músicas*. Não será certamente nunca a *Casa da Música Clássica*. O objectivo é que adopte e desenvolva, articuladamente, vários estilos musicais. Nela gostaríamos sobretudo de ver vários músicos a tornarem públicas as suas actuações. E, com o Conservatório em breve ali ao lado, a Casa da Música tem todas as condições para se afirmar como um projecto de futuro.

*Músico e membro da Comissão Executiva da Sociedade Porto 2001.

A simpatia dos povos

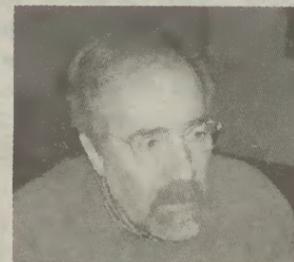
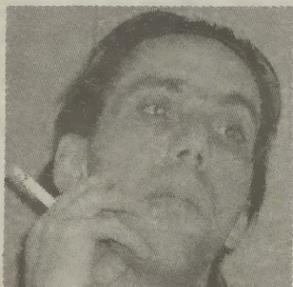
● José Luís Borges Coelho*

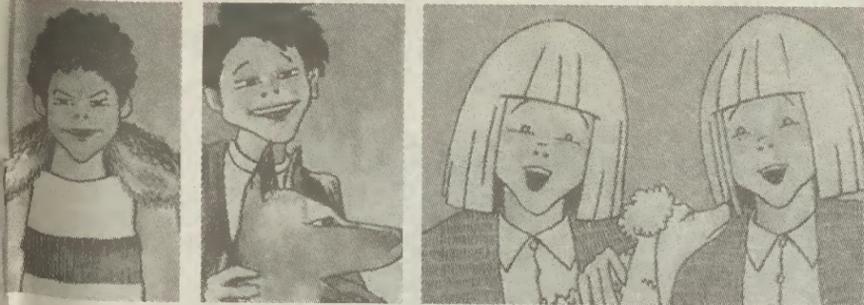
A ideia de dar a uma cidade, que necessariamente haverá de ter, em si mesma, algum carisma, o estatuto de *Capital Europeia da Cultura*, por um ano, colhe – parece-me – a simpatia dos povos. A primeira vez que me apercebi de que existia uma capital europeia da cultura – lembro-me bem – foi em Florença, numas férias de Verão. Havia numa das principais artérias da cidade/monumento um desses panos de rua com que

intervenção profunda ao nível de praticamente todas as infra-estruturas, desde as da via pública, com tudo o que lhes subjaz, até às mais propriamente culturais, ao nível material como ao nível humano. Foi um enorme desafio que (com atrasos que, por muita ordem de razões, se foram tornando inevitáveis) tem vindo a ser respondido, de uma forma surpreendente para quem tem a possibilidade, como eu tenho, de acompanhar com alguma aproximação, os passos dados no sentido da concretização do projecto.

As apostas são muitas e muito diversificadas, sendo de salientar o investimento na formação, que vai mostrando progressos muito animadores. O aspecto visivelmente mais negativo, e que tende a ser transformado em imagem de marca do *Porto 2001*, é o do enorme estaleiro em que o Porto foi transformado, que seriamente ameaça o brilho dos eventos programados em todas as esferas da cultura, no que pode constituir de desincentivo para quem naturalmente se disporia a frequentar regularmente a rica programação que aí está, e ofusca a beleza natural do seu peculiaríssimo centro histórico. Há um outro, porém, que não pode ser menosprezado, justamente no momento em que, decorrido meio milénio, se faz justiça a um esquecido compositor do Porto, fazendo dele o pólo do primeiro ciclo de concertos programados: refiro-me ao profundo desencanto, mágoa, sentimento de exclusão que haverão de estar a sentir muitos artistas do Porto, de méritos amplamente reconhecidos, ao menos a nível nacional, que não são ouvidos nem achados nesta festa da cultura que a cidade de que são naturais, ou que escolheram para viver, vai fazer ao longo de todo um ano. Trata-se de uma espécie de ostracismo que vem completamente à revelia das melhores intenções que o projecto intentou corporizar.

*Maestro, membro do Conselho de Administração da Sociedade Porto 2001.





Chico João Teresa e Luísa



O ensino tem de ser mais apelativo

– O que as levou a escrever?

IA – A primeira coisa é o gosto pela leitura. Queremos que as pessoas mais novas se entusiasmem pela leitura, por isso a nossa intenção é escrever histórias que lhes agradem, porque se gostarem, quando acabarem um, querem ler outro. O facto de termos conseguido a este ponto foi uma satisfação enorme, depois de tentarmos, tentarmos, tentarmos...

– O que procuram transmitir com os vossos livros?

AMM – Transmissão de valores, a solidariedade, o respeito pelos mais velhos, o amor ao seu país, a curiosidade e a estimulação intelectual, através das lendas, das descrições breves de locais ou monumentos. Isso tem funcionado, porque todos os monumentos que entram nos nossos livros multiplicam muito as visitas de estudo. De modo que todos os monumentos querem que façamos livros passados lá, o que é impossível.

– Contactam-vos?

IA – Contactam e ficam anos à espera!

AMM – Não podemos fazer todos os livros passados em monumentos, senão fica uma maçada, temos de alternar com coisas mais ligeiras, como um supermercado ou a escola. Como somos professoras de História, fizemos a colecção «Viagens no Tempo» para cultivar o gosto pela História. Isso só se faz incluindo personagens e factos que possam ter tidos como próximos.

– Será que o ensino não o consegue fazer suficientemente bem por não ser apelativo?

AMM – Ensina bastante, mas não é apelativo, às vezes é «pesadão». Os programas estão concebidos para as grandes estruturas e isso é acessível a quem já sabe História e tem um conhecimento preparado. De uma maneira geral, as crianças dos 5.º e 6.º anos não gostam de História. A culpa não é dos autores dos manuais, a culpa é dos programas.

IA – Houve durante muito tempo uma corrente que defendia que o ensino tendesse para as grandes explicações da evolução e não tanto para a narração dos factos. Isso foi uma coisa em que houve momentos em que acreditei. Para que é que haveríamos de narrar como é que o Condestável dispôs o exército na Batalha de Aljubarrota? O que é que isso interessa para a compreensão dos fenómenos históricos? Mas, a verdade é que é sobre esses elementos que as crianças constroem imagens, que os podem interessar e que conseguem construir uma sequência cronológica recheada de imagens factu-

ais: como era a armadura, o cavalo, como avançavam... Tudo isto leva a que eles fixem e depois possam tirar algumas conclusões.

– Vocês fazem mais que isso e, no fim dos livros das «Viagens no Tempo», acrescentam um apêndice com informação factual sobre a época e as personagens...

IA – Nós tentamos colocar-nos na cabeça dos nossos leitores. Leitores do tipo desinteressado: o que vão ler? Leitores do tipo superinteressado: o que vão querer? Mas, com o que damos a uns não podemos afugentar os outros. Fazemos uma tentativa de compatibilização, supondo que os leitores não têm obrigação de ter informação prévia para compreender o que avançamos no livro. Uma criança que não saiba História lê «O Dia do Terramoto» e fica a conhecer a época do terramoto de 1755.

– Ter em conta todas essas preocupações não dá muito trabalho?

IA – Dá, mas isto foi-se tornando claro durante anos de trabalho na nossa mente.

– Têm consciência que são responsáveis por pôr muita gente a ler?

IA – Temos consciência e sabemos que isso também implica não podermos induzir coisas negativas. A Ana falou na droga... Em caso de dúvida, não vamos influenciar negativamente uma pessoa que pode arruinar a sua vida com uma leitura mal feita de uma coisa que escrevemos com a intenção contrária.

– Os vossos livros são objecto de culto por parte de muita gente. O que sentem em relação a isso?

IA – Culto?! É uma coisa boa, uma coisa leve...

AMM – Há uma corrente de afecto profundo...

– Eu asseguro-vos que se trata de culto.

AMM – Isso não podemos avaliar. A corrente de afecto sentimos. Recebemos uma carta de um Ricardo, do Seixal, que dizia: «A gente lê os vossos livros e sente que gostam de nós.» Recebemos cartas de S. Tomé e Príncipe, de Moçambique, de filhos de portugueses que vivem no estrangeiro e que dizem que ler os nossos livros é a única forma de estar ligado ao seu país... Foi uma coisa que ultrapassou largamente as nossas expectativas.

– O sucesso dos vossos livros tem a ver também com os preços baixos?

AMM – Quando a colecção foi lançada, não eram especialmente barata...

IA – Se os miúdos não gostarem dos livros, não há hipótese. Um sucesso prolongado não tem a ver nem com a apresentação nem com o preço.

Do papel para a televisão

A série «Uma Aventura», transmitida pela SIC e baseada na colecção com o mesmo nome, foi um sucesso. Em dois meses passou três vezes na televisão e à terceira vez, na primeira semana das férias de Natal, entrou directamente no top 20. «Isto quando não tinha palavrões, não tinha discussões com os pais nem com os professores», diz Ana Maria Magalhães.

«Prova que as pessoas não estão fechadas a uma boa história só porque não se está a mandar a mãe à fava. Aliás, essa foi uma das condições que pusemos à produtora: ou é assim ou não fazem», acrescenta.

Isabel Alçada não considera a série televisiva uma consagração da colecção: «A consagração é feita pelos nossos leitores. Passados 18 anos de ter saído o primeiro livro, um canal de televisão interessou-se. Se fosse noutro país, se calhar era no segundo ano. Uma vez que a colecção tinha tanto êxito, era natural que isto acontecesse.»

Os actores escolhidos agradaram tanto às autoras dos livros como ao público. «Representam muito bem. Fizeram um trabalho com imenso sentido de responsabilidade, dedicação e talento», considera Isabel Alçada.

Naturalmente, houve críticas. «Muitos espectadores diziam que não tinha a magia dos livros, outros acharam que as gémeas não eram tão loiras como deviam. O que é engraçado é que começámos a receber muitos postais de crianças muito novas, que aprenderam a ler há pouco tempo, viram a série e quiseram o livro», explica Ana Maria Magalhães.

Mas, se os leitores gostaram de assistir à série, para as autoras foi igualmente bom. «Ver as nossas personagens entrar em cena é do mais divertido que possa imaginar», conta Isabel Alçada. «De repente ouvir uma frase que escrevemos há 18 anos passar na televisão é muito engraçado», acrescenta Ana Maria Magalhães.



«A televisão muitas vezes deseduca. Somos absolutamente contra a violência e a linguagem grosseira. Quando se vê um programa com essas características em família, torna-se vulgar»

Ana Maria Magalhães

Como se faz um livro

Como se escreve um livro em parceria? Isabel Alçada explica o segredo de tão difícil missão: «Primeiro as ideias surgem de uma forma anárquica. Passamo-las para o papel e começamos a ordená-las. Vamos fazendo visitas aos locais. Para Macau fomos duas semanas, para Palmela fomos várias tardes. Mais tarde fazemos um planeamento muito detalhado da história.»

Ana Maria Magalhães exemplifica: «Sentamo-nos e eu, por exemplo, digo: «As gémeas saíram do banho com o cabelo encharcado.» E a Isabel: «Não, gosto mais de 'saíram encharcadas do banho.'»

Para perceber como este trabalho resulta, é importante acrescentar que as duas escritoras foram professoras na mesma escola e que trabalharam juntas durante quatro anos, fazendo fichas e resúmos de textos.

Além disso, por «um acaso da natureza» – como diz Ana Maria Magalhães – ambas têm percursos de vida muito semelhantes, que chegam mesmo a coincidir em muitos pontos concretos como a constituição da família, as máscaras de carnaval ou os tecidos com que forravam os livros. Tudo isto sem se conhecerem.

E como surgiram as personagens da colecção «Uma Aventura»? O Pedro, o Chico, o João, a Teresa e a Luísa foram inspirados em antigos alunos. As outras personagens da colecção são fruto da imaginação das autoras ou de algumas «figuras» reais. Por exemplo, os «vilões» de «Uma Aventura em Cabo Verde» nasceram na viagem que as autoras fizeram ao arquipélago, quando se depararam no avião com dois italianos bizarros; com muito mau aspecto.

Novo milénio velho orçamento

● Pedro Carvalho

No passado dia 14 de Dezembro de 2000, a presidente do Parlamento Europeu (PE), Nicole Fontaine, assinou o primeiro orçamento comunitário do novo milénio. Essa assinatura fez entrar em vigor o Orçamento Comunitário mais baixo da última década em termos relativos – cerca de 1,06% do Produto Nacional Bruto (PNB) comunitário. Valor aquém do perspectivado no quadro financeiro 2000-2006, decidido em Março de 1999, em Berlim, de 1,11%. Não é de estranhar que o processo orçamental este ano tenha corrido de forma semelhante ao do ano passado. Havendo uma recusa dos governos dos 15 estados-membros em fazer uma revisão do actual quadro financeiro para garantir os recursos financeiros adequados. O processo orçamental resume-se à redistribuição do dinheiro existente. Já se sabe que quando a manta é curta, por muito que uma pessoa a estique, ficará sempre algo de fora. Numa altura em que os desafios e custos do Euro e do Alargamento necessitariam de um maior reforço da coesão económica e social, o orçamento comunitário dá exactamente o estímulo contrário, em nome da cega disciplina orçamental do Pacto de Estabilidade.

O processo orçamental é também impregnado pelas pseudolutas institucionais entre o PE e o Conselho. Pseudo, porque detrás da fachada destas duas instituições ditas independentes os interlocutores e os rostos são os mesmos. Deputados de partidos no governo são interlocutores das mesmas orientações e políticas. Mas todos os anos se joga o jogo das aparências.

Os cortes em 2001

Mais uma vez este ano, a discussão orçamental andou à volta da reconstrução dos Balcãs, após a agressão da NATO à Jugoslávia. Os governos da UE, com responsabilidades reais na situação que se vive neste país, utilizaram e utilizam os meios orçamentais como factor de ingerência interna, como «moeda de troca» e de «regateio», tirando a uns para dar a outros. O orçamento comunitário serviu para campanhas antigovernamentais na Sérvia e no Montenegro, para além da pressão da promessa de dinheiro rápido, caso o resultado eleitoral provocasse a queda de Milosevic. Milosevic caiu, mas o «bolo» prometido fica longe do previsto – 200 milhões de euros em 2000 e a mesma quantia em 2001, se continuar o «processo de democratização». Estes recursos, para além das necessidades do resto das Balcãs, sobretudo da região do Kosovo, foram obtidos através de cortes nas ajudas para os países da orla mediterrânea, para além da redistribuição de dotações da

América Latina, da ajuda alimentar e do financiamento previsto para o acordo de pescas com o Reino de Marrocos.

Por outro lado, o orçamento para 2001 implicou reduções nos instrumentos das políticas de emprego e ambiente, ou seja, menos 100 milhões e 42 milhões de euros, respectivamente. A «nova iniciativa para o emprego» foi transformada na «iniciativa para a promoção do espírito empresarial», tendo um pacote financeiro de 450 milhões de euros para cinco anos, exactamente o mesmo da anterior iniciativa para 3 anos. Não é por isso de estranhar que a apelidada «iniciativa para o emprego» tenha montantes semelhantes à política «de informação», ou seja, gasta-se tanto em propaganda como na «iniciativa para o emprego».

Até no domínio da luta contra a BSE, a tão falada doença das «vacas loucas», no período em que novos casos aparecem, com riscos elevados para a saúde humana e o alastrar na crise na produção de carne bovina, os recursos postos à disposição ficam muito aquém daqueles que a situação exigiria. E, entretanto continua-se a cortar nas despesas agrícolas, como se estas fossem um «saco azul» do orçamento comunitário.

A intervenção do PCP

Um orçamento desta natureza mereceu a rejeição dos deputados do PCP e dos deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do qual fazem parte, tendo por isso apresentado uma moção de rejeição orçamental que permitiu tentar levantar os principais problemas políticos e contribuir para a introdução de pequenas melhorias no orçamento para 2001. Os deputados do PCP conseguiram assim, por exemplo, garantir a manutenção da linha de apoio à agricultura familiar, apoios para a reflorestação de áreas destruídas pelo fogo ou apoios para a preservação e manutenção do património cultural considerado património mundial pela UNESCO. Em Março de 2001 vai começar o processo orçamental para 2002, os problemas continuarão a agravar-se, com o subfinanciamento daquelas que deviam ser as principais prioridades orçamentais, sobretudo ao nível das despesas sociais e da cooperação. Sem meios, os objectivos traçados em muitas cimeiras europeias, são vazios de qualquer conteúdo prático. A proximidade do alargamento criará novas dificuldades e pressões, principalmente aquando da revisão da Agenda 2000, em 2003. Até lá, um passo para a solução passará não só por uma reorientação das despesas comunitárias e modificação das suas principais políticas, mas também por uma revisão do actual quadro financeiro.

Blair admite caos no sector ferroviário e britânicos desejam a renacionalização

Privatização foi um desastre

Depois de fragmentados e privatizados, o Governo britânico prepara-se para investir fortemente nos caminhos-de-ferro para os salvar do caos.

A privatização dos caminhos-de-ferro britânicos realizada nos anos 90 pelo governo conservador de John Major e o subinvestimento que se seguiu foram um desastre, declarou no fim-de-semana o primeiro-ministro, Tony Blair.

Em entrevista ao canal televisivo BBC-1, Tony Blair admitiu que «a privatização foi um desastre, não somente porque privatizaram [os caminhos de ferro], mas também porque os fragmentaram». O governante considerou, no entanto

que se a entrega aos privados «foi um factor importante no caos dos caminhos-de-ferro, a verdadeira razão foi o subinvestimento».

Assim, «a quadruplicação dos investimentos públicos nos próximos anos faz parte do novo programa para o futuro» do sector do transporte ferroviário. Para o primeiro-ministro britânico, a única forma de ter os caminhos de ferro e as infra-estruturas de que o país precisa é canalizando para lá o dinheiro necessário.

No que respeita à fragmentação dos caminhos-de-ferro, Blair afirmou que «um dos grandes problemas para resolver dificuldades, como a que resultou do acidente de Hatfield [que provocou quatro mortos em Outubro último], é a falta de coordenação entre os vastos e diferentes sectores» do transporte ferroviário.

Este é de resto um dos temas centrais da campanha trabalhista para as eleições legislativas previstas para a próxima Primavera, facto a que não serão alheias as várias sondagens que indicam que 69 por cento dos britânicos desejam a renacionalização dos caminhos-de-ferro.

Imigração aumenta população da UE

A imigração foi um dos principais factores de crescimento da população europeia, que no ano passado atingiu os 377,6 milhões de habitantes, ou seja, mais 0,3 por cento que no ano anterior.

Segundo dados divulgados na segunda-feira pelo Eurostat (gabinete de estatística da União Europeia), os países que mais aumentaram a sua população foram o Luxemburgo (1,6 por cento), seguido da Irlanda (1,3%) e Holanda (0,74%). O aumento mais reduzido foi registado na Alemanha (0,12%), seguindo-se a Espanha e Áustria (0,17%), e Portugal e a Finlândia (0,19%).

Em 1950, a União Europeia tinha 295 milhões de habitantes, mas três anos mais tarde passava a barreira dos 300 milhões. No entanto, o abrandamento do ritmo de crescimento nos últimos 30 anos faz com que o aumento verificado em 2000 (0,3 por

cento) seja ligeiramente superior aos registados nos últimos anos.

Para isso contribuiu o crescimento da imigração que passou de 720 mil pessoas em 1999 para 816 mil, em 2000. Este aumento, segundo o Eurostat, representa 70 por cento do total do crescimento da população dos Quinze. No conjunto da UE, o crescimento natural, (nascimento menos mortes) foi de 343 mil pessoas, contra os 277 mil em 1999.

O aumento total, tendo em conta o crescimento natural e a imigração, atingiu um milhão 150 mil habitantes, mais 150 mil que no ano anterior. Os nascimentos ascenderam a 4,05 milhões, mais 1,3 por cento, o que mostra uma recuperação deste índice, embora ainda muito longe da explosão demográfica registada em meados dos anos 60 quando a população progrediu seis milhões.

A Irlanda foi de novo o país com mais nascimentos (1,46%), seguido da França, (1,31%) do Luxemburgo e Holanda (1,30 % cada), enquanto que a Alemanha (0,92%), Itália e Áustria (0,97%) registaram taxas mais baixas. Portugal teve um aumento de nascimentos de 1,15 por cada 100 habitantes. Em comparação com 1999, todos os países registaram um aumento de nascimentos, à excepção da Bélgica, Alemanha, Reino Unido e Finlândia.

O número de falecimentos foi de 3,7 milhões no conjunto da UE, nível que se mantém praticamente inalterável desde 1970. Portugal e a Dinamarca apresentam uma das taxas de mortalidade mais elevadas com 1,08 mortos por cada 100 habitantes, seguindo-se a Suécia com 1,06. A Irlanda (0,8), Luxemburgo (0,85) e Holanda (0,88) têm as mais baixas taxas.

Fórum de Davos receia contestação

O responsável policial encarregue da segurança do próximo Fórum económico mundial de Davos, que se realiza entre 25 e 30 de Janeiro, na Suíça, tem dúvidas acerca da possibilidade de conter a onda contestatória à volta do encontro.

Em declarações citadas pela Lusa, o responsável da polícia do cantão de Grisons (este do país), onde se situa a estação de ski de Davos, declarou que «não podemos impedir totalmente as manifestações em Davos, apesar das interdições e do forte dis-

positivo de segurança previsto», declarou.

No sábado passado, em Genebra, quatro representantes da coordenação suíça anti-OMC (Organização Mundial do Comércio), preveniram que as diferentes organizações europeias têm intenção de desafiar a interdição das manifestações, em Davos, durante o Fórum.

Uma centena de pessoas dizendo-se simples adeptos do ski alugaram uma abrigo da Protecção Civil suíça, situada não muito longe de Davos, por um período que

corresponde à realização do encontro mundial. O responsável pelo abrigo só depois se apercebeu de que se tratava de manifestantes contra o Fórum.

Para evitar a repetição dos confrontos entre as forças da ordem e os manifestantes durante o Fórum 2000, em Davos, depois dos acidentes em Seattle, ou mais recentemente, em Nice, à margem da Cimeira Europeia, o governo federal suíço anunciou na passada semana a decisão de mobilizar a tropa para guardar o Fórum.

Nice é «natural» para Sampaio

O Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou «natural» que a Espanha tenha um peso acrescido em relação a Portugal na União Europeia em consequência dos resultados da Cimeira de Nice.

«Entre os dois países há uma diferença de peso natural, uma diferença geográfica muito clara e uma diferença de população», que tornam «naturais» as conclusões da Cimeira de Nice, disse Jorge Sampaio em entrevista emitida, na segunda-feira, pela emissora espanhola Rádio Cadena COPE, citada pela Agência Lusa.

Paraísos sob pressão

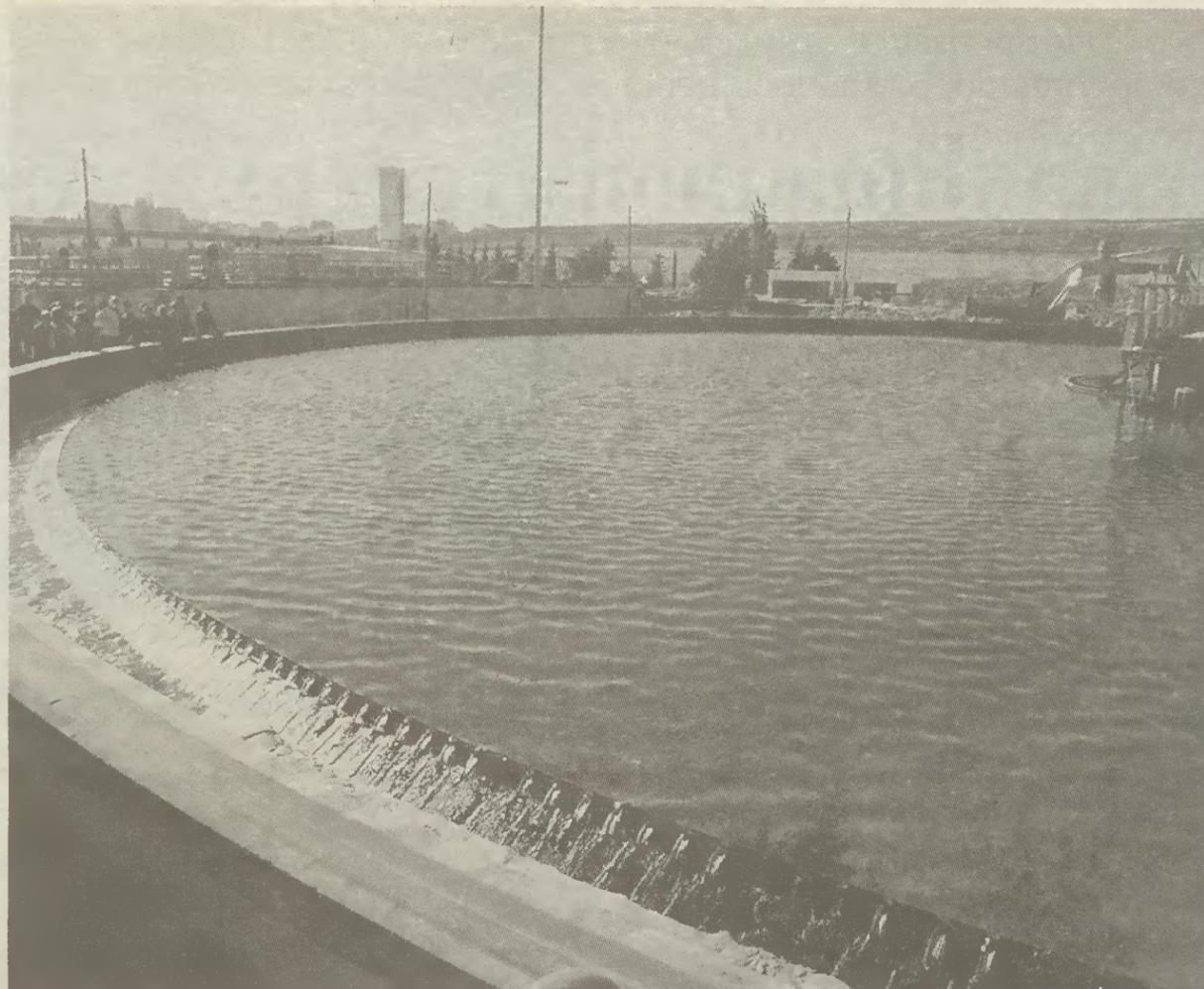
Os paraísos fiscais da Commonwealth e os países industrializados da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) estiveram reunidos segunda e terça-feira nas ilhas Barbados, para discutir a eliminação de práticas fiscais que ajudam a escapar aos impostos.

O segredo, a discrição e as taxas muito baixas ou inexistentes são os atractivos dos paraísos fiscais não somente para criminosos que necessitam de lavar dinheiro mas também para os cidadãos ou empresas que pretendem escapar ao fisco do seu país. Abandonar estes atributos equivaleria a perder uma fonte de receita substancial, que pode representar até 40 por cento do Produto Interno Bruto. Os países industrializados da OCDE divulgaram a 26 de Junho uma lista de 35 paraísos fiscais, incluindo territórios ligados à França, Grã-Bretanha e EUA, Mónaco, Andorra, Gibraltar, Jersey e o Liechtenstein e ameaçaram avançar com sanções, caso as reformas não avancem de modo a estarem terminadas a 31 de Dezembro de 2005.

Cabo Verde procura parceiros

O impasse do acordo de pescas entre Cabo Verde e a União Europeia poderá levar o arquipélago a procurar novos parceiros e a reforçar as suas relações de cooperação com o Japão, segundo declarou a ministra do Turismo, Transportes e Mar caboverdiana, Helena Semedo.

Citada pela Lusa, a ministra disse que a UE «praticamente pediu a duplicação do número de barcos» com licença para pescar em Cabo Verde mas pretende aumentar a compensação financeira anual em «apenas 10 a 15 por cento», o que classificou de «inconcebível». O Japão tem financiado projectos de desenvolvimento como o cais de pesca do Mindelo, presta apoio directo aos pescadores e disponibiliza materiais e equipamentos para formação e recuperação de embarcações.



As pressões do Governo sobre as autarquias para criarem sistemas multimunicipais obedecem à lógica dos interesses económicos dos grupos do sector

Sistemas multimunicipais À revelia das autarquias

O deputado comunista Joaquim Miranda questionou a Comissão Europeia sobre as condições da candidatura aos fundos de coesão do sistema multimunicipal do Alto Alentejo, cuja criação é contestada por algumas câmaras.

Na pergunta à Comissão Europeia, Joaquim Miranda afirma que os 15 municípios do distrito de Portalegre não foram previamente consultados sobre a criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do Norte Alentejano, apesar deste envolver parte importante do seu património.

Só agora, depois de publicado o respectivo diploma do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, os municípios abrangidos estão a analisar a sua eventual adesão ao sistema, cuja gestão ficaria nas mãos de uma empresa anónima. Entretanto, a CM de Portalegre já declarou que não irá aderir ao sistema e outras câmaras manifestaram vontade de enveredar por posição similar.

Contudo, tal não impediu que um representante do IPE-Águas de Portugal tivesse confirmado em recente reunião da Câmara de Portalegre a apresentação de uma candidatura aos fundos comunitários para o referido sistema.

Por outro lado, na Assembleia da República foi debatido na passada quinta-feira um projecto de lei que altera profundamente as actuais regras, permitindo nomeadamente que os municípios

detenham a maioria do capital e controlem a gestão destes sistemas, prerrogativas aqui atribuídas por lei ao IPE-Águas de Portugal.

As autarquias podem vir a recuperar o controlo sobre os sistemas multimunicipais

Nestas circunstâncias, Joaquim Miranda quer apurar o que irá fazer a Comissão Europeia em relação à candidatura apresentada e que medidas tomará para acautelar o património dos municípios envolvidos e dos respectivos planos de investimento, designadamente daqueles que não desejem integrar o sistema.

Uma competência das câmaras

A gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, assim como do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e resíduos sólidos são atribuições das câmaras municipais. Da mesma forma, o elevado valor das infra-estruturas instaladas é património de cada um dos municípios. Assim, a competência para fixar o valor das tarifas de consumo e das taxas a pagar pelas populações pertence aos órgãos autárquicos.

Porém, em 1993, o PSD aprovou uma lei que estabelece a passagem deste património e destas atribuições e competências para sistemas multimunicipais, nos quais os municípios ficando em

minoridade de capital, perdem o controlo do serviço.

Contudo, foi o próprio PSD que, com a recente apresentação do projecto de lei n.º 257/VIII, veio reconhecer «parte do erro», como notou o deputado comunista Joaquim Matias, na sessão plenária do passado dia 4, na Assembleia da República. O referido projecto, que conta com o apoio do PCP e irá ser votado no próximo dia 18, altera a lei anterior (DL n.º 379/93 de 5 de Novembro), conferindo aos municípios o direito à detenção da maioria do capital social em empresas concessionárias da exploração e gestão de sistemas multimunicipais. O diploma revoga ainda o DL n.º 439-A/99, de 29 de Outubro, que conferia ao Governo supremacia legislativa sobre a Assembleia da República nesta matéria.

Estratégia de cedência às multinacionais

No debate na Assembleia da República, o deputado Joaquim Matias fez questão de denunciar a reviravolta do Partido Socialista, considerando «lamentável» que «pelo facto de ter passado da oposição para o Governo tenha passado a defender um lei que considerava má».

Na altura, o PS acusou o PSD de pretender «retirar competências às câmaras municipais», recordou o deputado do PCP, «e agora o governo do eng. António Guterres pressiona os municípios para a criação de sistemas municipais».

E não só desafiou o governo a mostrar documentos comprovativos da concordância dos municípios para a criação do sistema multimunicipal do Alto Alentejo, como o acusou de estar a reter as candidaturas ao fundo de coesão dos municípios da Península de Setúbal e sua associação como forma de pressão para a

criação do sistema multimunicipal respectivo, igualmente com maioria de capital do IPE.

A mudança de opinião por parte Partido Socialista, em cinco anos, só se explica pela «cedência à estratégia dos grupo socioeconómicos e aos seus interesses», disse Joaquim Matias, acrescentando: «É que através da futura privatização das Águas de Portugal pelo IPE, será entregue às multinacionais do sector o controlo de valioso património municipal, devidamente acrescido com as verbas do fundo de coesão, alienando pelo caminho uma competência dos órgãos municipais.»

Esta estratégia, recordou o deputado, «ficou aliás evidente quando o Governo anterior, igualmente do PS, impediu a EPAL de concorrer ao concurso público para a privatização da exploração do sistema de abastecimento de água da cidade de Setúbal».

CNA contra aumento do gasóleo

A Confederação Nacional da Agricultura contesta o aumento de cinco escudos do gasóleo agrícola, que passa agora a custar 72 escudos. Para a CNA trata-se de uma subida injusta não só porque os preços internacionais do petróleo-crude têm vindo a baixar significativamente, mas também porque, em média, os rendimentos dos agricultores portugueses diminuíram no ano transacto cerca de sete por cento. Para além disso a organização dos pequenos e médios agricultores portugueses queixa-se dos efeitos negativos dos aumentos que atingem outros factores de produção, tais como rações, adubos, petróleo para máquinas agrícolas, electricidade agrícola. A CNA exige ainda o rápido levantamento dos prejuízos causados pelos temporais e a atribuição de apoios financeiros especiais.

UMTS arrasa concorrência

Um estudo do gabinete de análise Forrester Research, divulgado no início da semana, indica que somente cinco operadores de telecomunicações europeus vão sobreviver à crise provocada pelo telemóvel de terceira geração (UMTS) e à concentração neste mercado. Os cinco gigantes são a britânica Vodafone, a T-Mobile (Deutsche Telekom), a France Telecom e a BT Cellnet (British Telecom). A holandesa KPN, a espanhola Telefonica e a Telecom Italia poderão ter alguma possibilidade de sobreviver. O analistas afirmam que o UMTS será recordado como o início da crise da indústria móvel na Europa.

Prodi visita Magrebe

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, inicia hoje, quinta-feira, uma visita oficial à Tunísia, seguindo-se a Argélia e Marrocos, com o objectivo de incrementar as relações de cooperação entre a União Europeia e os seus parceiros do sul do Mediterrâneo. Na Tunísia será assinado um convénio de financiamento que inclui um projecto de desenvolvimento da agricultura, com um orçamento de 14 milhões de euros (2,8 milhões de contos), e outro destinado à melhoria da educação, dotado com 30 a 40 milhões de euros. Prodi chegará sexta-feira à Argélia, onde se avistará com as mais altas autoridades do país, prevendo-se a assinatura de um acordo de financiamento no valor de 30 milhões de euros. Desta verba, 17 milhões destinam-se ao desenvolvimento das telecomunicações.

Despedimentos em Espanha...

Uma das principais fábricas de brinquedos em Espanha, Jesmar, em Alicante, anunciou na passada semana a rescisão dos contratos de trabalho com 90 dos seus trabalhadores e a suspensão dos respectivos ordenados, segundo noticiou o jornal diário El País. Na empresa trabalhavam cerca de 110 trabalhadores, ainda que o número de empregados durante a época natalícia chegasse a atingir os 300. A Jesmar foi até à data o principal sustento económico da localidade de Vinalópo, Alicante, com 3000 habitantes. Estes despedimentos suscitaram perplexidade do crescimento económico da empresa, embora os trabalhadores já suspeitassem de que algo de estranho estava para acontecer. «Quando se quer despedir 90 dos 110 trabalhadores de uma empresa, não poderá existir nenhum plano de viabilidade em marcha», disse Juan Antonio Macía, representante do Comité de Acção Social da UGT. Os trabalhadores vão ainda mais longe, considerando que a gestão não tem sido eficaz de forma deliberada. Normalmente a campanha de brinquedos inicia-se em Maio e termina na primeira semana de Janeiro. Em 2000, a Jesmar só começou a sua produção em Setembro, pelo que perdeu muitas das encomendas. Ainda assim, estima-se que as exportações aumentaram cerca de 20 por cento em relação a outros anos.

A Jesmar trabalha com empresas do mesmo ramo no Brasil, Porto Rico, Chile, México e nos Estados Unidos. Os sindicatos temem por isso que a empresa se transfira para a América Latina, procurando mão-de-obra mais barata.

... e nos EUA

Sears, a segunda maior empresa de peças de automóveis dos Estados Unidos, anunciou na passada semana o despedimento de 2400 trabalhadores. O encerramento de 89 lojas da Sears afecta cerca de um por cento dos 315 000 empregados repartidos por 2100 centros no país. Segundo os analistas, o passado mês de Dezembro foi o pior em relação às vendas no período nos últimos 5 anos, devido ao aumento dos custos de combustível, as tempestades de neve em várias regiões norte-americanas e a instabilidade da bolsa. No final do ano, outra empresa de Chicago, Montgomery Ward, fechou e despediu 28 000 trabalhadores. Etoys, empresa norte-americana de vendas de brinquedos pela Internet, decidiu suspender as suas operações na Europa, alegando crise económica.

Responsáveis políticos evocam desconhecimento dos perigos do urânio empobrecido, mas a documentação disponível sobre o assunto tem mais de 17 anos

Uma monstruosa mentira a esconder a incúria

A utilização de armas radioactivas no Iraque, Bósnia e Jugoslávia é um crime contra a humanidade, mas os países da NATO não assumem a responsabilidade.

A sucessão de casos mortais de cancro e de leucemia, para além de outras doenças mais ou menos graves, registada em militares ao serviço da NATO, está a provocar uma verdadeira tempestade política no seio dos países da Aliança. Timidamente, primeiro, em catadupa, depois, as informações começaram a chegar de todos os lados, obrigando os responsáveis militares e políticos a sair a público com explicações esfarrapadas que não convencem ninguém. Aos des-

mentidos iniciais sobre qualquer relação entre a estranha doença - síndrome dos Balcãs ou síndrome do Golfo, como lhe chamam - e a utilização de armamento com urânio empobrecido, seguiram-se os anúncios de investigações científicas. Para o Kosovo seguiram equipas de especialistas de vários países, cujos relatórios «independentes» se anunciam para breve, no pressuposto de que até lá as populações aguardem calmamente o veredicto. Tudo isto poderia ser nor-

mal, mas não é, e não apenas por as «investigações» agora em curso pecarem por tardias. Na verdade, a investigação existe, e de longa data, foi divulgada por diversas fontes de que o «Avante!» se fez eco ao longo dos últimos anos - em contracorrente à generalidade da imprensa portuguesa -, e sistematicamente ignorada pelas entidades responsáveis.

Dizer, como fazem o Governo português e os restantes governos dos países da NATO, que não existe nenhuma prova científica que permita estabelecer uma ligação directa entre as duas síndromes e o contacto com urânio reciclado é uma monstruosa mentira.

Um artigo do norte-americano Dan Fahely, divulgado em Maio de 1999 pela Laka Foundation, revela que em já 1974, ou seja 17 anos antes da utilização de armas com urânio empobrecido na Guerra do Golfo, um grupo de estudos do Ministério da Defesa dos EUA avisava que «em situações de combate implicando a utilização corrente de munições com urânio empobrecido, as possibilidades de inalação, de ingestão ou de implantação de compostos de urânio empobrecido podem ser localmente importantes». Em Julho de 1990, também um fornecedor do exército americano advertia: «As exposições dos soldados ao urânio empobrecido sob a forma de aerosol num campo

de batalha poderão ser importantes e ter efeitos radiológicos e toxicológicos... Nas condições de combate, os indivíduos mais expostos são provavelmente as tropas terrestres que penetram no campo de batalha após uma tropa de tiros de munições antitanques, estejam a pé ou motorizadas.»

Crime contra a humanidade

O silenciamento deliberado dos riscos da exposição ao urânio empobrecido, cuja responsabilidade cabe em primeiro lugar aos EUA, não pode servir de pretexto aos restantes países Aliados. Antes do mais porque negligenciaram informação, disponível, sem cuidar das consequências para as populações alvo das chamadas «intervenção humanitárias», e porque não acautelaram a segurança dos militares e pessoal de apoio dos respectivos países.

É significativo, por exemplo, que na Alemanha a presidente da comissão de ética do Bundestag, Margot von Renesse (SPD), exija agora a criação de uma comissão de inquérito do Parlamento para esclarecer quem no governo sabia do emprego de munições de urânio, cuja utilização classifica de «crime contra a humanidade». De acordo com informações vindas a público, o almirante Schähhling afirma ter escrito em Julho de 1999

uma carta ao ministro da Defesa, Scharping, alertando para o perigo e informando sobre a síndrome do Golfo. Não foram tomadas medidas. Uma situação idêntica à que se regista em Portugal, em que o Governo sabia dos riscos de contaminação mas optou por acreditar na tese de que eram «virtualmente nulos».

Os políticos que hoje invocam «desconhecimento» ou falta de «provas científicas» passam em claro testemunhos como os dos professores Monak e Akran, de Bagdad, cujas estatísticas revelam os inexplicáveis aumentos do cancro do pulmão e do peito, leucemia e síndromes do sistema linfático nas regiões mais bombardeadas pelos pilotos americanos (no Iraque o número de vítimas eleva-se a centenas de milhar, e ainda hoje morrem seis mil crianças por mês devido aos efeitos das radiações). Ou ainda os resultados idênticos obtidos na Jugoslávia por um oncologista de renome internacional, professor Dejan Dimov, segundo o qual o número de doentes cancerosos aumentou em cerca de 30 por cento depois dos bombardeamentos de 1999 (as munições radioactivas não foram lançadas apenas no Kosovo, mas também no centro de Belgrado e noutras cidades sérvias).

Um manual da U.S. Army Chemical School (escola de química do exército americano) é bastante claro sobre o assunto: «A mobilidade do urânio empobrecido na água é devida ao facto deste se poder dissolver facilmente. Os



Os americanos sabem há muito dos perigos

Uma mentira que vem de longe

O interesse dos EUA no urânio empobrecido data dos anos 50, quando se deu conta de que tinha à sua disposição um subproduto, resultante do processo de que se extrai o urânio radioactivo 235, com características muito interessantes: um metal extremamente denso, que deflagra quando penetra no alvo, barato e disponível em grandes quantidades no país.

As pesquisas e ensaios com este «desperdício nuclear», realizados nos anos 60 e 70 em diversos locais dos EUA, demonstraram a sua eficácia. Nos anos 80, o urânio empobrecido foi igualmente desenvolvido para utilização nas blindagens de carros de combate.

Comprovada a eficácia, restava saber quais as consequências da utilização do novo produto. Um manual da U.S. Army Chemical School (escola de química do exército americano) é bastante claro sobre o assunto:

«A mobilidade do urânio empobrecido na água é devida ao facto deste se poder dissolver facilmente. Os

compostos solúveis do urânio empobrecido dissolver-se-ão facilmente e deslocar-se-ão com a água de superfície ou com os lençóis fráticos. Beber água contaminada, utilizá-la na limpeza ou qualquer outro contacto com esta água espalhará a contaminação... Após a contaminação do ar e da água, o urânio empobrecido deposita-se no solo. Uma vez no solo, ele fica lá a menos que seja retirado. Por outras palavras, a zona ficará contaminada e não se descontaminará por si própria.»

Em Julho de 1990, um relatório do U.S. Army Armament, Munitions and Chemical Command (comando do exército americano encarregado do armamento, das munições e dos produtos químicos) revelava que o urânio empobrecido é «um emissor de raios alfa de fraca actividade que pode provocar o cancro quando as exposições são internas, a toxicidade provocando por seu lado lesões renais».

Em Março de 1991, uma nota interna da agência nuclear de defesa america-

na (U.S. Defense Nuclear Agency) alertava que «as partículas alfa (poeiras de óxido de urânio) dos projecteis disparados são inquietantes para a saúde, mas as partículas beta provenientes dos fragmentos e dos projecteis intactos apresentam um sério risco para a saúde».

Em Agosto de 1993, o U.S. Army Surgeon General's Office (departamento médico do exército) confirmou que «os efeitos fisiológicos estimados após a explosão de poeiras de urânio empobrecido incluem uma possibilidade de risco acrescido de cancro (do pulmão e dos ossos) e de lesões renais».

Em Junho de 1995, um relatório do instituto de política ambiental do exército americano acrescentava que «a dose de radiação infligida a órgãos vitais depende do período durante o qual o urânio empobrecido fica nos órgãos. Quando este valor for conhecido ou calculado, os riscos de cancro e os riscos hereditários podem ser determinados».

Comunistas gregos debatem questão de frente antimonopolista

A criação de uma frente popular antimonopolista na Grécia, que congregue todas as forças empenhadas no combate às políticas do Pasok, no poder, foi o grande tema em debate no XVI Congresso do Partido Comunista da Grécia (PCG), realizado em Atenas de 14 a 17 de Dezembro.

Na reunião magna dos comunistas gregos, onde o PCP esteve representado por Jorge Pires, membro da Comissão Política, ficou claro que, a exemplo do que sucede em Portugal, as políticas governamentais servem cada vez mais os interesses do grande capital nacional e internacional, sendo responsáveis por uma taxa de desemprego de 12 por cento, e por 24 por cento da população viver na pobreza, de acordo com os próprios dados oficiais.

Nos quatro dias do Congresso, os 470 delegados presentes debateram e aprovaram o relatório da actividade do partido, bem como a proposta de resolução política apresentada pelo Comité Central cessante. No último dia dos trabalhos foram eleitos o novo CC e a comissão económica, compostos respectivamente por 75 e nove elementos. O Congresso reelegera ainda Aleka Paparigha como secretária-geral.

Nas cerca de 70 intervenções realizadas durante os trabalhos os delegados destacaram, de uma forma geral, os progressos verificados na intervenção do PCG, nomeadamente na sua

intervenção junto dos trabalhadores, e o contributo dessa intervenção para a luta mais geral do povo grego contra a cada vez maior



Comunistas gregos debatem questão de frente antimonopolista

dependência do imperialismo, fruto das políticas de submissão a que o Pasok sujeita o país. Os delegados destacaram ainda a impor-

tância da intervenção dos comunistas gregos, e em particular da juventude comunista, na luta contra a intervenção militar das forças da NATO na Jugoslávia.

Também o PCP, na sua saudação ao Congresso do PCG, fez questão de sublinhar que «a existência e acção do Partido Comunista da Grécia, com uma longa e honrosa história de luta pelos valores e ideais do socialismo e do comunismo, são indispensáveis à classe operária, aos trabalhadores, ao povo da Grécia, na sua luta contra a política de direita, em defesa da soberania nacional, pela segurança e a paz nos Balcãs e em toda a região do Próximo Oriente».

Também o Partido Progressista do Povo dos Trabalhadores de Chipre (AKEL) realizou o seu XIX Congresso, de 7 a 10 de Dezembro último, em Nicósia. No evento, em que o PCP esteve representado por Anabela Fino, chefe de redacção adjunta do «Avante!», foi reeleito o secretário-geral Demetris Christofias, e definida a estratégia eleitoral do partido para as próximas eleições presidenciais. O Akel, actualmente com 30 por cento dos votos, apresenta-se como a força melhor colocada para o escrutínio de 2001. A situação do norte de Chipre, ocupada pela Turquia desde 1974, esteve igualmente no centro dos debates.

A Nato e o terror na Turquia

Em Fevereiro de 1999, os Estados Unidos e Xavier Solana proibiram os governos socialistas e social-democratas da NATO e da União Europeia de concederem asilo político ao líder do movimento democrático do Kurdistan Abdullah Öcalan. Madeleine Albright, essa espécie de Pinochet de saias americano, intimava o governo italiano a entregar o líder curdo aos carrascos de Imiraldi, o que alguns dias depois, via Quênia, veio de facto a acontecer. Desde então o terror e a repressão nas prisões turcas não cessou de aumentar, tendo culminado há poucos dias numa terrível e sangrenta chacina. Na sexta-feira 29 de Dezembro, participei juntamente com artistas, escritores e intelectuais curdos, alemães e de outras nacionalidades,

Poucos dias depois, o Gabinete de Schröder, Fischer e Scharping aplaudia indirectamente os crimes praticados por um governo onde Ecevit, em aliança com um partido abertamente fascista, cumpre as ordens dos generais turcos da NATO, fornecendo mais dois barcos de guerra ao regime do Bósforo. Na Alemanha, os protestos das forças democráticas, apoiados por deputados no Bundestag do PDS e até do SPD, crescem de dia para dia.

Um campo de concentração

Depois da agressão contra a Jugoslávia e da fragmentação do Balcãs com as armas da NATO em numerosos estados de base étnica, racista e confessional, a Turquia constitui hoje, na Europa, o



frente à catedral de Colónia, numa das numerosas acções de protesto que se realizaram na Alemanha contra os massacres de Ancara. A indignação era visível em todos aqueles que liam o apelo das vítimas e o relato das barbaridades cometidas pela polícia e o exército turcos. Muitas pessoas perguntavam surpreendidas: «Porquê este silêncio total perante os crimes do regime turco, imposto pelas mesmas televisões, jornais, governos e partidos políticos, que invocando a ajuda humanitária apoiaram a agressão da NATO contra a Jugoslávia?» Ayla Özcan é uma das mulheres que juntamente com outros mil e quinhentos condenados pelos tribunais militares se encontrava desde Outubro em greve da fome protestando contra a projectada transferência para as celas de isolamento de mais de dez mil presos políticos turcos e curdos, o que num Estado como a Turquia significa deixar as vítimas totalmente à mercê dos seus carrascos, da tortura e da morte. Ayla descreve como, às cinco da manhã, a sua prisão começou a ser bombardeada pelas forças militarizadas com granadas incendiárias e de gases venenosos. Até ao meio-dia foram lançadas entre setecentas a mil bombas sobre o edifício prisional. Ela própria, com outras prisioneiras, cheias de queimaduras e intoxicadas com gases paralisantes, teve de presenciar impotente como as suas seis camaradas, Niluefer, Syhan, Özlem, Sefinur, Guelseren e Öztuek foram queimadas vivas nas celas, enquanto as forças paramilitarizadas se divertiam filmando os crimes que estavam a cometer. Estes ataques e assassínios repetiram-se em dezenas de prisões turcas. Cerca de 60 mortos e várias centenas de feridos é balanço final dos massacres já confirmado pela Liga Turca para a Defesa dos Direitos Humanos (IHD).

exemplo mais flagrante da demagogia e dos objectivos repressivos daquela aliança militar reaccionária dominada pelos Estados Unidos e pelas grandes potências da União Europeia. Desde que a Turquia, em 1952, aderiu à NATO, o seu povo já foi vítima de três golpes militares sangrentos (1961, 1973 e 1980). No golpe de 1980, totalmente planeado e dirigido pelo general Evren, foram presas mais de 200 000 pessoas. Desde então a Turquia está transformada num gigantesco campo de concentração. O segundo maior exército da NATO, 800 mil homens é utilizado não só como um instrumento de repressão do seu próprio povo mas para atacar estados soberanos como Chipre ou o Iraque.

Leyla Zana, deputada do Partido Democrático do Povo (HADEP) - para quem o procurador militar exigira a pena de morte por falar a língua curda, e a cumprir ainda neste momento quinze anos de prisão nas masmorras de Ancara - caracterizou assim a natureza do regime turco perante o Tribunal: «Na passagem para o século vinte e um, este Estado que se diz democrático, que é membro da NATO e do Conselho da Europa e que recebe os mais variados apoios dos países ocidentais, quer enviar-me para o cadafalso.» Como afirmou o almirante alemão Elmar Schmähling, perante os Tribunais Internacionais de opinião pública contra os crimes de guerra da NATO realizados em Berlim e Nova Iorque, estamos em presença de «uma organização militar criminosa», que não duvidamos estar ao serviço dos interesses de um punhado de grandes potências capitalistas e que actua contra a soberania dos Estados e os direitos democráticos da humanidade, e por isso num mundo civilizado só lhe resta a dissolução.

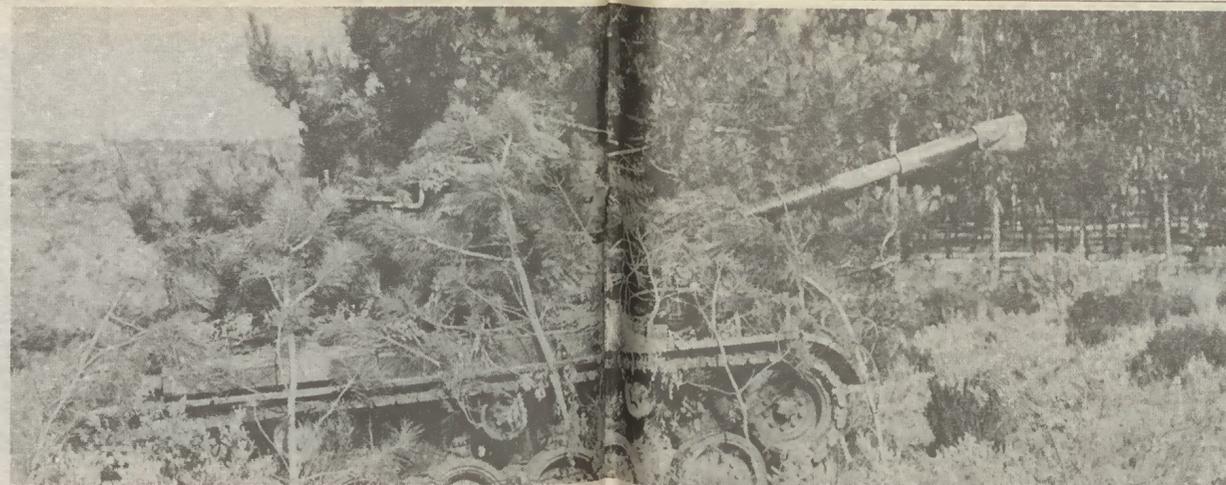
• Manoel de Lencastre

O Euro-Exército é um perigo que está em marcha para a realidade ...

«Esta terra é nossa!»



Nenhum poder nacional, supranacional, imperial, tem possibilidades de existir e sobreviver sem meios militares que lhe garantam a estabilidade e a soberania. Seria surpreendente, portanto, que os dirigentes da União Europeia, na medida em que a sua capacidade de intervenção a favor dos monopólios transnacionais se alarga e a inclusão de outros países no conjunto se anuncia, não desejassem contar, também, com a sua própria força armada, a sua polícia, o seu exército, os seus meios estratégicos.



Nesta situação, os países membros mais pequenos e menos influentes, como é o caso de Portugal, terão de acenar «good-bye», uma vez mais, à sua independência. Não é difícil prever o aparecimento da polícia europeia nas ruas das nossas cidades, os tribunais europeus e juizes europeus substituindo os nossos, o exército europeu relegando o nosso para serviços de faxinas e plantões, a nossa marinha de guerra desactivada. Gritar-se-á, então, na cara do cidadão português: «Você, cumpra as leis da Europa!» Esse cidadão, porém, tão historicamente rebelde, reagirá: «Ide mandar nas vossas casas. Esta terra é minha!» Talvez que os portugueses, representando o sentir de todos os europeus, sejam os primeiros a revoltar-se.

A constituição do exército europeu, entretanto, também obedece a outros aspectos da complexa conjuntura internacional em que vivemos. Assim, posto que a NATO é completamente dominada pelos americanos, temos visto os restantes membros daquela associação de assaltantes serem arrastados para guerras que os respectivos povos não desejam nem compreendem e para decisões perigosas, assassinas, executadas no âmbito dessas guerras.

Basta recordar a drástica decisão do comandante-supremo da NATO, o general americano, Wesley Clark, quando

algumas tropas russas ocuparam o aeroporto de Pristina durante o tempo do crime que se praticou contra o Kosovo e a Jugoslávia. A ordem que dirigiu ao general britânico Sir Mike Jackson exigia o desencadear de um assalto a Pristina, com meios aéreos, para de lá expulsar os russos. O oficial britânico recusou cumpri-la, posto que se o tivesse feito poderia dar lugar a um conflito de consequências imprevisíveis ou, talvez, à terceira guerra mundial - aquilo que os americanos, provavelmente, desejariam.

Javier Solana e George Robertson

O bom senso de Sir Mike Jackson inscreve-se numa linha histórica que inclui recusas de Montgomery em obedecer a certas ordens exaltadas que os generais americanos impunham a Eisenhower e, em tempos mais recuados, do próprio Nelson que, em condições diferentes, não hesitou em desobedecer ao Almirante em diversas ocasiões. No caso doloroso do Kosovo, a atitude do comandante do KFOR (Jackson) deixou claramente à vista que a submissão europeia às ordens do Pentágono só pode conduzir os povos do nosso velho continente a um desastre, a uma catástrofe.

Por tudo isto, afinal, acabaria por ganhar alguma lógica a existência do tal

exército europeu desde que as nações nele participantes saíssem, todas, da NATO. Mas subsistiria o perigo de uma possível concorrência entre americanos e europeus, com meios activos, tentando intervir, separadamente e a seu modo, em regiões do globo onde alegassem que os respectivos interesses corriam perigo. Em certas situações mais complicadas, os povos até poderiam ter de contemplar intervenções conjuntas da NATO e do Euro-exército, da própria ONU manipulada ou de formações militares particulares, todos pretendendo defender interesses bem conhecidos.

Se quisermos examinar a fundo estes repugnantes cenários, teremos de concluir que o perigo para os povos, para todos os povos do mundo, tem uma só origem e resulta de um único centro de gigantescas forças opressivas e sanguinárias - o imperialismo que só vê guerra e sangue, o imperialismo americano (o mais feroz) e o imperialismo dos países capitalistas europeus mais avançados. É contra o imperialismo que os povos têm de mobilizar-se e lutar a todos os níveis para que se rejeitem e abandonem as seduções assassinas do tempo presente e a liberdade verdadeira, a democracia verdadeira, sejam possíveis.

Todos os povos, todas as nações em todos os continentes, alcançariam uma grande vitória se a NATO fosse desmantelada, dissolvida, atirada para o caixote do lixo da História. Mas desenha-se no horizonte, firmemente, a estratégia dos americanos tendente ao reforço daquela organização agressiva cujo controlo desejam manter. Para tais fins, fizeram duas coisas tendentes à consolidação do seu poder e da sua influência tanto na NATO como na própria União Europeia - agarraram no seu inflexível servidor, Javier Solana, e impuseram-no como supremo em matéria de relações internacionais na U.E.; fizeram-no substituir no lugar de secretário-geral da NATO pelo mais retrógrado de todos os reaccionários, um autêntico homem das cavernas, George Robertson, o tal escocês filho de um polícia. O seu principal desejo seria prender o mundo inteiro.

Estas duas decisões garantem aos americanos um imenso poder no conjunto das instituições políticas e militares transatlânticas. Permitem-se, portanto, certas distrações eleitorais no terreno minado e explosivo do seu próprio país. Mesmo assim, o projecto do exército europeu, que abominam e temem, continuou a progredir.



Apocalipse

Membros dos mais elevados escalões das forças armadas britânicas que viveram em altos postos os «gloriosos» tempos da guerra fria colocaram-se, publicamente, a favor da manutenção da NATO e contra a constituição do exército europeu. Entre eles, notámos as seguintes personalidades: almirante John Roberts, primeiro responsável pelo Comando Naval e Aéreo da NATO (1976-78); o marechal de campo lord Carver, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas britânicas (1971-73); sir Michael Pollock, chefe do Estado-Maior naval e primeiro lord do Mar (First Sea Lord), de 1971 a 1974; sir Henry Leach, que desempenhou os mesmos cargos de sir Michael Pollock entre 1979 e 1982.

Mas foi o secretário da Defesa americano, William Cohen, quem produziu as mais expressivas declarações e ameaças. Será substituído dentro de dias, mas as suas posições não serão de forma alguma alteradas pelo seu sucessor, Donald Rumsfeld. Cohen optou por «avisar» os «surdos» da União Europeia quanto aos perigos que a constituição de estruturas militares europeias constituem, especialmente a de um comando permanente de forças estratégicas operacionais. Classificou de apocalíptica a conjuntura em que o imperialismo americano viria a encontrar-se perante o imperialismo europeu se este viesse a assumir-se em termos de igualdade militar. «A NATO», disse, «poderia vir a tornar-se numa relíquia do passado.»

George Robertson, o polícia de todos os polícias do mundo, secretário-geral da NATO, afirmou: «Durante a campanha do Kosovo foram os americanos que forneceram os mísseis de precisão teleguiados, a aviação operacional em todas as condições de tempo, e muito, muito mais. Enquanto isso, a Europa, cujos países dispunham de efectivos superiores a 2 milhões de homens, mal conseguiu fazer avançar 40.000 soldados para a missão de paz.»



Os primeiros passos do Euro-exército

1. O Conselho da Europa decidiu, na sua reunião de Helsínquia em Dezembro de 1999, promover a constituição de uma força militar que pudesse ser mobilizada para zonas de conflito; passaria a levar à prática aquilo que definiu como «tarefas de S. Petersberg». Estas tarefas abrangiam ajudas humanitárias, missões de evacuação de civis estacionados em zonas de guerra, separação de formações militares em conflito, entre outras. O exército europeu estará pronto para entrar ao serviço em 2003 e os membros da União Europeia terão de fornecer meios bélicos e humanos para poderem colocar até 60.000 homens em qualquer local e af os manterem, sempre em con-

dições operacionais, durante, pelo menos, um ano;

2. O Euro-exército não tem limites quanto a zonas de operações; pode ser chamado a agir em qualquer área do globo terrestre;

3. As respectivas estruturas de comando ainda não estão suficientemente definidas. Mas já se procedeu à nomeação de um primeiro «Director-Geral», o general alemão Rainer Schuirth, que terá como adjunto um general britânico, Graham Messervy-Whiting. Os comandos individuais para cada operação a levar a efeito, quando necessário, serão nomeados assim que tais operações sejam autorizadas. Esses comandos responderão perant-

te o «Director-Geral». Na prática, porém, assume-se que, para operações em larga escala, o Euro-exército tenha de recorrer a materiais e equipamentos da NATO. Nesses casos, entrará na cadeia de comando o «Deputy Supreme Allied Commander, Europe» (D'SACEUR), que é o mais graduado dos generais europeus na estrutura da NATO;

4. As decisões quanto ao envio de tropas aos locais onde elas serão empregues terão de ser objecto de um acordo entre os governos da União Europeia. Qualquer país pode, individualmente, vetar o uso das suas próprias forças numa operação em que não deseje participar;

5. Considera-se que a ESDI (European Security and Defence Initiative) representa uma política europeia de segundo plano e a aplicação dos seus princípios e planos só pode ter lugar por decisão dos governos dos Estados membros. A Comissão Europeia só controla as decisões políticas consideradas como de primeiro plano. Propostas apresentadas pela Comissão para o envio de «observadores» a qualquer zona de crise, poderão facilitar as opções a tomar pelos governos dos Estados membros que decidirem da entrada em operações de uma «Rapid Reaction Force». A Comissão Europeia pretenderá «jogar» em conjunto com os teóricos da

ESDI para facilitar o trabalho dos governos;

6. Qualquer governo da União Europeia poderá retirar as suas tropas envolvidas no Euro-exército no caso de necessitar aplicá-las em conflitos do seu próprio e único interesse;

7. Até este momento estima-se que a Grã-Bretanha mobilize para serviço das Forças Armadas europeias 4 brigadas, sendo uma de carros de assalto e tanques, uma de infantaria, uma aerotransportada e uma anfíbia. Estes efectivos, combinados com tropas de acção logística, chegarão a cerca de 30.000 homens. Os britânicos fornecerão, ainda, 72 aviões de combate, além de outros 18 oriundos das forças navais, e 32 navios de guerra.

Fascistas e reaccionários - todos pela NATO

Quando o projecto do Euro-Exército começa a ganhar forma, a voz dos mais reaccionários políticos do imperialismo ergue-se, firme, cavernosa, cheia de ódio. Vêem naquele projecto uma possibilidade de divisão nas tradicionais trincheiras onde se abrigam. Pretendem combatê-lo.

Palavras de Margaret Thatcher, alguém que dispensa apresentações:

«Não, não e não. O caminho para uma política de defesa europeia separada é o mesmo que se tomou para o estabelecimento da moeda única, essa aventura utópica em que as nações europeias mergulharam para a criação de um super-Estado europeu que rivalize com os Estados Unidos. A NATO está em risco. O mesmo acontece com a tradicional e histórica política britânica de oferecer credibilidade às decisões americanas.»

Mais importante, ainda, é a carta enviada ao diário londrino «The Daily Telegraph» pelos senadores americanos Jess Helms e Gordon Smith. O primeiro, um reaccionário notório, é presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. O segundo preside à sub-comissão para os Assuntos Europeus, também do Senado. Eis os termos dessa carta que o mencionado jornal publicou a 28 de Dezembro passado:

«O fogo de artifício transatlântico originado pela recente conferência dos governos da União Europeia em Nice deveria ser compreendido pelos dirigentes europeus como um acordo para o perigo das suas próprias propostas no sentido do estabelecimento de uma política europeia independente para a Segurança e a Defesa. Isto já fez eclodir no interior da NATO uma perigosa dinâmica de divisão. Se os dirigentes políticos europeus não pensarem melhor e mais rapidamente sobre estas decisões, arriscam-se a subverter e mesmo a destruir a própria

aliança atlântica. Deviam reflectir, cuidadosamente, nos reais motivos da ESDI (European Security and Defence Initiative) que muitos já consideram como forma de conter o poder e a influência dos Estados Unidos na NATO.

«Durante 50 anos, a NATO fortaleceu as relações bilaterais entre os Estados Unidos e os seus associados e aliados. Mas, na medida em que os Estados-nações cedem mais e mais da sua soberania às instituições europeias, seria bom que os governantes da Europa começassem a pensar se, na verdade, desejam que os Estados Unidos comecem a voltar-se para os burocratas da bizantina União Europeia, ultrapassando-os e aos seus governos na discussão de assuntos de interesse transatlântico.

«Não está nos interesses da Europa e dos Estados Unidos subverter as nossas relações, tão profundamente provadas, a favor da criação de um super-Estado europeu cuja criação responde a posições antiamericanas. Durante os anos 80, Margaret Thatcher e Ronald Reagan derrotaram sentimentos anti-NATO no interior das nações europeias, com origem em Moscovo. Tratava-se de esforços para obter a divisão entre a Europa e os Estados Unidos. Hoje, vale a pena notar que um dos mais ardentes entusiastas da ESDI é o presidente russo, Vladimir Putin, um homem que, abertamente, advoga a abolição da NATO.

«É tempo de os Estados Unidos e a Grã-Bretanha exercerem toda a sua influência para garantirem que a ESDI se realize como um complemento da NATO e não como uma concorrente.»



• A. Melo de Carvalho

Durante anos, em especial durante as décadas de 60 e 70 do século que agora acabou, muitos foram aqueles que apregoaram o fim do Olimpismo. As razões que apresentavam eram claras: «gigantismo» dos Jogos Olímpicos, nacionalismo exacerbado devido à entrega das medalhas e das cerimónias protocolares, competição exacerbada entre os atletas e hipocrisia do «amadorismo».

Como bem se sabe aquela profecia não se verificou. Pelo contrário o número de participantes nos jogos tem crescido constantemente e o seu carácter espectacular tem-se acentuado. Todavia, esta situação não é provocada por um melhor e mais aprofundado conhecimento da «mensagem» olímpica, ou porque uma nova doutrina tenha substituído a anterior. Melhor dizendo: de facto, surgiu uma nova forma de actuação, que obedece a novas formas doutrinárias de equacionar o Olimpismo, mas que não são

As contradições do Olimpismo (conclusão)

dições. Algumas delas, pela sua gravidade, impediram durante largos anos a sua plena aceitação. Por exemplo, a misoginia típica do Barão Pierre de Coubertin constituiu uma dessas contradições ao afastar, ou simplesmente suportando com indistintável contrariedade, a presença das mulheres. O Barão, apesar de argumentar com a situação da Antiguidade Clássica, não tomou em consideração que já se tinham passado mais de vinte séculos!

Mais grave ainda, a concepção do amadorismo constituiu-se como uma barreira constante para a presença

Os jogos de Berlim em 1936 e a sua malograda alternativa em Barcelona definem as duas correntes fundamentais que vão marcar o Olimpismo durante várias décadas: considerados como uma manifestação colocada ao serviço do nazismo, os primeiros são entendidos por aqueles que lutavam pela democratização do desporto como a ilustração viva da tese de que os Jogos Olímpicos não passavam de uma organização ao serviço do capital.

Em 1948 os Jogos de Londres constituíram a demonstração da vontade dos Aliados em provar a sua revitali-

mada em 1972, pelo afastamento da Rodésia pelas mesmas causas.

Mas este ano, momento dos Jogos de Munique, é marcado ainda por dois acontecimentos maiores: a peregrinação ao campo de concentração de Dachau pela imensa multidão que foi assistir aos Jogos, e o ataque guerrilheiro de um comando palestino à equipa israelita dentro do próprio perímetro da Aldeia Olímpica. Os Jogos estavam, assim, inquestionavelmente integrados na grande dinâmica político-social internacional, liquidando-se, de vez, a concepção do seu apolitismo e da «treva olímpica».

Oito anos depois, em 1980, o COI definiu um novo marco histórico ao manter a realização dos Jogos Olímpicos em Moscovo apesar da ameaça de boicote do governo americano. Participaram 154 países, numa nova manifestação de vitalidade do Olimpismo. Pouco depois, no Congresso de Baden Baden, em 1981, começou a era Saramanch em que parece manifestar-se uma escolha clara quanto ao caminho a seguir liquidando as «veleidades» progressistas antes manifestadas. O abandono da referência do amadorismo pela progressiva abertura ao profissionalismo é acompanhada pela influência, cada vez mais acentuada, dos «patrocinadores» financeiros e da intervenção dos grandes meios de comunicação (em especial da TV).

Fenómeno social

Este conjunto de datas, que se escolheram por constituírem momentos decisivos na evolução do Olimpismo durante o século XX, demonstra a complexidade crescente do fenómeno olímpico. Durante este período o desporto afirmou-se como um fenómeno social em expansão mundial, as suas bases científicas foram lançadas, a alta competição começou a afirmar-se com uma autonomia inesperada e como forma específica de prestígio e afirmação dos países e dos sistemas políticos.

Durante os últimos 50 anos o Olimpismo afirmou-se como um fenómeno cultural novo, que não se estruturou fora do terreno de luta das ideias, integrando-se num processo essencial de confrontação de concepções. As contradições assumindo, é certo, uma nova configuração sempre movente, foram-se acentuando até chegar ao paradoxo final de um Olimpismo afirmado à escala plenária, mas em que o seu corpo doutrinário inicial parece estar, pelo menos momentaneamente, «arrumado» na prateleira das velharias ultrapassadas.

Sem se tomar em consideração esta complexa teia de contradições, não é possível compreender qual o significado actual do Olimpismo, e em que direcção se devem projectar os esforços para evitar que o Ideal Olímpico seja definitivamente liquidado pela força dos interesses financeiros, que dele se estão a servir no presente em proveito próprio.



explicitadas, e que utilizam a anterior como uma espécie de «cortina» para se disfarçar.

De facto, é o próprio COI que defende e pratica, na actualidade, uma doutrina em que procura, cada vez mais intensamente, fazer coincidir os grandes acontecimentos olímpicos com os interesses comerciais dos patrocinadores e das televisões. Ou seja, e isto tem de ser dito com clareza, é o próprio Movimento Olímpico que, no afã de liquidar as «hipocrisias» do passado e perfilhando uma visão «realista», atraiçoa o referencial histórico que foi a sua razão de ser. Ao afirmar que a evolução do desporto de alto nível deve integrar-se no processo de mercado e que o Olimpismo deve, «pragmaticamente», aceitar e até encorajar esta dinâmica, foi o Ideal Olímpico que se esfumou, as referências históricas de toda a cultura desportiva que desapareceram, assim como os princípios éticos e humanizadores da prática desportiva que foram profundamente abalados.

O «Olimpismo», como corpo doutrinário coerente e estável, caracterizou-se, desde sempre, por diversas contra-

dos atletas oriundos das classes mais desfavorecidas nos grandes acontecimentos olímpicos (exemplo claro é o caso do campeão Jim Thorpe índio da tribo siouks, que ganhou duas medalhas de ouro nos Jogos de 1912 que lhe foram retiradas posteriormente porque tinha recebido 20 dólares num jogo de basebol). É certo que esta noção não pode ser imputada ao Barão, pois foi especialmente durante o «consulado» de Avery Brundage que ela se consolidou como doutrina oficial do Olimpismo.

Contradições

Na verdade, a doutrina olímpica viveu, e vive talvez hoje ainda com mais intensidade, as contradições da própria evolução mundial. Apesar desta situação não corresponder aos desejos dos seus dirigentes, é evidente que desde os jogos de São Francisco em 1908, até à época Saramanch, o Olimpismo foi marcado por uma série de momentos que definem a complexidade do processo.

zação. De 13 países presentes nos Jogos de Atenas (em 1886), passou-se para 59 países, o que é entendido como uma manifestação inequívoca da vitalidade (e da validade) da «Ideia» Olímpica.

O ano de 1952 constituiu um momento de particular importância, que marcou a evolução do Olimpismo e do próprio desporto mundial, com a primeira participação dos atletas da ex-URSS. De facto, a presença das equipas dos países socialistas provocou um profundo abalo na estrutura do desporto mundial, quer devido à deslocação das áreas de confrontação quer por ter provocado um recrudescimento dos debates em torno da problemática do Olimpismo.

1970 marca um outro momento crucial, na medida em que o COI rompe, claramente, com a noção do apolitismo e da neutralidade, para decretar o afastamento da África do Sul da «família olímpica» devido à discriminação racial. Esta atitude, completamente nova no Movimento Olímpico, e pondo em causa grandes linhas da doutrina até então defendida, é confir-

Cinema
• Rogério Feitor

Laranjas

«A apropriação do objecto aparece como uma alienação de uma ordem de grandeza que quantos mais objectos um trabalhador produz, menos pode ele possuir e mais ele cai sob a dominação do seu produto, capital». Palavras de Marx.

Sicília! Filme de Jean Marie Straub e Danièle Huillet, baseado em *Conversazione in Sicilia* de Elio Vittorini começa sob o auspício destas palavras. E se uma escolha houvesse a fazer este ano, o filme seria este.

De costas um homem olha para o mar enquanto um casal de trabalhadores permanece sentado no chão com um cesto de laranjas ao seu lado. Lentamente, começam a falar, baseando-se a conversa em laranjas, fome e exploração. Sob um sol austero, o forasteiro diz que vem dos Estados Unidos, afirmação que mais tarde saberemos que é errada. Perante um seu povo esfomeado e miserável (de aspecto, que de carácter aparece firmado no ponto de exclamação com que termina o título do filme!) não tem ele a coragem para o compreender. Nem o povo nem a terra. E por isso fugiu. E por isso a sua ignorância perante este sol e este mar.

As laranjas de nada lhes servem. Perante esta alienação apenas podem resistir e falar – recitar – ao forasteiro, que afinal não o é, sobre a sua vida sangue terra, num acto tão revolucionário quanto revolucionárias são as imagens deste filme. Imagens que extravasam o *écran*, que fogem em busca de uma terceira dimensão, esperanças na formação de um carácter e de um gesto político. A revolta.

A Mãe

«Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm os campos ou



que voam por cima deles, levantam-se os homens e as suas esperanças.» – José Saramago sobre o seu livro «Levantado do Chão».

De olhos fitos no filho, a mãe explica-lhe como preparava ela, de diversas maneiras, os pratos de lentilhas ou de arenque para os seus filhos comerem. Daí avança para lhe relembrar como a comida só durava os primeiros dez dias do mês e que a partir daí tinham de comer caracóis. E de como ela os tornava deliciosos, guisando-os, fritando-os.



A olhar para o filho a mãe narra-lhe como o seu avô era um grande homem, socialista, que trabalhava 18 horas por dia para alimentar a sua família, e que, mesmo assim, andava a cavalo na procissão e levava as suas mulheres para o campo.

Com olhos severos para o filho, conta-lhe a mãe de como o seu pai era covarde, que lhe batia e, pior que tudo, escrevia poesia a outras mulheres tornando-as rainhas invés de, como o seu avô, levá-las para o campo.

E de olhos dispersos no vazio, conta-lhe a mãe do caso que ela teve, de um soldado que por ali caminhava e que alimentado por ela foi, de como arranhou trabalho numa mina de uma aldeia a 50 km dali, e de como houve uma greve, de mineiros e camponeses, mas não de comboios, não, não de comboios que levaram eles os soldados que carregaram sobre os manifestantes e de como ele não mais voltou, morreu, disse-lhe a mãe, pois senão tinha voltado. Para ela e para o seu pão com azeite e orégão. O chão, a terra, a mãe e a esperança dos homens.

A Luta!

Para trás ficam os comboios, o polícia com voz de barítono, o camponês que podia ter sido professor, a sabedoria e toda uma riqueza de imagens que nem uma vida seria suficiente para as descrever. Para trás fica também o amador que se queixa que já não há canhões nem espadas nem punhais para afiar, mas só facas e tesouras. Facas e tesouras.

A própria matéria do filme ultrapassa o simbolismo para entrar no formidável campo das emoções. Aquele Povo, aquela Terra, aquela Mãe são indissociáveis. E todos aqueles gestos, aquelas palavras tornam-se em música, poesia, Cinema, assim mesmo, com letra grande. E a luz, as sombras, os gestos, as palavras nada mais são para Straub-Huillet do que os utensílios necessários para chegar ao ponto fulcral de toda a sua obra: o levantamento de um povo que das suas facas e tesouras faça punhais, espadas, arcabuzes, canhões.

Ou como a consciência de uma obra nos faz querer sonhar com um mundo mais justo e terreno. Um filme? Este!



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Infantis

Convite

Olá.

Vou dizer-te quem sou. Sou o Dois Mil e Um. Acabo de chegar. Sou teu amigo.

Vá.

Traz o pai e o avô e anda brincar comigo.

Brincar, brincar
sonhar, sonhar.

Apresentação

Eu sou o Dois Mil e Um pum, catrapum, tambalalão.

Venho a ser apresentado.

Eu sou o soldado tu és capitão.

Pum, catrapum tambalalão

estou apresentado.

Eu sou o soldado às tuas ordens, meu capitão.

Lápis de cor

O que eu desejo é dar-te muita alegria sabedoria

valor

e lápis de cor

para desenhos de arte.

Vais pintar com tal arte

a luz da alegria

da sabedoria

e do valor

que eu vou valer a pena só por dar-te

os lápis de cor.

Como eu sou

Meus sonhos fervilham.

Brilham.

Os clarões que deitam!

«Estrelas»... – dizem. Não.

Astros não são

na árvore dos sonhos.

São medronhos

da Arrábida, com que se enfeitam.

Ino, Hino

Meu menino ino, ino
meu ramo de flor a haver
meu menino, meu destino
minha procura de ser.

Ino, ino, meu menino
minha recusa do abismo
meu destino, ino, ino
ó água do meu baptismo.

Meu menino, meu destino
meu estar cada vez mais perto
meu menino, ino ino
minha canção do deserto.

Meu destino, meu menino
ino, ino, ino, hino.

À roda de ti

Vamos fazer uma dança
vamos fazer uma festa
com o mar e a floresta
à roda da esperança
dança meu menino dança
sem ti nada vale aqui
vamos fazer uma festa
com o mar e a floresta
à roda de ti
floresta mar bichos e aves

a pedir que os salves
a pedir que os salves

Cartoon

• Monginho

O' CLINTON... SE EU NÃO ENVIAR MAIS TROPAS
PARA O KOSOVO, SERA' QUE DEPOIS O BUSH...
NÃO SE ZANGA COMIGO?



mj

Comunicação

• Francisco Silva

UMTS

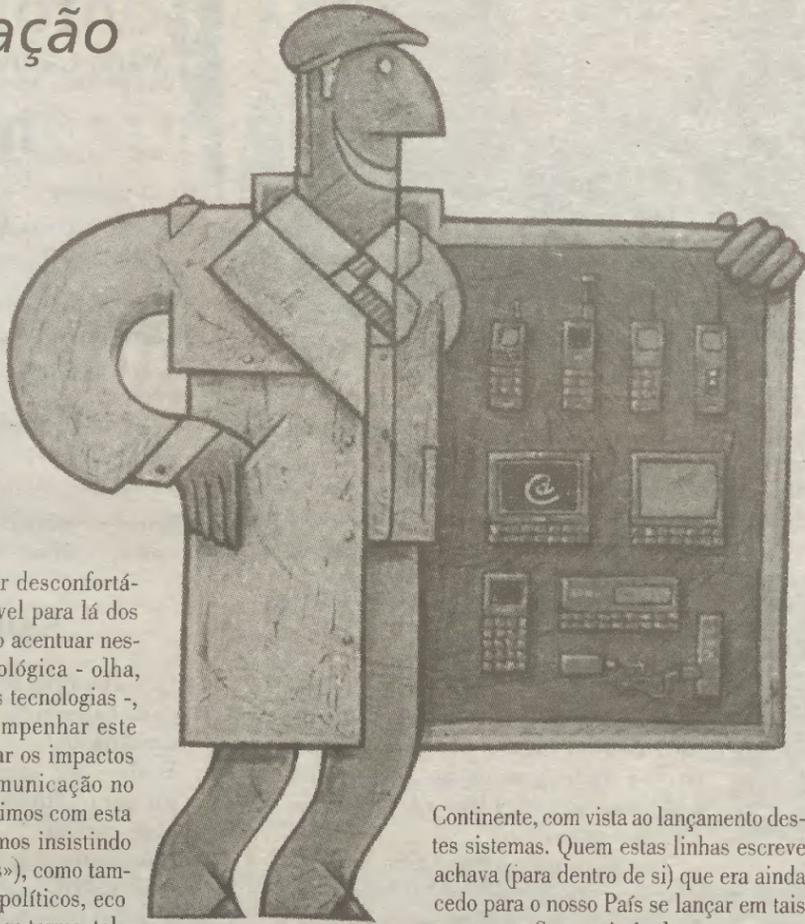
Talvez por me ser desconfortável, desconfortável para lá dos limites, um certo acentuar nestes textos da componente tecnológica - olha, este é um maluquinho das novas tecnologias -, talvez por procurar antes desempenhar este papel tanto no sentido de aclarar os impactos do «sistema» dos meios de comunicação no nosso dia a dia (a quem nos referimos com esta do «nosso dia a dia»? - sim, vamos insistindo na profilaxia do acerca de «todos»), como também virado para os seus efeitos políticos, económicos, ideológicos, de mais longo termo, talvez por isto tudo, tenho andado recentemente um pouco mais agarrado ao discorrer - de uma forma desalinhada, concordo - sobre os «valores» das situações de informação e comunicação que vamos vivendo. Um pouco para compensar o efeito de uma visão reducionista da tecnologia, mesmo que não desejada, não será isso? Até porque os meios de comunicação só o são enquanto embebidos em conteúdos e, portanto, utilizados pelos que os enviam e os recebem.

Mas hoje vou voltar aos meios, eles próprios. A propósito do UMTS (*Universal Mobile Telecommunications Service*), a terceira geração de telemóveis, como logo, lépido, o Professor Marcelo anunciou na sua lição inaugural sobre o assunto ainda o último Agosto do milénio não era acabado. Uma lição que, afinal, se resumiu ao processo de atribuição pelo Governo das quatro licenças em jogo. Parece-me ser tempo de também deixar aqui algumas notas sobre o assunto, agora que as licenças já foram atribuídas e anunciadas com pompa pelo Governo e que brevemente aí estará o UMTS.

Estranheza pátria

Em 1986, o UMTS era ainda um conceito em fase de investigação e desenvolvimento - quem sobre ele reportasse nessa altura, mesmo nas instâncias internacionais adequadas, recebia em troca, já não a circunspeção própria da educação e da civilidade, mas sorrisos de enfado e de gozo, como quem diz, olha o puto a atrever-se, a gente aqui está a tratar de coisas sérias! Em Portugal, era melhor nem citar o acrónimo. Poderíamos ser tomados por um extraterrestre. A tal estranheza pátria!

Nessa altura, apenas uns quantos personagens utilizavam o telefone móvel instalado na sua viatura, enquanto o motorista os ia conduzindo. Nessa altura, também, as normas do GSM estavam em fase adiantada de elaboração e ultimavam-se os termos de um acordo entre administrações públicas, operadores e fabricantes do Velho



Continente, com vista ao lançamento destes sistemas. Quem estas linhas escreve achava (para dentro de si) que era ainda cedo para o nosso País se lançar em tais aventuras. Se a maioria dos portugueses nem telefone, o propriamente dito, o fixo,

possuía! Ora vejam lá se não é caso para nos espantarmos com a cavalgada quando se olha retrospectivamente. Mas «tínhamos» de lançar-nos, sendo nós parte da então CEE. E fomos com os outros. Neste caso, ainda bem.

Os dados estão lançados

E qual era então a ideia para o UMTS? Em traços largos, a palavra «universal» tinha surgido da ideia que seria boa na geração a seguir à segunda, a seguir ao GSM que estava para ser lançado, dispor de um sistema que permitisse utilizar um mesmo terminal como telemóvel, como o telefone sem cordão das linhas fixas e para a chamada de pessoas (*paging*).

Em 1988, os sorrisos de enfado e de gozo tinham começado a desvanecer-se e a União Internacional das Telecomunicações aprovava já o princípio de reservar uma faixa de frequências para o UMTS. Era o início.

Entretanto, muita água correu sob as pontes e o UMTS foi avançando sem provocar grandes entusiasmos. No entanto, o grande êxito da segunda geração de telemóveis, nomeadamente o GSM, ia fazendo saturar o espectro radioelétrico em uso e apressava a possibilidade para a terceira geração. O primeiro a queixar-se da sua falta foi o Japão.

E surgiu a Internet, e surgiu também (e porque não haveria de surgir?) o acesso a ela através do telemóvel. Com a segunda geração já existe tal possibilidade de acesso, mas para uma velocidade mais baixa. O UMTS permite abrir este «gargalo» mais a contento.

E do pouco entusiasmo foi-se para o extremo oposto do entusiasmo total. Nalguns países, só as licenças custaram mais do que o seu peso em ouro. As razões parecem boas mas ainda não se viu a sua aceitação na prática, a sua transformação numa necessidade maciça do dia a dia. Por vezes há os *flops*, os desastres, dizem os mais cuidadosos. E lá poderão ter também a sua razão de seguro morreu de velho. Não, melhor é não agoirar, agora que os dados já estão lançados.

Pontos Cardeais

«Dúvidas»?!

É extraordinária a parcimónia com que os responsáveis políticos europeus e da NATO continuam a colocar as suas «dúvidas» sobre a «eventual» contaminação dos seus militares expedicionários nos Balcãs pela radioactividade por lá espalhada pelas bombas revestidas a urânio que os EUA despejaram aos milhares. Note-se que estamos a falar de jovens com 20 e poucos anos, seleccionados para o serviço militar dos respectivos países segundo parâmetros exigentes de saúde e vitalidade. Note-se que, somando apenas todos os casos conhecidos, são já às dezenas os jovens militares de diversos países que ou morreram de leucemia ou apresentam graves sintomas de degenerescência física. Note-se, finalmente, que todos apresentam em comum não apenas esta súbita epidemia de cancro em gente jovem e saudável, mas também o facto de todos terem estado em serviço nos Balcãs.

«Dúvidas», senhores governantes?!... Tê-las-iam ainda, e também, se os vossos próprios filhos estivessem de serviço nos Balcãs?!...

E quanto às populações residentes que queriam «salvar»? Esses, agora nem as vossas «dúvidas» merecem?!...

Posições

Entretanto, muito interessante foi a posição do PSD nesta questão das tropas portuguesas nos Balcãs. Reunido o Conselho Superior de Defesa Nacional por

convocação do Presidente Sampaio - onde só têm assento hierarquias militares, membros do PS e do PSD - o actual candidato PSD às presidenciais, Ferreira do Amaral, lá esteve a representar o seu partido e a dar o seu voto à extraordinária unanimidade que decidiu continuar a enviar tropas portuguesas para os Balcãs, apesar do grave problema da contaminação radioactiva. Cá fora o próprio presidente do PSD, Durão Barroso, afirmou taxativamente que se devia suspender o envio de tropas, no que foi sibilamente apoiado por Cavaco Silva.

Não há dúvida: seja PS ou PSD, andam todos a mangar com o País...

Saleiro

Segundo o *Público*, o Ministério Público ilibou António Saleiro, o ex-governador civil de Beja e ex-presidente PS da Câmara Municipal de Almodôvar suspeito de vários crimes de corrupção e peculato, através da audição de testemunhas sumárias indicadas pelo próprio arguido, cujas declarações teriam sido consideradas suficientes para anular uma investigação de dois anos realizada pela Polícia Judiciária. Pior: o Ministério Público terá, na sequência dessas audições de testemunhas primárias, ignorado pura e simplesmente os casos concretos investigados pela Judiciária e incriminando Saleiro.

Perante tão grave acusação, que tem o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República a dizer?

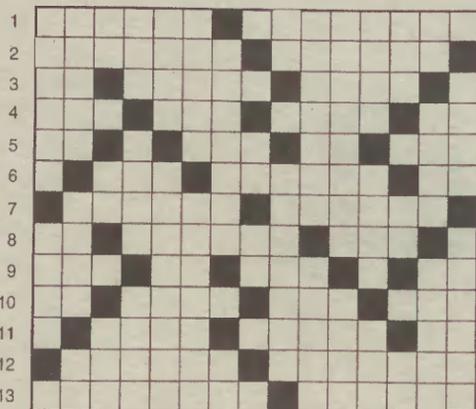
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Fruto bacáceo, de polpa mole, doce e agradável, que provém da bananeira; carantonha. 2 - Planta marantácea; o que resai de uma superfície. 3 - Caminhar; concluir; volta. 4 - Pátria (fig.); suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; espécie de veado, de cauda comprida e galhos achatados na parte superior; medida itinerária chinesa. 5 - Nome da letra (pl.); remoinho de água; designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. (prep.); chegar. 6 - Sozinhos; prática constante; pedra de amolar. 7 - Sacerdote que tem a seu cargo a direcção espiritual de uma paróquia; designação dada à laceração de um músculo ou de um ligamento, etc. 8 - Compreende; conserva de alhos; interj. que serve para chamar ou saudar. 9 - Espécie de sapo da região do Amazonas; nome da 21.ª letra do alfabeto grego; camareiro; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 10 - Compaixão; substância gorda e consistente das vísceras abdominais de alguns animais; contr. da prep. de com o art. indef. um; mesquinho. 11 - Cobra-capelo; regular por dose; sétima nota musical. 12 - Serenata; relativo ao racismo. 13 - Arrependido; desbistar.

VERTICAIS: 1 - Comendador nas antigas ordens militares; segmento limitante de qualquer polígono. 2 - Penhor; malápio; a ti. 3 - Sódio (s.q.); apelido; contr. da prep. em com o art. def. o (pl.). 4 - Altar cristão; tempo; bolsa. 5 - Parte superior e posterior do pescoço situada abaixo do occipício; ler ou entoar as notas de uma peça de música. 6 - Amarrado; cabrito. 7 - Choca com; aquelas. 8 - Contr. da prep. a com o art. def. o; oferece. 9 - O espaço aéreo; que ou aquele que atraição. 10 - Que rega; empreender. 11 - Comida; cama de lona, onde dormem os marinheiros a bordo. 12 - Simples; lição; sorrir. 13 - Germe (fig.); deus egípcio; a si mesmo. 14 - Laçada; aquilo que desgasta ou corrói; vestígio. 15 - Detonação; perfilhar.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Banana; caramelo. 2 - Ararúta; relevo. 3 - Ir; acabar; giro. 4 - Lar; ada; gamo; H. 5 - Is; olá; det; vir. 6 - Sós; rolinha; mó. 7 - Paroço; rolinha. 8 - Le; abduz; oia. 9 - Arm; fr; aio; pi. 10 - De; sob; dum; vil. 11 - Naja; dosar; st. 12 - Local; rocinha. 13 - Resorço; rreter. 14 - Bala; S. 15 - Alimento; meca. 12 - Micro; antia; tr. 13 - Ovo; Rá; se. 14 - N6; lma; pista. 15 - Tir; lhar. VERTICAIS: 1 - Bálho; lado. 2 - Arras; peto; to. 3 - Na; S. nos. 4 - Arr; hora; saca. 5 - Nca; sofar. 6 - Nca; sofar. 7 - Abalra; as. 8 - Av; da. 9 - Art; trador. 10 - Regado; usar. 11 - Alimento; meca. 12 - Micro; antia; tr. 13 - Ovo; Rá; se. 14 - N6; lma; pista. 15 - Tir; lhar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

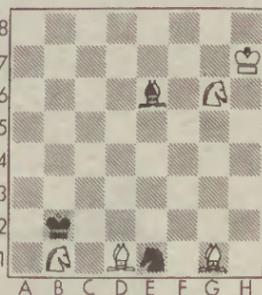


Xadrez

DCCLXXXIII - 11 DE JANEIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X01

Por: **I. DMITRIYEV**
Recomendado «64», 1929

Pr.: [3]; Ce1 - B6 - Rb2
Br.: [5]; Cs. b1, g6 - Bs. d1, g1 - Rh7



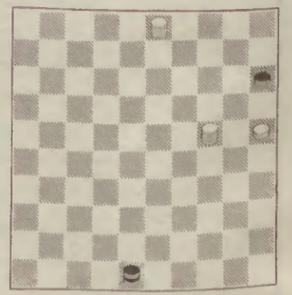
Branças jogam e ganham

Damas

DCCLXXXIII - 11 DE JANEIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D01

Por: **D. MERCIER**
FR., 1872

Pr.: [2]; 15-(48)
Br.: [3]; (3)-(24-25)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X01 [D]
1. Cd2, Rg1; 2. Rb3, Rd2; 3. Bc6, Cf3; 4. Bb6, Cg3+; 5. Rg7, C: e6+; 6. Rf6 e g. 7. ... (48-25); 2. 24-47 +

A. de M. M.

A. de M. M.

PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

UMA CANDIDATURA

- Para dar corpo a propostas e valores de esquerda.
- Para contribuir para uma mais alargada participação cívica e eleitoral e para o fortalecimento da democracia.
- Para dar voz à exigência de um mandato presidencial vinculado aos valores e ao projecto constitucional e dotado de efectiva independência e espírito crítico em relação ao Governo.
- Onde os trabalhadores e o povo português encontrarão a garantia da defesa dos seus interesses e aspirações, por uma vida melhor, mais justa e por um Portugal de progresso.
- Para dar corpo à profunda aspiração de valorização do trabalho e dos trabalhadores, de justiça social, de desenvolvimento e de afirmação dos interesses de Portugal no processo de construção europeia.

UMA CANDIDATURA

Pela afirmação da independência e soberania nacional, pela promoção de valores de paz e cooperação entre os povos.

ANTÓNIO ABREU

Um voto contra os actos de agressão e ingerência, pela retirada do contingente militar de Portugal no Kosovo.

Ao apresentar-se a esta eleição, a candidatura de António Abreu apela à mobilização e à participação de todos os seus apoiantes e activistas para que com o seu voto dêem força à corrente de exigência de uma nova política e da construção da alternativa de esquerda para Portugal

ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

António Simões Abreu



António Simões Abreu



Jorge Emmanuel Branco de Simão

PRESIDENCIAIS ■ 2001

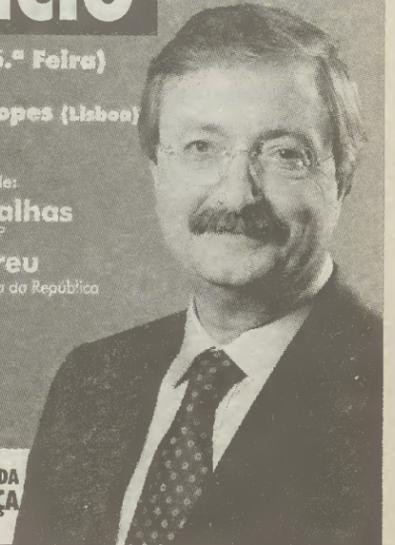
VOTA ANTÓNIO ABREU

COMÍCIO

12 Janeiro (6.ª Feira)
21 horas
Pav. Carlos Lopes (Lisboa)

com a participação de:
Carlos Carvalho
Secretário-Geral do PCP

António Abreu
Candidato à Presidência da República



VALORES DE ESQUERDA
PARA A MUDANÇA



Iniciativas com o candidato do PCP

Quinta-feira, 11

- na MALVEIRA, às 09h30 visita à Feira, no BARREIRO, às 17h00 contacto com população e às 21h30 Comício nos "Penicheiros"

Sexta-feira, 12

em ALMADA, às 09h45 contacto com população, em PALMELA, às 12h00 almoço na Colectividade "Os Loureiros", em LISBOA, às 16h00 Arruada no Chiado-Baixa e às 21h00 Comício no Pavilhão Carlos Lopes (Pavilhão dos Desportos)

Plenários de militantes

Sectores profissionais da ORP

É hoje à noite – às 21h – que se realiza no Centro de Trabalho da Boavista um plenário de militantes do Sector com o objectivo de discutir a situação política, designadamente as eleições presidenciais, e a intervenção do Partido.

Marinha Grande

Realiza-se hoje no Centro de Trabalho da Marinha Grande uma reunião de militantes sobre as eleições presidenciais e a situação política: a partir das 21h30, com a participação do camarada José Augusto.

Agualva-Cacém

Militantes e membros das mesas de voto da Freguesia são chamados a participar no próximo sábado num debate sobre a importância das eleições presidenciais na actual conjuntura e seus reflexos neste ano político. Às 17h, no Centro de Trabalho do Cacém.

Função Pública da ORL

Realiza-se no próximo dia 17, a partir das 18h30, no Centro de Trabalho Vitória um plenário de militantes do Sector para discussão da situação política e social. Participa o camarada José Casanova.

ATVer

Aniki Bóbo, de Manoel de Oliveira

Crimes Invisíveis

(Quinta-feira, 01.10, RTP1)

Wim Wenders volta neste filme a um território - os EUA - e a um tema, o da violência banalizada e transformada em espectáculo, recorrentes no seu cinema dos últimos anos. Em pano de fundo de «Crimes Invisíveis» está um plano secreto, adoptado pelo Estado e a conduzir pelo FBI, de permanente vigilância dos cidadãos como forma de eliminar a violência urbana. Wenders constrói um thriller centrado no caso de um produtor de filmes violentos que é arrastado para uma situação de alta tensão ao descobrir por acaso que o governo americano intenta por pé um plano do tipo «big brother» de Orwell adaptado aos dias de hoje, do qual obviamente «não pode» haver testemunhas... Colaboradores de primeira água: **Pascal Rabaud** na fotografia, **Ry Cooder** na música, e os actores **Bill Pullman**, **Gabriel Byrne** e **Andy MacDowell**.

Aniki Bóbo (Domingo, 00.15, RTP2)

Trata-se de um dos primeiros grandes filmes da História do Cinema português e, seguramente, aquele que abriu ao cineasta **Manoel de Oliveira** as portas da fama. Partindo da observação das evoluções e brincadeiras de um grupo de miúdos da zona ribeirinha do Porto, o realizador faz não apenas o seu «romance» mas também o esboço das vivências dos mais crescidos, numa atmosfera ficcional, mágica e documental que muito fica a dever às correntes neo-realistas que já entre nós se manifestavam e é por vezes referenciada como prenúncio do cinema neo-realista italiano. Não custa perceber que nesse início dos anos 40 o filme tenha sido recebido com grande frieza, e que só décadas depois (graças sobretudo ao nosso movimento cineclubista) tenha sido aclamado, designadamente no Festival de Cannes, na Secção dos Filmes sobre a Juventude, em 1960. Vem muito a propósito, agora que começa o Porto 2001, a revisão desta obra que à cidade e à sua poética muito deve, aliás num dia (domingo próximo) pontilhado de outras visões da região na programação do Canal 2 da RTP, que se espera continuem pelo menos durante este ano!

Wim Wenders



Bacall e Bogart em «À Beira do Abismo»

nas mãos» de **Eddie Mars**. Mas **Marlow** descobre a verdade (o assassinato do genro da general), salva da perdição a irmã mais nova de **Vivian** e entreage sem mais delongas nos braços desta. Clássico entre os clássicos realizado por **Howard Hawks**

em 1946 a partir do romance homónimo de **Raymond Chandler** (o seu primeiro romance, aliás) e com argumento de **William Faulkner**, **Jules Furthman** e **Leigh Brackett**, tudo foi já dito acerca deste filme - além de tudo o mais, um dos mais fabulosos e intricados de todo o cinema negro norte-americano. Uma trama enrolada, acharia o próprio Chandler quando os argumentistas o convidaram a deslindá-la, o que é absolutamente irrelevante perante aquele clima, aquele preto e branco, o desenho de personagens e os portentosos diálogos trocados por **Humphrey Bogart**, na pele de Marlowe, e **Lauren Bacall**, inolvidáveis.

Casino (Quarta-feira, 21.40, RTP1)

«Casino» é mais um regresso de **Martin Scorsese** ao universo do chamado crime organizado num dos seus negócios mais rentáveis - e dos mais preciosos para o «equilíbrio» do sistema capitalista, como se sabe: o jogo. Com a definição sempre perfeita de ambientes e personagens e inexcusável rigor e bom gosto na reconstituição da época (anos 70), aliado dos seus actores (**De Niro** e **Joe Pesci**, compondo personagens do inevitável submundo de pequenos vigaristas) e uma fabulosa banda sonora, verdadeiro «catálogo» do entretenimento norte-americano - de **Louis Prima** aos **Muddy Waters** e **Brenda Lee**, de **B.B. King** a **Otis Redding** e **Fony Bennett**. Não é tudo (também lá está **Bach** e o **Paixão de S. Mateus**...), mas seria o suficiente para fazer deste filme a escolha da noite na televisão... não fora o quase fastidioso arrastamento da acção ao longo de 3 horas...

O cartaz de «Vertigem Azul»

Casino



À Beira do Abismo (Terça-feira, 24.00, RTP2) É eis finalmente chegada a obra-prima (ou uma das obras-primas, enfim...) do cinema negro norte-americano, este **À Beira do Abismo** que nem as inúmeras projecções na televisão dispensam, a coroar o excelente ciclo dedicado pela RTP ao género. Recordemos: o detective privado **Philip Marlow** é encarregado por um velho general de descobrir o paradeiro do seu genro, uma tarefa na qual ele é ajudado por **Vivian**, a filha querida do general. Esta tem dúvidas ao jogo e está

Quinta, 11

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 O Café da Esquina 22.30 Grande Repórter 23.40 24 Horas

Sexta, 12

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 Aves dos Reis 22.30 Campanha Eleitoral PR 2001 23.25 24 Horas 23.50 Histórias da Noite 09.45 Big Bang 01.45 - Why Shoot the Teacher? (de Silvin Garizano, Can/1977, com Bud Cort, Samantha Eggart. Comédia)

- ▼ RTP2 07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil 13.00 Vila Faia 14.00 Mares das Índias 14.50 Eugénio de Andrade (Documentário) 15.50 Euronews 17.30 Querida, Encolhi os Miúdos 18.30 Informação Religiosa 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.25 Desporto - Andebol (Torneio RTP) 21.10 Viver no Campo 22.00 Acontece 22.30 Jornal 2 23.00 Campanha Eleitoral PR 2001 24.00 -Sonho da Luz, O Sol do Marmeleiro (de Victor Eric, EUA/1992, com António Lopez, Maria Moreno, Enrique Gran. Ver Destaque)

- ▼ RTP2 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP

- ▼ SIC 08.00 Buérrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.00 Fátima Lopes



Manuel Luís Goucha, o animador das manhãs na RTP1

- ▼ SIC 08.00 Buérrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.00 Fátima Lopes 17.00 O Cravo e a Rosa 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Residência Tejo 22.00 Laços de Família 23.00 Jogo Limpio 01.30 Último Jornal 02.00 -Dávida Mortais (Jeffrey Reiner, 1999, com Suzanne Sommers, Timothy Basfield, Tippi Hedren, Martin Sheen. Thriller)

- ▼ TVI 08.30 Animação 12.15 -Big Estrelas- 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 -Big Estrelas- 15.30 Caras Lindas 17.00 -Deixei o Baixo D'Olibo (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia) 20.00 Jornal da Noite 21.00 Especial Eleições 23.00 -Primeiro Golpe (de Stanley Tong, 1996, com Jackie Chan, Jackson Lou, Anie Wu. Ação Marciais) 02.20 Último Jornal

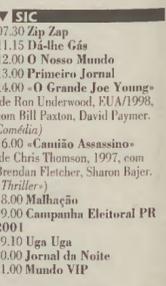
- ▼ TVI 08.30 Animação 10.15 -Big Estrelas- 11.00 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 -Wilderness Love (de Jeffrey Reiner, EUA/2000, com Valerie Bestinelli, Jeffrey Norling. Drama) 15.30 -Escumalha (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco. Acção) 17.30 -Big Residentes- 18.30 Jardins Proibidos 19.00 Eleições Presidenciais 23.00 -A Raiz do Medo (de Gregory Hoblit, EUA/1996, com Richard Gere, Laurie Hancey. Drama) 01.00 -A Caixa do Luar (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Lisa Bonni. Comédia Dramática) 03.30 PSI Factor III

Sábado, 13

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 Aves dos Reis 22.30 Campanha Eleitoral PR 2001 23.25 24 Horas 23.50 Histórias da Noite 09.45 Big Bang 01.45 - Why Shoot the Teacher? (de Silvin Garizano, Can/1977, com Bud Cort, Samantha Eggart. Comédia)

- ▼ RTP2 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento 15.00 Desporto 19.00 -Modesty Blaise, A Mulher Detetive (de Joseph Losey, R.Unid/1966, com Monica Vitti, Terence Stamp, Dirk Bogarde. Ver Destaque) 20.50 Gente da Cidade... Porto 21.30 Jornal África 22.00 Horizontes da Memória 22.30 Jornal 2 23.00 O Lugar da História 24.00 Brit Com (-Liga de Cavaleiros, «Chambers», «Many Splintered Things») 01.30 -Brincadeiras Perigosas (Értico) 02.30 Prazeres

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP



Eugénio de Andrade num documentário que será exibido amanhã na RTP2



Em «Ajuste de Contas» assinala-se o regresso de Solnado à TV

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP

- ▼ TVI 08.30 Animação 12.15 -Big Estrelas- 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 -Big Estrelas- 15.30 Caras Lindas 17.00 -Deixei o Baixo D'Olibo (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia) 20.00 Jornal da Noite 21.00 Especial Eleições 23.00 -Primeiro Golpe (de Stanley Tong, 1996, com Jackie Chan, Jackson Lou, Anie Wu. Ação Marciais) 02.20 Último Jornal

- ▼ TVI 08.30 Animação 10.15 -Big Estrelas- 11.00 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 -Wilderness Love (de Jeffrey Reiner, EUA/2000, com Valerie Bestinelli, Jeffrey Norling. Drama) 15.30 -Escumalha (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco. Acção) 17.30 -Big Residentes- 18.30 Jardins Proibidos 19.00 Eleições Presidenciais 23.00 -A Raiz do Medo (de Gregory Hoblit, EUA/1996, com Richard Gere, Laurie Hancey. Drama) 01.00 -A Caixa do Luar (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Lisa Bonni. Comédia Dramática) 03.30 PSI Factor III

Domingo, 14

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 Aves dos Reis 22.30 Campanha Eleitoral PR 2001 23.25 24 Horas 23.50 Histórias da Noite 09.45 Big Bang 01.45 - Why Shoot the Teacher? (de Silvin Garizano, Can/1977, com Bud Cort, Samantha Eggart. Comédia)

- ▼ RTP2 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento 15.00 Desporto 19.00 -Modesty Blaise, A Mulher Detetive (de Joseph Losey, R.Unid/1966, com Monica Vitti, Terence Stamp, Dirk Bogarde. Ver Destaque) 20.50 Gente da Cidade... Porto 21.30 Jornal África 22.00 Horizontes da Memória 22.30 Jornal 2 23.00 O Lugar da História 24.00 Brit Com (-Liga de Cavaleiros, «Chambers», «Many Splintered Things») 01.30 -Brincadeiras Perigosas (Értico) 02.30 Prazeres

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP



«Alves dos Reis», a história de um burlão que ficou na História, em mais uma série portuguesa (sexta na RTP1)

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.00 Fátima Lopes 17.00 O Cravo e a Rosa 18.00 Malhação 19.00 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Residência Tejo 22.00 Laços de Família 23.00 Jogo Limpio 01.30 Último Jornal 02.00 -Dávida Mortais (Jeffrey Reiner, 1999, com Suzanne Sommers, Timothy Basfield, Tippi Hedren, Martin Sheen. Thriller)

- ▼ TVI 08.30 Animação 12.15 -Big Estrelas- 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 -Big Estrelas- 15.30 Caras Lindas 17.00 -Deixei o Baixo D'Olibo (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia) 20.00 Jornal da Noite 21.00 Especial Eleições 23.00 -Primeiro Golpe (de Stanley Tong, 1996, com Jackie Chan, Jackson Lou, Anie Wu. Ação Marciais) 02.20 Último Jornal

- ▼ TVI 08.30 Animação 10.15 -Big Estrelas- 11.00 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 -Wilderness Love (de Jeffrey Reiner, EUA/2000, com Valerie Bestinelli, Jeffrey Norling. Drama) 15.30 -Escumalha (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco. Acção) 17.30 -Big Residentes- 18.30 Jardins Proibidos 19.00 Eleições Presidenciais 23.00 -A Raiz do Medo (de Gregory Hoblit, EUA/1996, com Richard Gere, Laurie Hancey. Drama) 01.00 -A Caixa do Luar (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Lisa Bonni. Comédia Dramática) 03.30 PSI Factor III

Segunda, 15

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 Aves dos Reis 22.30 Campanha Eleitoral PR 2001 23.25 24 Horas 23.50 Histórias da Noite 09.45 Big Bang 01.45 - Why Shoot the Teacher? (de Silvin Garizano, Can/1977, com Bud Cort, Samantha Eggart. Comédia)

- ▼ RTP2 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento 15.00 Desporto 19.00 -Modesty Blaise, A Mulher Detetive (de Joseph Losey, R.Unid/1966, com Monica Vitti, Terence Stamp, Dirk Bogarde. Ver Destaque) 20.50 Gente da Cidade... Porto 21.30 Jornal África 22.00 Horizontes da Memória 22.30 Jornal 2 23.00 O Lugar da História 24.00 Brit Com (-Liga de Cavaleiros, «Chambers», «Many Splintered Things») 01.30 -Brincadeiras Perigosas (Értico) 02.30 Prazeres

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP



«Alves dos Reis», a história de um burlão que ficou na História, em mais uma série portuguesa (sexta na RTP1)

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.00 Fátima Lopes 17.00 O Cravo e a Rosa 18.00 Malhação 19.00 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Residência Tejo 22.00 Laços de Família 23.00 Jogo Limpio 01.30 Último Jornal 02.00 -Dávida Mortais (Jeffrey Reiner, 1999, com Suzanne Sommers, Timothy Basfield, Tippi Hedren, Martin Sheen. Thriller)

- ▼ TVI 08.30 Animação 12.15 -Big Estrelas- 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 -Big Estrelas- 15.30 Caras Lindas 17.00 -Deixei o Baixo D'Olibo (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia) 20.00 Jornal da Noite 21.00 Especial Eleições 23.00 -Primeiro Golpe (de Stanley Tong, 1996, com Jackie Chan, Jackson Lou, Anie Wu. Ação Marciais) 02.20 Último Jornal

- ▼ TVI 08.30 Animação 10.15 -Big Estrelas- 11.00 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 -Wilderness Love (de Jeffrey Reiner, EUA/2000, com Valerie Bestinelli, Jeffrey Norling. Drama) 15.30 -Escumalha (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco. Acção) 17.30 -Big Residentes- 18.30 Jardins Proibidos 19.00 Eleições Presidenciais 23.00 -A Raiz do Medo (de Gregory Hoblit, EUA/1996, com Richard Gere, Laurie Hancey. Drama) 01.00 -A Caixa do Luar (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Lisa Bonni. Comédia Dramática) 03.30 PSI Factor III

Terça, 16

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 Aves dos Reis 22.30 Campanha Eleitoral PR 2001 23.25 24 Horas 23.50 Histórias da Noite 09.45 Big Bang 01.45 - Why Shoot the Teacher? (de Silvin Garizano, Can/1977, com Bud Cort, Samantha Eggart. Comédia)

- ▼ RTP2 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento 15.00 Desporto 19.00 -Modesty Blaise, A Mulher Detetive (de Joseph Losey, R.Unid/1966, com Monica Vitti, Terence Stamp, Dirk Bogarde. Ver Destaque) 20.50 Gente da Cidade... Porto 21.30 Jornal África 22.00 Horizontes da Memória 22.30 Jornal 2 23.00 O Lugar da História 24.00 Brit Com (-Liga de Cavaleiros, «Chambers», «Many Splintered Things») 01.30 -Brincadeiras Perigosas (Értico) 02.30 Prazeres

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP



«Alves dos Reis», a história de um burlão que ficou na História, em mais uma série portuguesa (sexta na RTP1)

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.00 Fátima Lopes 17.00 O Cravo e a Rosa 18.00 Malhação 19.00 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Residência Tejo 22.00 Laços de Família 23.00 Jogo Limpio 01.30 Último Jornal 02.00 -Dávida Mortais (Jeffrey Reiner, 1999, com Suzanne Sommers, Timothy Basfield, Tippi Hedren, Martin Sheen. Thriller)

- ▼ TVI 08.30 Animação 12.15 -Big Estrelas- 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 -Big Estrelas- 15.30 Caras Lindas 17.00 -Deixei o Baixo D'Olibo (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia) 20.00 Jornal da Noite 21.00 Especial Eleições 23.00 -Primeiro Golpe (de Stanley Tong, 1996, com Jackie Chan, Jackson Lou, Anie Wu. Ação Marciais) 02.20 Último Jornal

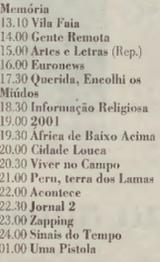
- ▼ TVI 08.30 Animação 10.15 -Big Estrelas- 11.00 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 -Wilderness Love (de Jeffrey Reiner, EUA/2000, com Valerie Bestinelli, Jeffrey Norling. Drama) 15.30 -Escumalha (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco. Acção) 17.30 -Big Residentes- 18.30 Jardins Proibidos 19.00 Eleições Presidenciais 23.00 -A Raiz do Medo (de Gregory Hoblit, EUA/1996, com Richard Gere, Laurie Hancey. Drama) 01.00 -A Caixa do Luar (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Lisa Bonni. Comédia Dramática) 03.30 PSI Factor III

Quarta, 17

- ▼ RTP1 07.00 Infantil/Juvenil 08.35 Guia Dia a Dia 10.00 Praça da Alegria 12.30 Regiões 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.30 Marcas da Paixão 16.25 Rosalinda 17.30 Quem Quer Ser Milionário? 18.05 Quebra Cabeças 18.40 Ajuste de Contas 19.15 Campanha Eleitoral PR 2001 19.45 Regiões 20.00 Telejornal 21.05 Quem Quer Ser Milionário? 21.40 Aves dos Reis 22.30 Campanha Eleitoral PR 2001 23.25 24 Horas 23.50 Histórias da Noite 09.45 Big Bang 01.45 - Why Shoot the Teacher? (de Silvin Garizano, Can/1977, com Bud Cort, Samantha Eggart. Comédia)

- ▼ RTP2 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento 15.00 Desporto 19.00 -Modesty Blaise, A Mulher Detetive (de Joseph Losey, R.Unid/1966, com Monica Vitti, Terence Stamp, Dirk Bogarde. Ver Destaque) 20.50 Gente da Cidade... Porto 21.30 Jornal África 22.00 Horizontes da Memória 22.30 Jornal 2 23.00 O Lugar da História 24.00 Brit Com (-Liga de Cavaleiros, «Chambers», «Many Splintered Things») 01.30 -Brincadeiras Perigosas (Értico) 02.30 Prazeres

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 -O Grande Joe Young (de Ron Underwood, EUA/1998, com Bill Paxton, David Paymer. Comédia) 16.00 -Canhão Assassino (de Chris Thomson, 1997, com Brendan Fletcher, Sharon Bajcar. Thriller) 18.00 Malhação 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001 19.10 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Mundo VIP



«Alves dos Reis», a história de um burlão que ficou na História, em mais uma série portuguesa (sexta na RTP1)

- ▼ SIC 07.30 Zap Zap 11.15 Dá-lhe Gás 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.00 Fátima Lopes 17.00 O Cravo e a Rosa 18.00 Malhação 19.00 Liga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Residência Tejo 22.00 Laços de Família 23.00 Jogo Limpio 01.30 Último Jornal 02.00 -Dávida Mortais (Jeffrey Reiner, 1999, com Suzanne Sommers, Timothy Basfield, Tippi Hedren, Martin Sheen. Thriller)

- ▼ TVI 08.30 Animação 12.15 -Big Estrelas- 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 -Big Estrelas- 15.30 Caras Lindas 17.00 -Deixei o Baixo D'Olibo (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez. Comédia) 20.00 Jornal da Noite 21.00 Especial Eleições 23.00 -Primeiro Golpe (de Stanley Tong, 1996, com Jackie Chan, Jackson Lou, Anie Wu. Ação Marciais) 02.20 Último Jornal

- ▼ TVI 08.30 Animação 10.15 -Big Estrelas- 11.00 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 -Wilderness Love (de Jeffrey Reiner, EUA/2000, com Valerie Bestinelli, Jeffrey Norling. Drama) 15.30 -Escumalha (de John Flynn, EUA/1992, com Christopher Walken, Lorraine Bracco. Acção) 17.30 -Big Residentes- 18.30 Jardins Proibidos 19.00 Eleições Presidenciais 23.00 -A Raiz do Medo (de Gregory Hoblit, EUA/1996, com Richard Gere, Laurie Hancey. Drama) 01.00 -A Caixa do Luar (de Tom DiCillo, EUA/1996, com John Turturro, Sam Rockwell, Lisa Bonni. Comédia Dramática) 03.30 PSI Factor III

TVisto

A talhe de foice

• Henrique Custódio

É da História

Repentinamente e de uma assentada, os ministros alemães da Agricultura e da Saúde apresentaram anteontem a sua demissão do Governo de coligação social-democrata/ambientalista liderado por Gerard Schröder. Motivo: a negligência com que os dois governantes lidaram com a «doença das vacas loucas» detectada em animais nascidos e criados na Alemanha. Os departamentos dirigidos pelos ministros demissionários — o social-democrata Karl-Heinz Funke, na pasta da Agricultura, e a ecologista Andrea Fischer, na Saúde — foram acusados na praça pública de descoordenação e ausência de estratégia em relação à doença, que deixaram proliferar no país sem tomarem as medidas adequadas. Estes ministros agora demissionários são os mesmos que, há cerca de dois meses, patrocinaram politicamente a tentativa de alijamento de responsabilidades no caso da vaca de origem alemã detectada nos Açores com a doença da BSE.

Podia lá ser!, bramiu a arrogância teutónica. Uma vaca infectada na asséptica Alemanha?!... Era só o que faltava! E não hesitaram em insinuar que se tratava de uma calúnia, pondo em causa a autenticidade dos documentos apresentados pelas autoridades portuguesas comprovando a origem alemã do animal e, até, a fiabilidade lusitana nesta coisa de controlos sanitários — supostamente um assunto demasiado complexo para ser tratado, com credibilidade, por meridionais subdesenvolvidos...

Dois meses depois demitiram-se por imposição da sua própria opinião pública, evidenciando onde estava a incompetência e a falta de credibilidade.

Aqui está, na crueza dos factos, o **modus operandi** de quem nos governa, fale-se de dirigentes duma Alemanha insolente, de um Portugal subserviente, de uma União Europeia intermitente ou de uma NATO valente: o princípio do verbo como veículo de mentira para os fins que lhes interessam.

Foi assim neste episódio das vacas loucas na Alemanha, onde se negou a inépcia até à insolência para se resolver o caso com duas demissões que mudam alguma coisa para deixar tudo na mesma — sobretudo a política responsável por este estado de coisas.

É assim com a tragédia da contaminação radioactiva dos Balcãs, onde se elide este configurado crime contra a humanidade com dilações científicas, avocações de «responsabilidade de Estado» e paliativos avulsos, recusando até à insanidade a evidência da catástrofe, que apenas assumirão quando a pilha de cadáveres tapar o «sol democrático» por que se dizem reger e os obrigar a novas mentiras que os desresponsabilizem e os mantenham no poder. É assim na globalização capitalista construída, **byte a byte**, para consubstanciar o novo deus único da Humanidade que justifica todos os crimes, injustiças e horrores planetários como a imolação necessária e indispensável na «construção do progresso».

É assim até ao dia em que, inapelavelmente, já não bastará demitir uns ministros para que tudo fique na mesma.

É da História.

Negociações entre a União Europeia e Marrocos terminaram na terça-feira sem acordo

Pescadores em risco

As dificuldades sentidas pelos pescadores portugueses podem ser seriamente agravadas com a impossibilidade de chegar a consenso com o governo de Rabat.

Franz Fishler, comissário europeu para as pescas, deslocou-se na passada segunda-feira a Marrocos para tentar estabelecer um acordo com aquele país africano. Segundo a EFE (agência noticiosa espanhola), o comissário reuniu-se na terça-feira com Said Chbaatu, ministro marroquino das pescas, não conseguindo porém chegar a qualquer posição de consenso, tendo, por isso, a reunião terminado precipitadamente. Agora, segundo um porta-voz de Fishler, serão levadas a cabo consultas aos estados-membros da UE, não sendo certo que depois disto recomecem as negociações.

O ponto de discórdia reside no facto da União Europeia querer estabelecer um sistema de proporcionalidade para fixar a compensação financeira ao país magrebino, com base no volume de capturas e de barcos utilizados. Já Marrocos pretende manter as regalias do anterior acordo, embora reduzindo o número de barcos europeus nas suas águas territoriais.

No final da reunião ambos os responsáveis fizeram afirmações, também elas contraditórias. O comissário europeu afirmou em conferência de imprensa que a UE quer «um acordo com Marrocos, mas um acordo com *fair play* e não a qualquer preço». O ministro marroquino, por seu lado,

afirmou estar disponível para chegar a acordo e denunciou a existência de pressões, considerando que as divergências devem ser superadas com realismo e responsabilidade, à margem de quaisquer pressões.

Crise agrava-se

O anterior acordo, que expirou em Dezembro de 1999, envolvia cerca de 26 embarcações portuguesas (num total de sensivelmente meio milhão de barcos comunitários) e cerca de 600 pes-

cadores. Isto significa que, não havendo acordo, a situação vivida por estes trabalhadores tenderá a agravar-se.

A situação de crise, assinada há semanas pela Associação de Armadores de Pesca de Incidência Artesanal, de Sesimbra, caminha, portanto, para pior.

Desde o fim do prazo previsto para o acordo com Marrocos que os pescadores recebem subsídios pela paragem da sua actividade, subsídios que consideram insuficientes e que tem levado muitas famílias a situações de dificuldades económicas.



Parados há mais de um ano, os pescadores portugueses vêem o seu futuro comprometido

Governo acusado na Linha de Sintra

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra responsabiliza o Ministério de Jorge Coelho pela greve dos maquinistas da CP e pela «manifesta incapacidade em dirimir este conflito».

Em Maio, quando o Governo respondeu a outra paralisação laboral com uma requisição civil, a comissão «concluiu não ser esta a medida

mais adequada para a resolução do problema, pois iria seguramente adiar a sua resolução», recorda-se num comunicado distribuído. Na altura, os utentes propuseram que o Ministério da tutela se envolvesse «na resolução do conflito», de modo a impedir que a falta de acordo entre a CP e os maquinistas afectasse gravemente a vida das 210

mil pessoas que utilizam regularmente os comboios da Linha de Sintra.

Também em Maio, recorda ainda a comissão, os utentes «adoptaram medidas que expressaram de forma clara a sua indignação» e cortaram mesmo a circulação durante algum tempo.

Desta vez — como se viu na noite de terça-feira — os trans-

portes alternativos disponibilizados pela Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa «são claramente insuficientes, mal organizados e penalizados para quem paga o seu passe social a tempo e horas». A comissão diz ainda que a estrutura da CP falhou na informação sobre a paralisação, que «foi muito deficiente ou quase inexistente».

Manifestação em 25 de Janeiro

Pelo fim da presença militar portuguesa

«Perante a extraordinária gravidade das questões suscitadas em torno da morte e doença de militares portugueses enviados para os Balcãs, o PCP considera necessário prosseguir e intensificar as acções de protesto contra o inaceitável comportamento do Governo português e contra o envolvimento seguidista de Portugal na política agressiva dos EUA, da NATO e do imperialismo em geral», afir-

ma o Secretariado do Comité Central do Partido.

Num comunicado que divulgou ontem, o PCP «considera particularmente grave que, precisamente no momento em que cresce a inquietação com os motivos da morte e doença verificados, o Governo insista no envio de um novo contingente militar para o Kosovo e confirme o seu empenho na participação na política

militarista da NATO e da UE».

O PCP «opõe-se firmemente a uma tal orientação, que compromete a independência e soberania de Portugal e a segurança dos portugueses», e defende que «Portugal deve desvincular-se progressivamente da NATO e lutar pela sua dissolução». «Não só não devem partir mais militares para os Balcãs, como se impõe que regressem os que

lá estão», exige-se no comunicado, reafirmando que «Portugal necessita de uma outra política externa, não de submissão às grandes potências, mas de uma política patriótica, independente, de paz e cooperação».

«Para dar voz a tudo isto», informa o Secretariado do CC, o PCP decide o lançamento de uma **jornada nacional de protesto** e apela desde já à participação numa **concentração** que promoverá no **dia 25 de Janeiro**, pelas 18 horas, junto à residência oficial do primeiro-ministro.

Encontro Nacional de CTs

Decorreu ontem em Lisboa o 7.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, promovido pelas coordenadoras regionais de CTs de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga e pelas coordenadoras sectoriais da Banca, indústrias eléctricas, comunicações, indústria naval,

caminhos-de-ferro e grupo Portucel. No encontro, com a participação de algumas centenas de membros de CTs de diversas empresas e sectores, foi lançado um livro sobre os direitos legal e constitucionalmente reconhecidos a estas estruturas.



0 10 1 1

5 603199 000445